

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Rodrigo Barbosa e Silva
Joselinda Rodrigues
(Orgs.)

Narrativas e vivências em construção

Experiências formativas em Comunicação



A obra trata de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.



Narrativas e vivências em construção

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagner da Silva Soares
CLIO & ANEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Narrativas e vivências em construção

Experiências formativas em Comunicação

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Darlene Teixeira Castro

Rodrigo Barbosa e Silva

Joselinda Rodrigues



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 31

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO JR., Gilson et al (Orgs.)

Narrativas e vivências em construção: experiências formativas em Comunicação [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr. et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

150 p.

ISBN - 978-65-81512-31-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação; 2. Narrativas; 3. Mídias; 4. Experiências; 5. Formação; I. Título. II Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Sumário

Prefácio	9
Gilson Pôrto Jr.	
Darlene Teixeira Castro	
Rodrigo Barbosa e Silva	
Joselinda Rodrigues	
Capítulo 1	13
Internet e mídias digitais: como são úteis aos jovens indígenas?	
Laudovina Aparecida Pereira	
Darlene Teixeira Castro	
Capítulo 2	35
O Rádio: uma história de resistência	
Isabel Cristina Lima Gonçalves	
Rodrigo Barbosa e Silva	
Capítulo 3	45
Bullying na escola: à margem do agendamento midiático	
Cleide das Graças Veloso dos Santos	
Ana Carolina Costa dos Anjos	
Capítulo 4	70
Conceitos de língua portuguesa na mídia brasileira: mitos, equívocos e contradições	
Andréia Rocha	
Ana Carolina Costa dos Anjos	
Capítulo 5	87
O estereótipo racial feminino no cinema brasileiro	
Monnalisa Coelho Viana	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	

Capítulo 6	102
Origem e evolução da linguagem utilizada na redação de notícias no jornalismo impresso e online	
Celso Gick	
Capítulo 8	134
O jornalismo regional e os currículos de quatro universidades federais da região norte	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	
Sinomar Soares de Carvalho Silva	

Prefácio

Gilson Pôrto Jr.

Darlene Teixeira Castro

Rodrigo Barbosa e Silva

Joselinda Rodrigues

É com satisfação que trazemos a coletânea intitulada “Narrativas e vivências em construção: experiências formativas em Comunicação”. Trata-se de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.

No capítulo 1, intitulado “INTERNET E MÍDIAS DIGITAIS: COMO SÃO ÚTEIS AOS JOVENS INDÍGENAS?”, as autoras Laudovina Aparecida Pereira e Darlene Teixeira Castro buscam refletir sobre os usos das novas tecnologias da informação por parte dos jovens indígenas e de grupos étnicos. Ferramenta tecnológica já utilizada há tempos e de diversas maneiras, em celulares ou notebooks, em trabalhos audiovisuais, no uso de aplicativos, e nas correspondências e e-mails em geral. A inserção neste procedimento, por parte dos indígenas, pode ser considerada como tática e estratégia política para fortalecer as lutas, e para servir como forma de analisar, reconstruir e divulgar suas culturas e identidades.

No capítulo 2, intitulado “O Rádio: uma história de resistência”, os autores Isabel Cristina Lima Gonçalves e Rodrigo Barbosa e Silva

apresentam a história do rádio e como esse veículo de comunicação tem resistido as inovações tecnológicas (internet e digitalização das TV's) e ainda assim ocupa importante posição comunicativa mundial como ferramenta democrática de voz da população. Com esse capítulo pretende-se compreender e resgatar a história do rádio e assim apresentar uma discussão sobre como esse veículo de comunicação buscou se renovar e continua, na atualidade, levando informação e entretenimento.

No capítulo 3, intitulado “BULLYING NA ESCOLA: À MARGEM DO AGENDAMENTO MIDIÁTICO”, as autoras Cleide das Graças Veloso dos Santos e Ana Carolina Costa dos Anjos trazem a pauta o do bullying, para compreender a carência da compreensão social sobre esse tipo de violência e suas implicações sob o ponto de vista do agendamento midiático. Dentre os diferentes tipos de violências que ocorrem na escola, a escolha desse tipo de agressão se evidenciou, conforme relatado no texto de nossa autoria “Comunicação, Jornalismo e Ensino: o despertar da produção de conhecimento em uma escola municipal”, que traz “A performance da Oficina Pocket Reportagem no relatório e no grupo focal” em que foi identificada a preocupação das alunas, componentes do grupo observado, com o tema bullying na escola e o interesse de outros participantes sobre a abordagem.

No capítulo 4, intitulado “CONCEITOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA MÍDIA BRASILEIRA: MITOS, EQUÍVOCOS E CONTRADIÇÕES”, as autoras Andréia Rocha e Ana Carolina Costa dos Anjos apresentam um panorama conceitual da língua portuguesa na mídia brasileira, destacando quais preceitos linguísticos estão alicerçados na narrativa de matérias que tratam de desvios gramaticais e ortográficos. O presente capítulo também tem como objetivo discutir como a língua, enquanto produto cultural, é entendida no meio social, e como esse entendimento acaba por se constituir em uma ferramenta de status social e como instrumento de coerção, fazendo com que a concepção de que dominar a variedade padrão da língua atribua a indivíduos a definição de inteligentes e de prestígio social.

No capítulo 5, intitulado “O ESTEREÓTIPO RACIAL FEMININO NO CINEMA BRASILEIRO”, os autores Monnalisa Coelho Viana e Francisco

Gilson Rebouças Pôrto Júnior problematizam a representação da identidade da mulher negra, seu papel para a contribuição das produções audiovisuais e para a formação identitária. O foco é refletir sobre o cinema negro e verificar como ele se expressa no contexto brasileiro, observando os estereótipos raciais femininos e a construção da identidade afro-brasileira, por meio de questionamentos acerca dessas produções e quais são as possibilidades de resistência e contenção que a linguagem cinematográfica projeta acerca da identidade afro-brasileira. Outro objetivo é contribuir para a discussão das representações raciais na produção audiovisual brasileira, de modo a tornar visível as narrativas discursivas ligadas a raça.

No capítulo 6, intitulado “ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM UTILIZADA NA REDAÇÃO DE NOTÍCIAS NO JORNALISMO IMPRESSO E ONLINE”, o autor Celso Gick analisa as origens e o desenvolvimento da linguagem utilizada nas notícias publicadas em jornais impressos periódicos, além das adaptações e novas fórmulas para os veículos de comunicação online. Busca identificar técnicas anteriores utilizadas na redação de periódicos, que influenciaram a linguagem empregada nos atuais textos noticiosos. Prossegue com a análise da evolução da linguagem empregada na redação de notícias, inicialmente, panfletária, depois informativa, a adoção universal da pirâmide invertida - mais recentemente posta em suspensão e, posteriormente, consagrada - e a evolução para os veículos de comunicação online. Alterações na linguagem e temática que, de uma forma ou outra, acompanharam paralelamente os avanços tecnológicos nos métodos de veiculação das mensagens informativas destinadas a um público disperso.

No capítulo 7, intitulado “Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais”, o autor Celestino Joanguete apresenta o Modelo Sócio Ecológico, criado por Urie Bronfenbrenner na década de 1970, configura um modelo de análise teórico que procura estabelecer uma melhor compreensão do desenvolvimento humano em interação com o meio. O Modelo propõe cinco anéis de análise social e ambiente de desenvolvimento humano e suas esferas de

influência que interagem entre si e que afetam o comportamento humano: o sistema individual; o sistema familiar e de rede de pares; o sistema comunitário; o sistema social/estrutural; e, por fim, o sistema temporal. O objetivo do estudo visa construir um modelo metodológico de pesquisa que envolve crianças em ambiente cultural sujeito à normas e práticas sociais. Trata-se de aplicação do Modelo Sócio-Ecológico focalizado na criança e os cuidados que os pesquisadores devem tomar para atender aos princípios éticos na pesquisa com essa população. O presente estudo é uma contribuição para construir um olhar ético e cultural nas pesquisas desenvolvidas com crianças, uma vez que este tipo de investigação é, na atualidade moçambicana, uma área complexa que levanta mais questões acerca dos aspectos metodológicos e éticos, do que propriamente respostas adquiridas pelas metodologias clássicas de pesquisa científica.

No capítulo 8, intitulado “O JORNALISMO REGIONAL E OS CURRÍCULOS DE QUATRO UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE”, os autores Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior e Sinomar Soares de Carvalho Silva analisam como quatro universidades federais da Região Norte (UFT, Unir, UFRR e Unifap) tratam as relações entre a formação e as questões regionais. Para alcançar este objetivo foi realizada uma revisão de literatura sobre mídias regionais e a formação em Jornalismo. Em seguida por meio de uma pesquisa exploratória e da análise de conteúdo descrevemos como o tema é tratado nos Projetos Pedagógicos de Curso. Verificamos que em duas instituições há um rico tratamento sobre a presença da universidade na região, tratamento refletido na nomenclatura e nas ementas de algumas disciplinas. Em outras duas o tratamento é menor e não há disciplinas que abordem especificamente as questões regionais.

Boa Leitura!

Capítulo 1

Internet e mídias digitais: como são úteis aos jovens indígenas?

*Laudovina Aparecida Pereira*¹

*Darlene Teixeira Castro*²

A utilização da *Internet* e das mídias digitais, por indígenas, na atualidade, é uma demanda e uma realidade que não pode mais ser negada. Por tal razão, este artigo busca refletir sobre os usos das novas tecnologias da informação por parte dos jovens indígenas e de grupos étnicos. Ferramenta tecnológica já utilizada há tempos e de diversas maneiras, em celulares ou notebooks, em trabalhos audiovisuais, no uso de aplicativos, e nas correspondências e *e-mails* em geral. A inserção neste procedimento, por parte dos indígenas, pode ser considerada como tática e estratégia política para fortalecer as lutas, e para servir como forma de analisar, reconstruir e divulgar suas culturas e identidades.

Para tanto, aborda-se a questão do espaço virtual, do acesso à comunicação e informação como direito humano, garantido por pactos internacionais, pela Constituição Federal e pela nova lei do “Marco Civil da *Internet*”. Assim, a análise contribuirá, sobremaneira, para desmistificar e

¹ A autora é bacharel em comunicação social pelo CEULP/ULBRA e pós-graduando na Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos, pela UFT – Universidade Federal do Tocantins.

² Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas e Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (ULBRA). É professora pesquisadora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura Contemporâneas. É professora colaboradora do Mestrado em Comunicação e Sociedade da UFT. E-mail: darlene.tc@unitins.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1867-3804>

desnaturalizar a visão de que as culturas indígenas são atrasadas, imobilizadas e essencializadas. Reversão de parecer, que está totalmente ligada à atuação dos jovens indígenas de várias etnias no contexto tecnológico.

Aborda-se, também, no segundo tópico, como a *Internet*, celulares, redes sociais, cinema e a apropriação de mídias digitais têm causado impactos na vida de jovens indígenas. Principalmente, em seu protagonismo e em seus papéis culturais e étnicos próprios. Já, no terceiro e último tópico, aborda-se, a partir de observações empíricas, a realidade de jovens indígenas de etnias tocantinenses, em especial os universitários, em relação ao uso e acesso às mídias digitais e aos equipamentos tecnológicos.

Para escrever este artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, adquiridas por meio de uma revisão sistemática de literatura na plataforma virtual “Google Acadêmico”. Foram consultados os descritores: *Internet*, mídias digitais e jovens indígenas, especificamente entre o período de 2015 e 2017. O fichamento bibliográfico recorreu a autores já considerados clássicos da comunicação, como Bauman (2001), Habermas (2003), Thompson (2008) e Coutinho (2005). Os artigos encontrados em revistas e no “Google Acadêmico” têm os seguintes autores da atualidade: Russo (2007), Rocha et al. (2011), Mazzuoli (2012), Baniwa (2012), Pereira (2015), Silva e Khun (2017) e Rodrigues e Silva (2017).

1 *Internet*, celular, redes sociais, cinema e a apropriação das mídias digitais

Falar da *Internet* como algo novo, em tempos de pós-modernidade, de liquidez das relações (BAUMAN, 2001) que envolve a própria comunicação social, é como estar em um instante na vanguarda e no momento seguinte na retaguarda. Desde o surgimento da rede mundial de computadores por meio virtual (*Internet*) já eram percebidos vários sinais de revolução cultural ao redor desta inovação que clamava por liberdade e cidadania.

De fato, percebe-se que essas expressões-chave: liberdade e cidadania vêm sendo utilizadas constantemente, apesar das relações mercadológicas

que se estabeleceram em torno do *e-commerce*³. Até mesmo pelo modo como a rede mundial de computadores tornou-se ferramenta no comércio de dados pessoais, de vigilância, inteligência e controle sobre a vida privada das pessoas, de organismos e corporações. É verdade, também, que ela tem servido em grande e rápida escala para a promoção de direitos humanos de grupos sub-representados e não reconhecidos, de comunidades e grupos antes excluídos do acesso à informação e comunicação. Um exemplo desta realidade são os povos indígenas.

Segundo Rodrigues e Santos (2017, p. 60),

O acesso à *Internet* na atualidade, pós-moderna, mostra-se essencial ao exercício da cidadania, consectário do princípio da dignidade da pessoa humana e base para o desenvolvimento de toda a coletividade, vez que todas as relações humanas estão permeadas pela necessidade de comunicação, seja por signos, fala, escrita, ou áudio para obtenção de informações necessárias e úteis, sem as quais seria inviável a construção de uma sociedade civilizada, que reclama rapidez na solução dos problemas do cotidiano.

Estes autores referem ainda que, nesta era digital, é significativo o uso da *Internet* e cada dia ela toma mais essencialidade e utilidade na vida das pessoas, a ponto de, no caso do Brasil, ser preciso adotar medidas legais para regulamentar as relações virtuais. Decisão que tem por finalidade estabelecer direitos e deveres aos usuários da rede mundial de computadores. Por esta razão “foi promulgada a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que regula o ‘Marco Civil da *Internet*’” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 70).

Segundo Mazzuoli (2012, p. 275), o que tem acontecido, também, é a promoção e ampliação dos direitos comunicativos das pessoas, conferindo maior cidadania e liberdade. Explica-se que

[...] direitos comunicativos é o conjunto de direitos relativos a quaisquer formas de expressão ou de recebimento de informações. [...] Trata-se da liberdade que os cidadãos e cidadãs possuem de expressar ideias e opiniões, pontos de vista em matéria religiosa e conceitos em ciência e arte, em

³*E-commerce* é o nome que se tem dado ao conjunto de atividades e modalidades comerciais realizadas no âmbito da *internet*, dos aplicativos e das mídias digitais.

quaisquer meios de comunicação, assembleias ou associações, bem como os impactos de tais ideias e opiniões àqueles que as recebe, desta forma, correto seria afirmar que o exercício do direito de comunicação está intimamente ligado ao direito de liberdade, cidadania e democracia (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 71).

Com a regulamentação do Marco Civil, o direito de comunicação e os direitos que coadunam em torno deste – liberdade, cidadania e democracia, ganharam “ampla efetividade democrática, principalmente com a implementação dos meios ofertados pela telecomunicação, que se perfaçam por diversos meios, desde os simples telefones e microcomputadores aos *tablets* e *smartphones*”. (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 73).

Efetivamente, o direito à comunicação por parte dos indígenas, com o aumento da velocidade dos instrumentos tecnológicos e com a utilização das redes sociais em meio digital, ganhou mais força como mecanismo para fortalecer a representatividade e o reconhecimento cultural deste segmento, assim como serviu

para dar voz aos cidadãos de países subjugados em regimes teocráticos, ditatoriais ou que sofrem constantemente guerras e desestabilização civil. Ademais, com o advento desses meios instantâneos de comunicação, a informação jornalística não se encontra mais no monopólio dos grandes veículos de mídia tradicional (jornais impressos e televisão). No novo cenário da tecnologia da informação qualquer pessoa conectada à *Internet* converte-se em um canal de notícia, alguns com milhões de seguidores para compartilhar o conhecimento (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 73-74).

Ao quebrar o monopólio das grandes empresas e veículos da mídia tradicional, que têm tratado temas sobre povos indígenas como meio de sensacionalismo, essencialização e barbarização, puderam apresentar a realidade moderna de suas culturas. Os povos originários, neste contexto, puderam contribuir para uma visão mais positiva de suas etnias. Iniciando-se por um agir comunicativo que fortalece as redes de solidariedade e conhecimento entre seus próprios povos, até atingir meios amplos e diversos.

Habermas (2003) já conceituava o agir comunicativo tendo como pressuposto básico uma relação entre sujeitos iguais. Assim,

o direito comunicativo deve ser estimulado, para além da difusão da informação, mas também para evitar a segregação, pois a sociedade a cada dia é marcada mais e mais pelo individualismo, talvez pelo uso excessivo de instrumentos virtuais de comunicação, que conduz a falsa ideia de interação as quais se perfazem pura e simplesmente de forma mecânica, sem a sensibilidade e o calor das comunicações interpessoais físicas (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 74);

Ao analisar estas informações e noções de comunicação, ilustra-se o alcance da força do uso da *Internet* com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2015), divulgada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (com dados de 2014) pela primeira vez, o acesso à rede mundial de computadores chega a mais da metade dos domicílios do Brasil.

Para isto, tem contribuído o fato desta rede de comunicações ser descentralizada e permitir que seus usuários e usuárias com agilidade se tornem protagonista de emissão/recepção de informações. Pode-se concluir que, deste fato, advém a experiência de empoderamento e de chances de defesa de direitos humanos em escala maior do que no acesso às mídias tradicionais.

Quando se fala em direitos humanos de indígenas e de acesso aos meios digitais, fala-se também em exclusão digital. Metade dos domicílios brasileiros está excluída do acesso à *Internet* (IBGE, 2015). Porém, não se sabe quanto de áreas indígenas ainda não têm acesso a esse recurso. E, portanto, junto com a falta de acesso tem a questão das linguagens, da capacidade técnica e de mobilização como grupo cultural, para a ampliação e inclusão nesse processo.

Demarca-se que esta constatação não diminui o impacto da força do uso da *Internet* como instrumento de defesa de Direitos Humanos de grupos excluídos, o que inclui os/as jovens indígenas. Demonstrar como, de fato, o uso da *Internet* e de instrumentos da era de comunicação digital,

como celulares, *smartphones*, aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e outras formas de comunicação audiovisual, incluindo até o cinema, têm contribuído para fortalecer e melhorar a cultura e a identidade indígena destes(as) jovens.

2 Jovens indígenas e seu protagonismo na discussão sobre identidades e culturas no cinema, na *Internet* e nas mídias digitais

Segundo Russo (2007, p 1-13), diferentes povos indígenas do Brasil tiveram acesso à tecnologia audiovisual já no final da década de 1980, com o fim da Ditadura Militar e em um contexto de luta por direitos humanos e democratização dos meios de comunicação. Jovens e lideranças indígenas têm utilizado as filmagens com câmeras em diversas situações, recriando e contando suas próprias histórias. O fito principal, neste caso, é “[...] de viabilizar seu espaço e o de controlar a difusão de suas próprias vozes numa mídia que prefere difundir *falas sobre os índios*, em detrimento da *fala dos índios*”.

Porém, os variados modos de acesso, apropriação e utilização das mídias digitais, por grupos e jovens indígenas no Brasil, têm suscitado preocupações e debates acerca da aproximação ou distanciamento da tradição cultural de seus povos. Se o que tem ocorrido é sinal de perda, assimilação ou fortalecimento de identidades culturais, estas questões serão temas em discussão neste artigo. E com estas chaves de leitura dos problemas, é que têm surgido novas abordagens e estudos teóricos acerca do direito comunicativo de indígenas e o uso das atuais mídias digitais.

Acrescenta-se a estas preocupações, o fato de protagonicamente, a partir de si mesmos, os próprios jovens indígenas virem buscando ampliar e criar espaços nas mídias digitais, cada dia em maior quantidade. Sempre buscando interagir entre si, mas, também, tentando quebrar e diminuir a realidade de desconhecimento, de inversão de visões, estabelecida pelas versões escritas pela história e pelas mídias tradicionais⁴.

⁴Cf. Site *Índios-on-line*. Disponível em: <<http://www.thydewa.org/downloads1/>>. Acesso em: 23/11/2017.

A Organização Thydêwá⁵ faz a seguinte afirmação: “para facilitar o diálogo entre os indígenas e a comunicação deles com a sociedade... O salto quântico foi colocar conexão de *Internet* dentro de sete aldeias...”⁶. A ação de promover as mídias digitais e a produção de materiais audiovisuais têm incentivado os jovens indígenas a dialogar com os guardiões da memória de seus povos. Como, também, tem fortalecido a apropriação de seu próprio patrimônio cultural e imemorial. Ao mesmo tempo, divulga tal patrimônio, valores, conhecimentos e belezas que residem na grande diversidade indígena para toda a sociedade brasileira.

Baniwa (2012) fala do desafio atual de, a partir de seus conhecimentos tradicionais e de seus recursos naturais e humanos locais, eventualmente complementados pelos conhecimentos e pelas tecnologias do mundo moderno, os/as jovens indígenas sustentam seus novos conhecimentos e intervenções. E, para “[...] garantir definitivamente e em determinadas condições sociojurídicas ou de cidadania o seu espaço na sociedade brasileira contemporânea, sem necessidade de abrir mão do que lhe é próprio: as culturas, as tradições, os conhecimentos e os valores”, serão necessárias aprofundadas reflexões na linha da história.

Cada vez mais, os coletivos indígenas afirmam e reafirmam seu patrimônio cultural como projeto de futuro, não apenas a memória do passado, (DOMINGUES, 2017, p. 250); conferindo a tentativa de produzir histórias com/e para os povos indígenas um caráter de movimento internacional. O cinema indígena é outro espaço que, desde a década de 1980, vem sendo exercício de afirmação cultural e de cidadania, por parte de jovens indígenas. O que pode ser parte do financiamento da política de Estado. Mas, ao mesmo tempo, esse veículo de comunicação também pode

Disponível em: <<http://www.indiosonline.net/>>. Acesso em: 23/11/2017.

⁵Thydêwá é uma organização da sociedade civil, formalizada em 2002, que atua principalmente no nordeste brasileiro. Desenvolve projetos de formação de indígenas de várias etnias e nações, por meio de oficinas nas aldeias indígenas, para atuarem como pesquisadores, documentaristas, jornalistas, historiadores, antropólogos, poetas, filósofos e fotógrafos de suas próprias realidades.

⁶In: THYDÊWÁ. *Cultura Viva, esperança da terra*, volume único, 2014.

divergir de projetos de identidade nacionais, como da promoção das línguas pós-coloniais ou identidades unificadas.

Nas produções cinematográficas indígenas, segundo Kellner (1989), geralmente não há espaço para vozes dissonantes que questionem as perspectivas dos povos indígenas. Apesar de que continuam sendo consideradas como mídia alternativa, conferem uma oportunidade prodigiosa de ouvir vozes alternativas que, raramente, são escutadas na grande mídia. E, assim, permitem a “vozes marginais e de oposição contestarem a visão de mundo, valores e estilos de vida do mainstream” e ao fazerem isso, estimulam a “circulação e crescimento de subculturas e comunidades alternativas” (KELLNER, 1989, p. 144).

No Brasil, recorda-se que os povos indígenas se tornaram minorias enquanto lutavam contra os efeitos da colonização externa e interna. Essa luta - e os povos indígenas lutam muito para preservar suas culturas, línguas e cosmovisões - já dura mais de cinco séculos. Reforça-se que a apropriação e utilização de novas tecnologias de mídia foi uma ferramenta fundamental para a resistência, restauração cultural e descolonização, desde a década de 1990. Isto representou, para a mídia brasileira, um período de intensa transformação e globalização.

Fala-se, a partir da contribuição de Thompson (2008) de “ampliação de contextos interativos” e vive-se a expectativa, dessa ampliação, de

que todos os segmentos da sociedade possam expressar suas contribuições à construção de uma nação pluriétnica. Espera-se de tal aquecimento na comunicação a revisão de preconceitos, o respeito pelas diferenças culturais, idealmente aproximadas pela via da comunicação. Ser protagonista desta rede global de comunicação também é a expectativa dos indígenas. (SILVA; KUHN, 2017).

Em estudo sobre novos contextos interativos e sobre a abertura de novos espaços na mídia, realizado por Silva e Kuhn (2017), se verifica que para os indígenas da “tekoa Yakã JÚ”, apresenta-se um duplo desafio: o de viabilizar seu espaço e o de controlar a difusão de suas próprias vozes

numa mídia que prefere difundir falas sobre os índios, em detrimento da fala dos índios.

Nessa pesquisa, cerca de 40 indígenas Mbya-Guarani, da Aldeia Yança, deram depoimentos. Sendo possível analisar que a tradicional forma de transmissão do conhecimento indígena Mbyá-Guarani, é a oralidade; por meio do idoso originário (o ancião), como acontece em várias outras etnias indígenas.

Segundo os autores, verifica-se que

A sobrevivência da cultura Mbyá-Guarani depende da oralidade dos membros da família, em especial dos idosos da comunidade. Os povos originários construíram a história por meio da memória, ou seja, da oralidade dos “mais velhos” que, por meio de relatos sobre o passado da etnia, revelam e criam um vínculo entre os jovens e sua história. (SILVA; KUHN, 2017, p. 3).

Na esteira desta tradição oral, os autores (2017) constataam, ainda, que a profusão da *Internet* e das tecnologias mais recentes como alternativas de comunicação, de certo modo, levou a mídia a descobrir e explorar um potencial ambiente comunicativo digital em que a *Internet* também se destaca. Nela o modo ágil e instantâneo das informações podem ser publicadas e/ou dispersadas, por todos os limites da rede, a perenidade das informações e a interatividade digital são características. A interação, também, é característica comum das relações sociais do cotidiano dos indígenas, que se utilizam, prioritariamente, da oralidade para comunicar-se. Porém, a ascensão das tecnologias e relações digitais ajudou-os a ampliar tal conceito de interação.

Assim, é inegável que

a *Internet* possibilita uma comunicação reticular, um espaço público, um Fórum Híbrido em que o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudônimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o reprodutor e o consumidor de conhecimento à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo. (SILVA, 1999, p. 1).

Segundo Silva (1999, p. 5) a *Internet* veio a modificar as coordenadas do conceito de território e, agora, são os interesses comuns que determinariam a topologia das relações e não a geografia comum.

Na “Tekoá Yakã Jú”, segundo Silva e Khun (2017), a *Internet* é acessada pelos jovens principalmente por meio de *smartphones*, os quais são o símbolo da convergência tecnológica e organizacional da telefonia móvel, dos serviços da *Internet* com os artefatos de computação pessoal e material audiovisual. “Wilska(2003) argumenta que os jovens utilizariam o celular não só com propósitos instrumentais, mas, também, como um meio para expressar suas necessidades de conectividade e auto expressão”. (SILVA; KUHN, 2017, p.4)

Rocha *et al.* (2011) identificaram o uso do celular e *smartphones* como “uma forma de suprir as necessidades de conectividade, sendo a mais comum: um meio de se manter em contato com a família e amigos”. Inclusive, salientaram que o celular está associado ao sentimento de pertencimento ao grupo. (*apud* SILVA; KUHN, 2017, p. 4).

Acrescenta-se a essa reflexão, a performance dos próprios instrumentos tecnológicos e de seus usuários. Bauman (2001) descreve como se encontra na sociedade moderna a figura do jovem que interage da seguinte forma:

“Corpo esguio e adequação ao movimento, roupa leve e tênis, telefones celulares (inventados para o uso dos nômades que têm de estar ‘constantemente em contato’), pertences portáteis ou descartáveis – são os principais objetos culturais da era da instantaneidade” (BAUMAN, 2001, p. 149).

Guardadas as devidas proporções culturais, é quase deste modo que também se apresentam os jovens indígenas em espaços de ampliação da interatividade comunicacional. E, como hipótese, é possível pensar que o uso de celular, pelos indígenas jovens, seja uma maneira de ter privacidade em uma vida tradicionalmente muito regulada pelos mais velhos, pela cultura tradicional. Nesse espaço, os adolescentes estão sob vigilância constante e, portanto, têm poucas oportunidades para conversas privadas com amigos e namorados, referem Silva e Kuhn (2017).

Outro motivo de utilizarem o telefone celular, talvez, seja como os jovens das culturas urbanas, “para estabelecer redes de relacionamentos, inúmeras estratégias de formação dessas redes, como criação de comunidades religiosas e espirituais, a busca por parceiros sexuais” (SILVA; KUHN, 2017, p. 5-6), além de buscar outras estratégias de sobrevivência financeira e sociocultural.

O conceito de Thompson (2008) sobre a ampliação dos “contextos interativos” em comunicação, cujo significado maior, em termos qualitativos, “é o de interferir na reorganização dos padrões de interação social”, segundo ele, “o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais” (THOMPSON, 2008, p. 77). Esta realidade não exclui os jovens indígenas, pois “ao permitir ao indivíduo se comunicar a qualquer momento e em qualquer lugar, a mobilidade muda a forma dos seres humanos interagirem, afetando suas relações sociais, familiares, afetivas e profissionais”.

Retomando Thompson (2008), apesar destas mudanças e novas interações, a tradição não é coisa do passado, porque o seu caráter mutável está ligado à mídia que a reelabora, mantendo-a viva. Ou seja, presentificando o passado, à medida que se reporta a determinadas realidades sócio culturais. (SILVA; KUHN, 2017). Para este pesquisador, o pensamento social clássico, representado por Marx, difundiu durante anos que “o desenvolvimento das sociedades modernas é acompanhado por um declínio irreversível do papel da tradição” (THOMPSON, 2008, p. 159).

Ele evidencia, ainda, que as tradições não correm o risco de “perder suas raízes” e desaparecer, mas passam por um processo de transformação, sendo cultivadas de novas formas, em outros contextos interativos. E “as tradições transmitidas oralmente continuam a desempenhar um papel importante na vida cotidiana dos indivíduos”. E, acrescenta [...] “as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo simbólico foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação” (THOMPSON, 2008, p.160).

Além destes meios, na aldeia Yança Jú, pesquisada por Silva e Kuhn (2017), os jovens indígenas também desfrutaram do consumo de rádio e

televisão, e utilizam os *smartphones* para o acesso a redes sociais como *facebook* e *whatsApp*. “Deste modo é possível identificar, nesse grupo, a chamada nova ancoragem da tradição, na acepção de Thompson (2008)”. (SILVA; KUHN, 2017, p. 8).

Segundo os autores (2017), os indígenas, de tal aldeia, não deixaram de vivenciar as tradições, como por exemplo, “as cerimônias de batismo, que acontecem com a presença de todos (cantando e dançando), no plantio de alimentos, na pesca, no ensaio diário do coral, na língua guarani falada por todos da aldeia, entre outros exemplos”.

O conjunto das atividades desenvolvidas por estes indígenas, segundo Silva e Kuhn (2017), nas interações sociais pelas quais ressignificam a tradição no presente, retrata bem a reflexão ao constatar que “cada grupo social constrói suas tradições interpretando e se apropriando do passado, de acordo com perspectivas e interesses efetivamente definidos pelas relações sociais existentes (2005, p. 87)”.

Coutinho argumenta que “a categoria de tradição não significa apenas conservação, como quer o senso comum: ela carrega consigo a ideia de ruptura”. E, como proficuamente pontua o autor, “conservação e ruptura determinam uma seleção e, necessariamente, uma reinterpretação dos signos do passado” (2005, p. 95). (SILVA; KUHN, 2017, p.8).

Ressalta-se, novamente, que tradições transmitidas oralmente continuaram a desempenhar um papel importante na vida cotidiana de muitos indivíduos, apesar dos novos contextos de interação mediatizados pela *Internet* e realidade digital. A mediatização da tradição dotou-a de uma nova vida: “a tradição se libertou das limitações da interação face a face e se revestiu de novas características. A tradição se desritualizou; perdeu sua ancoragem nos contextos práticos da vida cotidiana” (SILVA; KUHN, 2017).

Todavia, tal desenraizamento das tradições não as privou dos meios de subsistência. Ao contrário, possibilitou-as o caminho para que se expandissem, se renovassem, se enxertassem em novos contextos e se ancorassem em unidades espaciais, muito além dos limites das interações face a face.

Segundo Thompson (2008), durante muito tempo a questão indígena, pela mídia tradicional, manteve-se condicionada a uma visão populista e romântica, que tratava e identificava a pessoa indígena apenas como primitiva, e o indígena visto como “esse lugar secreto onde subsiste e se conserva a pureza de nossas raízes culturais. Todo o restante não passa de contaminação e perda da identidade”. Portanto, “o índio foi assim convertido no que há de irreconciliável com a modernidade e hoje privado de existência positiva” (2008, p. 160).

Certifica-se, segundo Silva e Kuhn (2017), que “os avanços tecnológicos colocados à disposição dos indígenas não representam, por si só, um progresso rumo ao estágio denominado ‘civilizado’; tampouco “a absorção de bens industrializados dos quais passam a depender; representa necessariamente melhoria em suas condições de vida”. Nesse contexto, o conceito de comunidade não se restringe mais à prática social e comunicativa, realizada dentro de um espaço geográfico limitado.

Assim, é possível

desfazer a ideia da perda de identidade étnica, a partir do momento que os indígenas passam a se expressar por meio da *Internet*: para esses povos, o contato dinâmico com as redes digitais é um modo de se manter sintonizado às mudanças e avanços sociais e tecnológicos. No entanto, a *Internet* funciona principalmente como uma forma de registrar, manter e globalizar as tradições indígenas, sem esquecer das tradições. (SILVA; KUHN, 2017, p. 9).

O protagonismo sociocultural é um dos paradigmas defendidos pelos Direitos Humanos, mesmo que para sua efetivação seja necessário muito discernimento antropológico e social. Para (Peruzzo, 2008), ser emissor de seu próprio discurso, torna o indivíduo partícipe da história. A “ampliação dos contextos interativos, por meio do acesso à *Internet* por meio inclusive dos smartphones, retira os indígenas do papel de meros espectadores ou ouvintes, e coloca as pessoas como difusoras e produtoras de conteúdo” (PERUZZO, 2008). Argumento que é complementado numa análise territorial: “A *Internet* ajuda a romper limites geográficos, quebrando a ideia de

que a comunicação está restrita a um limite territorial, além de possibilitar o uso de diversas mídias”. (SILVA; KUHN, 2017, p.9).

Os autores (2017) concluíram que os povos indígenas, por meio de movimentos sociais, vêm investindo no seu futuro, especialmente nas de novas formas de organização que fortalecem sua presença no País. E, é “nesse contexto de intensificação do contato que esses povos têm tido a oportunidade de dinamizar suas diferenças, não apenas em relação aos não indígenas, mas entre si”.

Atualmente, não é mais possível afirmar na contemporaneidade, que a preservação das particularidades étnicas depende do isolamento. Já que a experiência mundial tem mostrado que a vivência e a afirmação das diferenças resultam de experiências de múltiplas articulações de interesses econômicos, políticos ou culturais com sociedade envolvente.

Silva e Kuhn (2017) referem que estudos empreendidos, em vários continentes, evidenciaram a apropriação da tecnologia, quando garantiram a comunicação entre culturas e o fortalecimento e persistência dessas diferenças. O debate da diferença representa, para esses grupos, a oportunidade de reivindicar um espaço próprio e garantias para um futuro mais digno em modalidades de representação. Fatores que envolvem a reconstrução da autoimagem e um processo seletivo de particularidades culturais, que cada povo realiza em função de sua experiência e de seus interesses no contato. Segundo estes autores

Os povos indígenas se fortalecem em situações de comunicação, nas quais as situações particulares fazem sentido e quando eles podem manifestar respostas culturalmente adequadas. O formato de suas culturas depende, efetivamente, de uma dinâmica de recriação permanente de diferenças, que assumem como afirmação política e que tem muito a ganhar no acesso aos meios de comunicação. Essas comunidades selecionam, reconstruem e fortalecem manifestações culturais que desejam preservar para as futuras gerações. (SILVA; KUHN, 2017, p. 10).

Para Pereira (2015), decorre daí o surgimento de uma “[...] imagem indígena como auto representação, advinda com a expansão das

tecnologias de comunicação e a produção simbólica das práticas e identidades culturais, em um vasto conjunto global, mas ainda em grande parte diversificado”. (PEREIRA, 2015, p. 57). Observou-se, inclusive, que, ao final do século vinte, quando a imagem fotográfica adquiriu novas dimensões na sua forma de reprodutibilidade técnica, abriram-se novas possibilidades para “pelo menos pensar outras formas de representação indígena”. A partir de um espaço público marcado pela expansão das tecnologias de comunicação e ampliação do uso da *Internet*, inúmeras ações grupais puderam ser explicitadas local e universalmente. Para Pereira (2015), esta noção é boa para pensar a visibilidade do mundo indígena, à medida que as imagens –

e aí não somente a fotografia, mas também um conjunto de produção audiovisual são “feitos”, seja com valores espontâneos ou de forma organizada, pelos atores. Além disso, pode-se arrolar uma gama de conteúdos publicizados mediante estratégias diversas, tais como a divulgação das culturas, mobilização, denúncia, socialização do conhecimento ou ainda como compartilhamento da memória, seja ela entendida como étnica, política, histórica ou comunitária, em sites indígenas e redes sociais. (PEREIRA, 2015, p. 62).

Ao fazer referência à rede social étnica, como elemento aglutinador de sentidos, nas ambiguidades da esfera pública contemporânea, não se alude a um grupo fechado ou único e, sim, às marcas de um sujeito comunicacional que também se utiliza da *Internet* para construir sentidos “enquanto” sua presença étnica. Nessa perspectiva, procuramos tais pistas, via *Facebook*, considerando a sua popularização no Brasil. Sem ignorar os obstáculos de acesso que caracterizam os processos de inclusão digital no País. (PEREIRA, 2015, p. 64).

Segundo a autora, identificou-se um conjunto de mediações, em que se considera importante e relevante a faixa etária e a formação escolar ou acadêmica. Com esses parâmetros, é admissível entender a atuação dos sujeitos que constroem a sua autoridade pelo trânsito entre o mundo indígena e não indígena, tendo como mediação as novas mídias digitais.

Para mais, o fenômeno de lideranças indígenas abrange um cargo ou atribuição de chefia sobre aldeias ou comunidades. O que também vem sendo pensado pelo lugar e instâncias do poder público estatal, instâncias internacionais, entre outras. Aliás, mais recentemente, pelo desafio da inserção e das interações interculturais dos estudantes indígenas em universidades brasileiras (BANIWA, 2012). (PEREIRA, 2015, p. 66).

3 Jovens indígenas de etnias tocantinenses e o acesso às mídias digitais

Tratando-se do fenômeno da presença de jovens indígenas em universidades brasileiras, nenhum estado tem representação maior do que o Tocantins, onde há 10 etnias. Porém, há poucos estudos científicos a respeito da viabilidade desta participação. Pois, a utilização das mídias digitais e a importância do uso da *Internet*, para a elevação da capacidade de obter formação continuada e permanente, por tais estudantes, ainda é deficitária.

Recentemente, em um estudo de Nilo (2010) sobre a mídia como fator de desenvolvimento do povo Xerente da comunidade Porteira, Tocantínia/TO, verificou-se que ela também consiste em um fator de re-dimensionamento das tradições indígenas e da construção da memória da cultura Xerente.

Este estudo avalia o espaço institucionalizado da escola formal e o contato de indígenas com a sociedade não indígena, com seus aparatos tecnológicos, como novas fontes de informações. O artigo de Nilo (2010) demarca que a mídia cumpre um papel histórico no Tocantins, não só de salvaguardar, mas, principalmente, de manter viva a memória da história e da cultura Xerente.

Tal povo, habitante no Tocantins, talvez por estar mais próximo da capital (e do capital) e do centro político do Estado, é o mais próximo dos avanços tecnológicos e das poucas políticas públicas estatais. Isto, por certo, atinge o mundo da aldeia Xerente e seus jovens. A autora (2010) demarca que, no contexto da época, na aldeia Xerente “Porteira”, foi

produzido um CD de músicas Awke, havia escola bilingue, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e acesso a aparelhos como celular e telefone público. Estas condições já permitiam a ampliação dos contextos interativos e educacionais, ocorrendo uma nova ancoragem da tradição Xerente nos moldes explicitados por Thompson (2008) sobre a nova ancoragem da tradição:

[...] a nova ancoragem da tradição consiste, entre outras formas de ocorrência, no fato dos índios Xerente [Sic] poderem vivenciar as suas tradições em cada um dos mencionados contextos interativos, conseguindo - ao mesmo tempo- registrar a memória da sua cultura, tanto para a sociedade indígena e seus descendentes, quanto para o conjunto da sociedade envolvente. (NILO, 2010, s/p).

Atualmente, com o surgimento de *smartphones* com *androids*, e aplicativos de redes sociais, normalmente se verifica a ampliação ainda maior dos contextos interativos e de ancoragem da tradição, com a ida de jovens da etnia Xerente a outros espaços, além do escolar e universitário, para cumprirem seus desígnios interativos.

Analisada a oportunidade tecnológica para os jovens Xerente, verifica-se que a universidade, em especial a Universidade Federal do Tocantins (UFT), por disponibilizar cotas para acadêmicos indígenas de todas as etnias, recebe também estudantes de outros povos como Apinajé e Karajá, principalmente. A todos é possibilitado o uso de *Internet*, plataformas e espaços virtuais de aprendizagens, além de, em muitos casos, terem aulas na modalidade de “educação a distância”.

Por meio da observação empírica do cotidiano de acadêmicos indígenas, na Universidade Federal, se constata que não somente eles têm acesso à *Internet* disponibilizada nos espaços acadêmicos universitários, como sua grande maioria está de posse de celulares próprios e alguns de posse de seus *notebooks* e *tablets*. Eles dominam perfeitamente as técnicas de utilização tanto dos aparelhos quanto das redes sociais e aplicativos. Isto tem permitido não somente uma perfeita interação entre jovens indígenas com outros jovens indígenas; mas, também, com acadêmicos não índios; para além, inclusive, do território tocantinense.

Considerações finais

Resume-se, portanto, que na atualidade, o direito fundamental à informação teve maior efetividade, tendo em vista

os implementos tecnológicos introduzidos em vários segmentos sociais e materializados por meios dos diversos instrumentos de comunicação à distância, viabilizados via internet, tais como e-mails e aplicativos, entre eles, o *WhatsApp*, *Telegram*, *Spark*, *Messenger*, entre outros, fazendo com que as relações interpessoais se tornassem mais democráticas (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 82).

Procurou-se apresentar, neste artigo, reflexões sobre as configurações das expressões coletivas, considerando a multiplicidade histórica do Movimento Indígena. Além da referência especial à juventude e suas construções da rede social étnica, a partir de mediações tecnológicas, principalmente as digitais e da rede mundial de computadores.

Observou-se uma atuação marcante de jovens indígenas com valores e linguagens próprias nas redes sociais, com a circulação de discursos com vários significados públicos, bem como o espaço para trocas afetivas e compartilhamento de conhecimentos. Notou-se, inclusive, que além da variedade de conteúdos (texto, som, vídeo, imagens), jovens indígenas se utilizam de um leque de instrumentos técnicos interacionistas, dentro do espectro da comunicação digital e da *internet*, como celulares, *smartphones*, aplicativos, plataformas virtuais, computadores, *tablets* e cinema.

Isto sugere a possibilidade de refletir configurações liminares de uma esfera pública, em que estes atuantes de redes sociais étnicas propagam demandas, direitos e valores sociais, confrontações históricas com o Estado e com os domínios públicos. Verifica-se, portanto, que, por meio da interação comunicativa de jovens indígenas, via mídias digitais, se configura o que se chama “nova ancoragem da tradição”. Portanto, considera-se o espaço público midiaticizado como uma ambiência comunicacional heterogênea em que, segundo o estudo dos perfis indígenas nas redes sociais étnicas, a partir dos estudos de Pereira (2015) houve

o estudo sistemático dos processos comunicacionais que dão origem e fortalecem a visibilidade social, a memória étnica e a participação indígena, na sua perspectiva cidadã, no âmbito das ambiguidades da esfera pública midiaticizada e ampliada pelos usos da Internet em suas múltiplas modalidades. (PEREIRA, 2015, p.69 - 70).

Constatou-se que a comunicação digital e pela *Internet* tem possibilitado, também, aos jovens indígenas saírem de espaços e realidades de exclusão, defenderem direitos humanos e difundirem e defenderem suas culturas, com liberdade, autonomia e democracia. Caminho diferente do que a tradição, baseada na ancestralidade e na oralidade, tem feito ao longo de séculos e séculos no Brasil. Porém, sem deixar de manter aspectos de tal oralidade e valorização dos maiores (anciãos e anciãs) na construção da história e das culturas indígenas em que estão inseridos.

Por fim, admite-se que muitos estudos ainda estão por serem realizados, no que tange à influência e importância das mídias digitais na vida e realidade de jovens indígenas no Brasil e no estado do Tocantins. Principalmente, onde toma centralidade o fato de significativo número de jovens estarem inseridos no meio escolar e universitário, utilizando-se cotidianamente das ferramentas e tecnologias do espectro digital. No entanto, verifica-se que, empiricamente, jovens indígenas dominam as técnicas da comunicação digital com as mesmas facilidades que jovens não índios, nestas ambiências, e que muito podem contribuir para o fomento de novos contextos interativos e de inserção cidadã.

Referências

AZUMA, Eduardo Akira. *Considerações iniciais sobre a internet e o seu uso como instrumento de defesa dos direitos humanos, mobilização política e social*. NEPI (Núcleo de Estudos, de Pesquisas e de Práticas Interativas), filiado ao CNPQ. Online, 2015.

BANIWA, Gersem. (2012). *A Lei de Cotas e os Povos Indígenas: mais um desafio para a diversidade*. In: Educação Superior de Indígenas: avaliação, debate, qualificação. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED. Financiamento: Fundação Ford, Cnpq, FAPERJ. Disponível em: <<http://www.laced.etc.br>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. (2002). *O poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *A galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. de Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

COSTA, Suzane Lima. Povos indígenas e suas narrativas autobiográficas. *Revista estudos linguísticos e literários*, n. 50, p. 67, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/14812-47860-1-PB.pdf>. Acesso em: 24/11/2017. ISSN 2318-

GALLOIS, Dominique; CARELLI, Vincent. “Índios eletrônicos”: uma rede indígena de comunicação. Disponível em: http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/indio_elet.pdf>. Acesso em 10/11/2017.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre factibilidade e validade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IPHAN. *Revista Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade para ações de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro*, volume único, 2009, p. 08. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2009.pdf>. Acesso em: 30/11/2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2014, p. 275.

NILO, Adriana Tigre. *A mídia como fator de redimensionamento das tradições indígenas e construção da memória da cultura Xerente – uma análise da aldeia Porteira*. In: Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadoras de História da Mídia. I Encontro de História da Mídia da Região Norte. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2010.

PEREIRA, Carmen Rejane A. Configurações do movimento indígena na ambiência comunicacional contemporânea. Universidade Federal de Santa Catarina. *REVISTA PASSAGENS - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará* Volume 6. Número 2. Ano 2015. Páginas 56-71. ISSN: 2179-9938.

PEREIRA, Eliete da Silva. *Ciborgues Indígen@s.br*: entre a atuação nativa no ciberespaço e as (re)elaborações étnicas indígenas digitais. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8890572-Ciborguesindigen-s-br-entre-a-atuacao-nativa-no-ciberespaco-e-as-re-elaboracoes-etnicas-indigenas-digitais.html>>. Acesso em: 10/02/2018.

_____. *Ciborguesindígen@s.br*: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo, Anna-blume, 2012. Ver também a lista de links da página do 1º Simpósio Indígena sobre usos da Internet no Brasil: <<http://www.usp.br/nhii/simposio/>>. Acesso em: 10/02/2018.

RODRIGUES, Winicyus Noletto; SANTOS, Zilmária Aires dos. Direito autoral na internet e o direito fundamental à informação. In: MELO, José Wilson Rodrigues de et. al. (orgs.) *Caminhos e olhares sobre os direitos humanos*. Curitiba – PR: Editora CRV, 2017, p. 69 – 86.

RUSSO, Kelly. Vídeos educativos e o diálogo entre culturas: professores indígenas e a apropriação da linguagem audiovisual. *Teias*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 15, jan/dez, p. 1-13, 2007.

_____; BARROS, Claudia. Tecnologias digitais na educação escolar indígena: o que as pesquisas apontam? In: AMARO, Ivan; SOARES, Maria da Conceição Silva (org.). *Tecnologias digitais na escola: outras possibilidades para o conhecimento*. No Prelo.

SILVA, Lídia J. O. L. *A Internet – a geração de um novo espaço antropológico*. 1999. Disponível em <http://bocc.unisinos.br/pag/silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.pdf> Acesso em 9/11/ 2017.

SILVA, Roberta Herter da; KUHN Jr., Norberto. *A ampliação dos contextos interativos e o seu efeito na identidade cultural indígena mbyà-guarani da aldeia "yakã jú" de Santo Ângelo/rs*. XXII Jornada de pesquisa. Unijuí - RS, 2017.

THOMPSON, John B. *A mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de O. Brandão. Leonardo Avritzer rev.10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

THYDEWA. Disponível em <<http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2012/05/CULTURA-VIVA ESPERANCA-NOV2014- WEB-II.pdf>>. Acesso em: 11/11/2017. Disponível em: <<http://www.indiosonline.net/quem-somos/>>. Acesso em 11/11/2017.

Capítulo 2

O Rádio: uma história de resistência

*Isabel Cristina Lima Gonçalves*¹

*Rodrigo Barbosa e Silva*²

1 Introdução

Com a evolução dos veículos de comunicação, em especial a televisão e a internet, que na atualidade fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas por todo o mundo, o rádio precisou se adaptar e reinventar-se para continuar levando informação e entretenimento sem perder suas características próprias e tampouco espaço na preferência do público.

Com quase um centenário de prestação de serviço, a história do rádio perpassa pelo uso na navegação, até a transmissão de concertos musicais, uso para fins políticos e educacionais até se tornar um veículo de comunicação dinâmico, com baixo custo e que incorporou em sua programação o entretenimento, publicidade, jornalismo e inúmeros outros serviços.

O objetivo desse artigo é contar a história do rádio e revelar que mesmo com a transição do universo comunicativo, com destaque para a radiodifusão, os ouvintes, ainda assim, continuam sintonizados em frequências AM ou FM.

¹ Jornalista, Assistente Social e aluna do curso de Pós-Graduação em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: isacristina.jornalismo@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor na Universidade Estadual do Tocantins. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

O rádio é um sobrevivente do surgimento da televisão e advento da rede mundial de computadores e na atualidade oferta interação e uma nova roupagem para a radiodifusão a partir da interação com a internet.

2 Rádio: da invenção ao cotidiano da sociedade

A história do rádio tem seus registros datados em 1896, quando o italiano Guglielmo Marconi inventa o primeiro rádio transmissor do mundo. Esse fato, revoluciona a comunicação à distância. Naquela época a ideia do inventor era simplificar o envio de informações, antes feita por telégrafo, e que dependia de uma série de cabeamentos, em grandes regiões, que dificultavam a propagação das informações.

No site Observatório da Imprensa³ Rodrigues (2008) relata que a invenção do rádio é atribuída ao cientista italiano Guglielmo Marconi:

Nascido em 1874 na cidade de Bolonha. Desde menino demonstrando interesse pela Física e Eletricidade, Marconi foi o primeiro a dar explicação prática aos resultados das experiências de laboratório anteriormente realizadas por Heinrich Hertz, Augusto Righi e outros. Pelos resultados dos estudos de Hertz, Marconi concluiu que tais ondas poderiam transmitir mensagens e, assim, em 1895, fez suas primeiras experiências, com aparelhos rudimentares, na casa de campo de seu pai.

Em 1909 o radiotelégrafo já era uma realidade em vários países do mundo, principalmente como meio de comunicação marinha. Neste mesmo ano, um acidente fora evitado devido ao envio de pedidos de socorro feitos pelo radiotelégrafo e que ajudou a salvar cerca de 1,5 mil tripulantes. Foi também em alto mar que a história registra a primeira transmissão de voz via rádio no mundo. O fato aconteceu em 1906, quando um concerto natalino foi compartilhado para os passageiros da Uneted Fruit Company que cruzava o Oceano Atlântico.

³ <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/pequena-historia-do-radio-e-da-televisao/>. Acesso em 29.03.2018.

Até meados de 1910, o radiotelégrafo era comercializado e fabricado em ampla escala. A facilidade da construção do aparelho o tornara cada vez mais popular e Lee de Forest, criador das válvulas de áudio, levou para a cidade de Nova York manhas musicais. É após a primeira Guerra Mundial (1914-1918) que a difusão das emissoras de rádio acontece pelo mundo. O advento do rádio é tão surpreendente que entre 1922 e 1925 o número de aparelhos radiofônicos na casa das famílias americanas sobe de 50 mil para mais de 4 milhões⁴.

O papel do rádio é proporcionar a criação de um eleitorado mais inteligente e iluminado, tornando-se um fator de integração para a democracia. Essa frase é de 1926 e foi dita pelo primeiro diretor-geral da BBC, o engenheiro escocês John Reith (CHANTLER, 1998, p. 11).

A modulação de frequência, que permite melhor qualidade na transmissão do conteúdo, é aprimorada na II Guerra Mundial e em 1942, nos Estados Unidos, a General Electric emite as primeiras ondas em modulação em frequência (FM). Antes as transmissões eram feitas em amplitude modulada (AM) o que permitia um longo alcance, mas com qualidade de som reduzida. Em 1958 com o uso de satélites as ondas do rádio em FM ganham qualidade de som, marco histórico do rádio, já que se iniciam também as transmissões comerciais para qualquer parte do mundo.

2.1 A história do rádio no Brasil

No Brasil, em 07 de setembro de 1922, acontecia a primeira transmissão de rádio do país. Ansiosos e curiosos por saber como funcionaria a caixa de madeira que ecoava vozes, os cariocas comemoravam juntos o centenário da independência do país. Para marcar a data foram selecionados uma coletânea de música lírica, retransmitidas em 80 aparelhos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. A era do rádio no Brasil começa

⁴ A história do rádio. Disponível em <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/historia-do-radio>. Acesso em 29.03.2018.

naquele momento e até mesmo os mais futuristas não poderiam imaginar que a então tecnologia da antiga caixa de madeira estaria até hoje presente na casa de milhares de brasileiros.

Em 1920, o rádio foi considerado como a grande oportunidade intelectual da sociedade. “Os males culturais” seriam então curados a partir de uma programação de elevado nível de conhecimento. Nessa época, Edgar Roquette Pinto, médico, antropólogo e membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Medicina e da Academia de Letras liderou o movimento intelectualista do rádio brasileiro, ouvido apenas por seus idealizadores. Em 1926, com a inauguração da rádio Mayrink Veiga outras camadas da sociedade foram tocadas com uma programação mais popular e em 1930 artistas locais como Carmem Miranda, Linda Batista e Mário Reis impuseram um ritmo mais dinâmico aos programas da época (CALABRE, 2004, p. 23).

Entre 1930 e 1940 o rádio brasileiro estruturava sua grade de programas com a inserção de gêneros musicais como samba e marchas, sofreu com duras críticas por parte dos intelectuais que insistiam em manter uma estrutura para fins educativos e divulgador da produção cultural erudita, assim como relata Calabre (2004, p. 23-24).

Em 1933, César Ladeira afirmava que o rádio estava vencendo na sua finalidade de divertir, e que querer mantê-lo como veículo meramente educativo era um grande equívoco: o modelo de rádio bem-sucedido seria o do veículo de entretenimento.

A era do rádio brasileiro destaca-se também em 1950 quando a radiodifusão é parte do cotidiano da grande maioria da população, mesmo com o advento da televisão. A caixa de madeira que de dentro ecoava vozes e sons era reconhecida no país do futebol como a grande inovação da informação e entretenimento. Era quase impossível entrar em um lar brasileiro e não se deparar com um aparelho de rádio ligado.

Em pouco mais de uma década, o rádio era reverenciado no Brasil. Calabre (2004, p. 9) destaca uma das características comunicativa do rádio que conquistou os ouvintes:

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos.

Essa busca individual pelos ouvintes fez com que o rádio buscasse cada vez mais inovar em sua programação. Uma via de mão dupla estava por surgir: rádio e sociedade. O sistema de brindes e sorteios prendiam os ouvintes, os cantores de rádio fascinavam a sociedade. Até 1960 a programação radiofônica brasileira era alicerçada em quatro núcleos: música, dramaturgia, jornalismo e programas de variedades (CALABRE, 2004, p. 32-33).

O radioteatro também fez parte do cotidiano brasileiro e as emissoras Rádio Nacional e São Paulo, ambas de São Paulo, levaram para os ouvintes o que era chamado de teatro em casa. Nessa mesma época a radiodramaturgia adentrava aos lares e em 1941 estreava *Em busca da felicidade*, a primeira radionovela do Brasil. O sucesso é tamanho que algumas emissoras do país produziam conteúdos em vários momentos da grade, conforme aponta Calabre (2004, p. 38),

No auge do sucesso do gênero, no final da década de 1940 e início da de 1950, algumas emissoras chegavam a manter diariamente no ar mais de seis radionovelas. Os capítulos eram apresentados em dias alternados, de segunda a sábado, distribuindo-se nos horários da manhã, da tarde e da noite. Ao longo da década de 1950 as novelas foram se transferindo para a televisão e desapareceram do rádio.

Alguns nomes da “era dourada” do rádio nacional são reverenciados até os dias atuais entre eles Ângela Maria, o locutor Almirante, Emilinha Borba e a cantora Marlene, que foi considerada a melhor cantora de rádio

em 1956 e recebeu das mãos do então presidente Getúlio Vargas o troféu de vencedora, além de Saint-Clair Lopes, Roberto Figueiredo e Heron Domingues, integrantes do jornalismo do Repórter Esso, em 1962.

Até o golpe militar de 1964, que cassou astros do rádio nacional e fechou inúmeras empresas, o rádio brasileiro se manteve como queridinho dos lares e das famílias do país. A pressão política levou o veículo a adotar novas medidas e a programação adota um modelo mais informativo, com inserções na área do esporte e a musicalidade, antes ao vivo, agora gravada e retransmitida, chegando ao fim a era esplêndida da radiodifusão.

3 Radiojornalismo e as ondas on-line

A era do rádio no Brasil também perpassa pela produção de notícias. Alguns autores como Calabre (2004) e Parada (2000) contam que inicialmente as informações eram repassadas para os ouvintes a partir dos conteúdos impressos. O rádio ainda não possuía factualidade e agilidade, características informativas próprias que foram adquiridas ao longo do tempo e que o diferencia de outros veículos de comunicação como a televisão e periódicos impressos. A limitação estava associada à transmissão de conteúdos já noticiados pela imprensa. Em 1941, o Repórter Esso, considerado a estrela do jornalismo radiofônico brasileiro, tem sua primeira edição veiculada na rádio Nacional do Rio de Janeiro. O radiojornal se mantém ativo até 1968, estreando na TV em 1952, permanecendo como líder de audiência das telas até 1970.

Assim como em toda a história da trajetória do rádio no Brasil, o gênero informativo não passaria despercebido pela sociedade e pelos investidores do setor que perceberam a possibilidade de expansão da informação e investiram em equipes de jornalismo. Essa inovação trouxe para o rádio uma de suas principais características: a imediaticidade.

Tal característica do rádio é também apontada como uma alternativa diferenciada de sobrevivência ao longo dos anos. O advento da digitalização que trouxe a televisão para dentro das casas, bem como a internet e

sua velocidade voraz, não foram capazes de finalizar a história do rádio que em 2022 comemora seu centenário.

Até meados de 1950, por exemplo, para se levar a informação no rádio era preciso estar no local, apurar os fatos, retornar para a redação e somente depois transmitir aos ouvintes o que de fato aconteceu. Com o surgimento do telefone celular, em 1973, nos Estados Unidos, o rádio ganha um aliado que reforça seu caráter factual. Na contemporaneidade, esse mesmo aparelho celular, agora com inúmeras funções e conectado à internet, é a ferramenta que une o repórter, o estúdio, a sociedade e a informação, isso, em tempo real.

Parada (2000, p. 11) argumenta que o rádio ganhou novo valor e se reinventou:

Se perdeu espaço para a televisão como entretenimento, valorizou-se como canal de notícia e de prestação de serviços. A dependência da informação online, o tempo que se passa nos automóveis e a necessidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo tornam o rádio uma companhia cada vez mais cômoda, prática e econômica.

A internet seria então a possibilidade de o rádio continuar seu legado informativo e de entretenimento pelo mundo? Parada (2000, p. 30) avalia que sim, apontando a facilidade tecnológica do veículo:

O rádio não tem as limitações industriais de um jornal, como hora de fechamento, nem as de uma emissora de TV, com compromissos dos programas em rede e as dificuldades técnicas que o veículo enfrenta para intervenções ao vivo.

Mas, não é apenas de facilidade que sobrevive o rádio. A sinergia entre as mídias e convergência dos veículos de comunicação, impulsionados pelo advento da internet, desde a década de 1990, marcam a nova era da comunicação mundial. Segundo Filho (1996), a primeira transmissão ao vivo do rádio feita pela internet é da Rádio Itatiaia. Para perceber a união entre as ondas do rádio e a digitalização, basta observar nosso redor: a televisão está no rádio, que está também na internet por meio de

transmissões ao vivo nas redes sociais e os portais alimentados a todo instante, são base para pautas e pesquisa dos informativos no rádio. O word wide web (www) modificou, definitivamente, a forma comunicativa do mundo que ao mesmo tempo interligou os veículos, as máquinas e as pessoas.

Números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revelam que no Brasil mais de 116 milhões de pessoas acessavam a internet, em 2016, totalizando 64,7% de toda a população. Os números mostram ainda que o celular é o principal meio de acesso à rede mundial de computadores no país, sendo utilizado por mais de 94% dos entrevistados. Tablets e televisões ocupavam a segunda e terceira colocação, respectivamente.

O crescimento digital e a conexão entre os veículos de comunicação já eram observados por Castells (1999, p. 68), o autor apontava para essa pluralidade na era da informação:

Além disso, o processo de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão da sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, processada, armazenada e processada, transmitida. Vivemos em um mundo que, segundo Nicolas Negroponte, se tornou digital.

Para acompanhar o desenvolvimento da comunicação o rádio se apropriou da internet e hoje a programação é transmitida em tempo real por meio de aplicativos específicos para aparelhos móveis e as empresas criaram sites próprios e redes sociais. Com a web rádio, os ouvintes não precisam mais fazer uma ligação telefônica para pedir uma música ou participar de um sorteio, tudo é feito on-line com o envio de mensagens, posts nas páginas oficiais ou like's em publicações, e isso de qualquer parte do mundo.

Nair Prata (2008) denomina web rádio como toda programação radiofônica com transmissão exclusivamente via internet, elencando o diferencial desse meio de comunicação por incluir a possibilidade de texto

e imagens, por meio de uma linguagem multimídia, em uma só plataforma.

A internet deu ao rádio mobilidade e a possibilidade infinita de acessos já que os ouvintes podem se conectar com emissoras de todo o planeta, ampliando seu leque informativo, cultural e musical. Além disso, uma importante transformação do “ser rádio” pode aqui ser apontada: o som ganhou imagem com a internet por meio das live’s, transmissões ao vivo.

Em uma busca simples pelo site rádios.com.br foi possível encontrar, até 13 de maio de 2018, mais de 19.151 rádios brasileiras com transmissão on-line, ao vivo, cadastradas na plataforma virtual. Em 1997, esse número era de apenas 09 estações, conforme aponta Kuhn (2000). Observa-se que esse crescimento no número de rádios on-line no país, por sua vez, como os veículos de comunicação estão articulados e dialogam entre si com a meta de levar o conteúdo para o maior número de pessoas, perpassando pela diversidade tecnológica que temos a disposição.

4 Considerações finais

Parafraseando Castells (1999), a evolução da tecnologia não seguiu para um fechamento de possibilidades. O mundo experimenta o início de múltiplos acessos, com características fortes, materializados, mas que ao mesmo tempo continua sua trajetória de transformações que acompanham a história e as necessidades da sociedade. Sendo assim, o rádio buscou uma nova forma de se comunicar e resistir ao avanço da tecnologia, superando indagações sobre sua sobrevivência.

Para as empresas e profissionais da radiodifusão fica o desafio da reinvenção já que a internet resgatou para o rádio características importantes de sua história, como o encurtamento das distâncias, economia, a informação democrática e acesso à cultura, além de rádio interativo e social. Para tanto, é preciso também que a geração de webradiocomunicadores continue a aperfeiçoar a convergência das mídias, entendendo que a era da voz que ecoava dos remotos aparelhos,

agora é a era do audiovisual. A história do rádio é, portanto, uma superação de desafios e que na atualidade tem se refeito ao passo que as novas tecnologias evoluem. O rádio mantém-se vivo.

5 Referências

BARBOSA FILHO, André. **Rádio na internet: concessão pra quê?** São Paulo: RTV – Universidade de São Paulo, 1996.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2016.** Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101543>. Acesso em 10 de abril de 2018.

CALABRE, Lia. **A era do rádio.** Rio de Janeiro, 2. ed. Editora Jorge Zahar, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, José de Almeida. **A história do Rádio no Brasil.** Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil>. Acesso em 10 de abril de 2018.

KUHN, Fernando. **O rádio na internet: rumo a quarta mídia.** 2000. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284183>. Acesso em 13 de maio de 2018.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação.** 2008. Acesso em 10 de abril de 2018.

RÁDIOS ON-LINE. **Rádios ao vivo: Brasil.** Disponível em <https://www.radios.com.br/radio/pais/brasil/33>. Acesso em 10 de abril de 2018.

RODRIGUES, Antônio Paiva. **Pequena história do rádio e da televisão,** 2008. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/pequena-historia-do-radio-e-da-televisao/>. Acesso em 21 de março de 2018.

Capítulo 3

Bullying na escola: à margem do agendamento midiático

*Cleide das Graças Veloso dos Santos*¹

*Ana Carolina Costa dos Anjos*²

Esse capítulo traz a pauta o do *bullying*, para compreender a carência da compreensão social sobre esse tipo de violência e suas implicações sob o ponto de vista do agendamento midiático. Dentre os diferentes tipos de violências que ocorrem na escola, a escolha desse tipo de agressão se evidenciou, conforme relatado no texto de nossa autoria “Comunicação, Jornalismo e Ensino: o despertar da produção de conhecimento em uma escola municipal”, que traz “A performance da Oficina *Pocket Reportagem* no relatório e no grupo focal” em que foi identificada a preocupação das alunas, componentes do grupo observado, com o tema *bullying* na escola e o interesse de outros participantes sobre a abordagem.

As questões que envolvem a violência e a escola são inquietações, objetos de pesquisas realizadas por pesquisadora(e)s de diferentes campos do conhecimento ao longo dos anos. Inspiradas nesse fato, propomo-nos a desenvolver um segundo estudo que, buscou verificar a presença de

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2011), Master of Business Administration (MBA) em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro (2014), Pós-graduada na Especialização em Comunicação, Jornalismo e Ensino: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins (2018) e Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (2019). E-mail: cleide.veloso13@gmail.com.

² Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: carolcdosanjos@gmail.com.

aspectos apresentados no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), nos casos publicados em um dos veículos de comunicação online de grande audiência no Estado.

Na amostra de 40 notícias do G1 Tocantins analisada, apesar da tendência factual e conservadora da narrativa jornalística do veículo, algumas características do levantamento da violência na faixa etária escolar puderam ser observadas nas notícias. A pesquisa recebeu o título “olhares sobre a violência e a escola no Tocantins”. Esses estudos se apoiaram em referências acadêmicas nos assuntos pontuados, para tratar dos aspectos já amplamente abordados e não teve o propósito de apresentar soluções prontas e imediatas, mas promover, a partir das observações, uma reflexão que espera em algum momento somar uma contribuição ao amadurecimento de um olhar crítico e a continuidade do desenvolvimento da aprendizagem, resultado da trajetória de esforços empenhados na pesquisa científica.

E, nesse ponto, podemos inferir que, de acordo com a prospectiva, múltiplas compreensões podem se destacar, a respeito de uma situação, na temática da violência, ainda que no ambiente escolar. O universo de variáveis que podem interferir na significação do termo violência é indiscutivelmente amplo e complexo. Tomando como características observáveis o tipo de agressão, perfil da vítima e do agressor/suspeito, a motivação, o local da ocorrência, entre outros, será possível observar a aproximação ou o distanciamento do caso a um determinado tipo de violência física e/ou psicológica.

A violências relacionadas à questão racial, de gênero e socioeconômica são pautas recorrentes nos meios de comunicação. Mesmo com riqueza de informações; se de um lado, o relato de um único dado pode dar um rumo específico a compreensão de uma ocorrência; de outro, a escolha do termo pode tornar o entendimento impreciso.

Nos casos relacionados à escola, independente da contextualização e dos atores envolvidos, essas agressões têm se apresentado com maior frequência como tema das discussões científicas, de movimentos e de

sociedades organizadas não-governamentais, para compreensão da narrativa de ocorrências, dentro, fora ou próximas a unidades escolares. Evidenciando uma maior preocupação com casos relacionados a violação sexual, lutas corporais, agressões verbais e o *bullying/cyberbullying* que traz um misto de agressões físicas e/ou psicológicas em ambientes físicos e/ou digitais

Nesse sentido, para compor a tríade dos estudos dedicados às reflexões na composição dessa etapa de aprendizagem voltada para o campo do ensino da comunicação e do jornalismo, busca-se examinar, neste capítulo, o único caso de *bullying* localizado na amostra de notícias sobre ocorrência que relacionaram violência e escola, publicadas no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017, na mídia online G1 Tocantins.

Para tanto, no próximo subtítulo, tem-se a apresentação do conteúdo da notícia, objeto desta análise. Em seguida apresenta-se o cenário em que o tema se emerge. Então, sob o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e amparadas por referências pertinentes sobre o tema *bullying/cyberbullying* uma apreciação das informações relatadas foi realizada e por fim, elencamos as constatações e recomendações que se evidenciam.

Mais uma vez atentando para a importância do papel e do envolvimento dos meios de comunicação a partir da cobertura jornalística no combate à violência, nesse caso o *bullying*, e que a violência muitas vezes é considerada como resultado de fatores negativos naturalizados, portanto absorvidos pela cultura de um povo.

Desse modo, cabe reiterar, que esta pesquisa não se propõe a classificar a qualidade narrativa profissional ou do veículo de comunicação, entretanto tem o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre a violência no ambiente escolar, a partir da análise de uma notícia que traz a narrativa sobre casos de *bullying*, ocorridos em escolas tocantinenses.

Caso recente de *bullying* na escola de estado vizinho estimula o debate no Tocantins

Há menos de dois meses do desfecho fatal de um caso de *bullying*, em uma escola de ensino infantil e fundamental em Goiânia³, em que dois alunos foram a óbito e quatro ficaram feridos após serem atingidos por bala de revólver disparada por um colega de 14 anos; outra notícia⁴, publicada 11 de novembro de 2017, relata que um aluno faz ameaças de morte a outros estudantes alegando ser vítima de intimidação sistemática por motivo de sexualidade e opção religiosa.

Segundo Hohlfeldt (2011), do ponto de vista da hipótese da Teoria *Newsmaking*⁵, durante a produção da notícia, acontecimentos cotidianos são submetidos a uma filtragem, que entre outros, avalia o grau de noticiabilidade de um assunto.

Nesse sentido, até então, nem o tema ou qualquer caso desse tipo de violência nas escolas do Tocantins havia ganho espaço no veículo G1 Tocantins. Porém, em pesquisa teórica, Antonio Hohlfeldt (2011) fala do poder de influência dos meios de comunicação a médio e longo prazo sobre o receptor, da possibilidade do receptor também agendar a mídia e destaca ainda que, no ciclo da hipótese de agenda ou *agenda setting*, que ocorre o que chama de “interagendamento (sic) entre os diferentes tipos de mídia” (HOHLFELDT, 2011, p. 198).

Já Felipe Pena (2010) enfatiza que a partir da Teoria do agendamento, o objetivo dos estudos dos efeitos, passou a analisar a influência da mídia “na formação e mudança de cognições, ou seja, na forma como as pessoas

³ Notícia publicada no G1 Goiás, sob o título Adolescente suspeito de matar a tiros dois colegas sofria bullying, diz estudante, por Paula Resende, em 20 out. 2017.

⁴ Notícia publicada em 01 nov. 2017, por Silvío Túlio no G1 GO, sob o título Aluno alega ser vítima de *bullying* e faz ameaças de morte para colegas via WhatsApp, diz polícia.

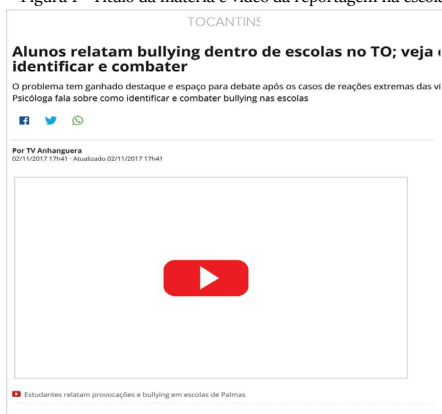
⁵ Segundo o autor, essa hipótese atenta-se especialmente a produção de informações, “ou melhor, à potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia” (HOHLFELDT, 2011, p. 188) e, assim, é “mais uma teoria do jornalismo do que propriamente da comunicação” (HOHLFELDT, 2011, p. 203), tendo surgido no fim dos anos [19]60 e encontrando maior período de desenvolvimento na década de [19]70, entre diferentes pesquisadores, nos Estados Unidos, com o que conhecemos por *communication research*.

aprendem (e aprendem) as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo” (PENA, 2010, p. 144).

Conforme ilustra a Figura 1, apresentada a seguir, a matéria publicada no G1 Tocantins, em 02 de novembro de 2017, sob o título ‘Alunos relatam *bullying* dentro de escolas no TO; veja como identificar e combater’⁶, é assinada por Tv Anhanguera e divulgada no ambiente virtual, após a apresentação no JA1 do Tocantins, transmitido em Palmas como também em outras regiões do Tocantins, nas quais há cobertura e faz referência ao acontecimento no Estado vizinho.

No subtítulo a notícia enfatiza que ‘O problema tem ganhado destaque e espaço para debate após os casos de reações extremas das vítimas. Psicóloga fala sobre como identificar e combater *bullying* nas escolas’.

Figura 1 - Título da matéria e vídeo da reportagem na escola



Fonte: Print da notícia (G1 TOCANTINS, 2017, p. 1 de 4)

⁶ A reportagem primeiro foi ao ar no telejornal do almoço, da TV Anhanguera Tocantins, em Palmas e posteriormente postada no site G1 Tocantins, ambos relacionados ao Grupo Globo de Comunicação, publicada 02 nov. 2017.

Figura 2 - Parte da narrativa escrita com indicação para ver em vídeo

Agressões intencionais, sejam elas verbais, físicas ou psicológicas, feitas de maneira repetitiva: essas são algumas características do bullying. As atitudes são comuns principalmente entre crianças e adolescentes dentro da escola e podem trazer grave consequências. O problema ganhou destaque e espaço para debate após os casos de reações extremas das vítimas. **Veja o vídeo**

Para tentar fazer com que as vítimas do bullying não escondam os casos, professores estão realizando palestras em escolas públicas e particulares das cidades de Palmas, Nacional e Miracema do Tocantins. Eles falam das consequências das práticas, que passam por advertências e suspensões escolares, e se tornar processos com indenizações.

Um estudante que não quis se identificar falou sobre o que sofre com frequência na escola. "Apelidos, até mesmo a questão rabiscar caderno, pegar coisas."

"Muitas vezes a gente fala que leva na brincadeira, mas não é bem aquilo. Por que o sofrimento, ele não vem na escola. Ele vem na sua casa. É na sua casa que você vai passar em tudo que você passou no seu dia", disse outro aluno.

Em entrevista à TV Anhanguera, a psicóloga Andreia Ayres tirou dúvidas e explicou como identificar e combater o bullying no ambiente escolar. "O bullying muitas vezes acontece nas escolas. Até que esse comportamento chegue a direção do colégio e a escola conseguir atingir os pais esse pode ser um processo moroso. Existe uma lei do silêncio. Quem o bullying tem muita dificuldade de falar. **Veja o vídeo abaixo**

Fonte: Print da notícia (G1 TOCANTINS, 2017, p. 2 de 4)

Figura 3 - Parte textual, publicidade e foto desfocada e turva

Ela cita algumas características que podem ajudar na identificação. "Quem sofre ou costuma ser tímido, tem dificuldade de expor o que está acontecendo. Ele demora para relatar esse evento. Na maioria das vezes o jovem não consegue se expor."

Para ela, a principal forma de combater o bullying é incentivar o respeito à diversidade. "Não passa nem pelo processo de aceitação, mas de respeito. As escolas já fazem esse trabalho."

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



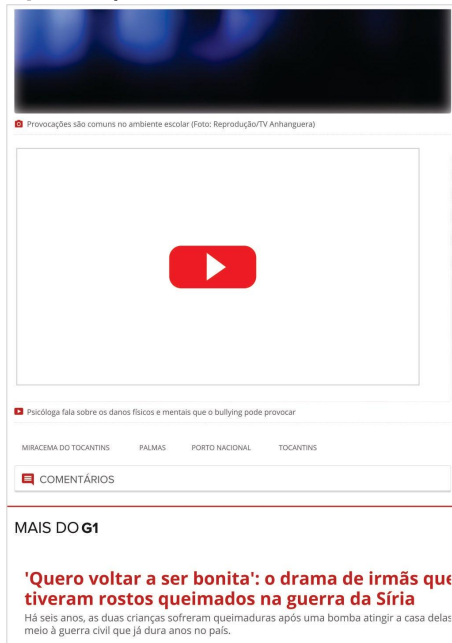
Ela recomenda aos pais que identificarem o problema, procurar a escola. "O primeiro caminho é sempre procurar a escola. Se ela atua como parceira, muito provavelmente esse problema se resolve nesse ambiente. Caso não haja uma resposta ele procura meios judiciais."

Quer saber mais notícias de todo o estado? **Assine o G1 Tocantins.**



Fonte: Print da notícia (G1 TOCANTINS, 2017, p. 3 de 4)

Figura 4 - Continuação da foto desfocada e vídeo da entrevista em estúdio



Fonte: Print da notícia (G1 TOCANTINS, 2017, p. 4 de 4)

O primeiro vídeo posicionado na publicação, conforme ilustrado na Figura 1, possui o tempo total de 2min49seg e se localiza antes da parte textual. A gravação traz para a publicação do G1 Tocantins, o primeiro momento da reportagem do telejornal do horário do almoço, Jornal Anhanguera 1ª edição - JA1, em que o jornalista e apresentador Sydney Neto inicia com a chamada da reportagem realizada na escola, enfatizando que;

Muita gente está reunida agora na hora do almoço, nesse momento em família, na maioria dos casos, e a gente vai aproveitar agora para falar de um assunto muito importante, que nem sempre os pais acabam sabendo. Agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, que são comuns, dentro da escola, podem trazer consequências, tanto para quem sofre como para quem faz o *bullying*, quem pratica essa violência conhecida como *bullying*. Professores de direito estão fazendo palestras em escolas de Palmas, Porto Nacional e de Miracema (ALMEIDA NETO, 2017, de 00:00:00 - 00:00:35).

Em seguida, entra ao ar a reportagem, com o *off* da repórter Nathália Henrique sob a imagem de apoio turva, para preservar a identidade do estudante, explicando, “esse jovem de 19 anos, já perdeu as contas de quantas vezes foi alvo de brincadeiras de mau gosto dos colegas” (HENRIQUE, 2017, de 00:00:32 - 00:00:43). Então inicia o relato do rapaz, “apelidos até mesmo à questão de rabisca caderno. É... Pegar as coisas” (DEPOENTE 1⁷, 2017, 00:00:44- 00:00:53). Logo o *off* retorna com mais imagens de apoio turvas de outros alunos dentro da sala de aula e no espaço de atividades físicas, onde Nathália complementa, “[...] é mas esse tipo de provocação na verdade não é brincadeira. Trata-se de algo sério que chama *bullying*” (HENRIQUE, 2017, 00:00: 54 -00: 01:00). Na sequência com a imagem iluminada entra o esclarecimento da psicóloga, Andréa Ayres, que explica; “toda agressão que ela é física, verbal ou psicológica, que acontece forma intencional e repetitiva com alguém, esse alguém geralmente, ele tem uma dificuldade muito grande de se defender dessa agressão” (AYRES, 2017, 00:01:01 - 00:01:14). Depois entra a imagem da repórter, com imagem clara, legenda de seu nome com a localização de Palmas, reforçando, “os pais e a escola muitas vezes não sabem que o problema existe, tudo porque a vítima do *bullying* se cala. Por isso, o grande desafio, é tornar essa temática, pública. Como? Discutindo a questão” (HENRIQUE, 2017, 00:01:15 - 00:01:29), que então abre a porta no momento em que os alunos batem palmas para o professor.

Com imagens de apoio, mas agora mostrando uma geral da turma, a repórter Nathália Henrique conclui,

E é justamente para estimular alunos e professores a refletirem sobre o *bullying*, que dois professores de direito da capital estão dando palestras sobre o tema, nas escolas públicas e particulares de Palmas, Porto Nacional e Miracema. O projeto aborda, por exemplo, aspectos psicossociais do *bullying*. De formas lúdicas os professores falam das consequências, dessa prática, que podem ser trágicas, como aconteceu em Goiânia. Além disso, o projeto mostra

⁷ Depoimento do primeiro aluno menor de idade, com identidade preservada no vídeo da reportagem do telejornal JA1 e na narrativa textual do G1 Tocantins.

que o *bullying* pode gerar outras consequências como a jurídica (HENRIQUE, 2017, 00:01:35 - 00:02:06).

Entra então a fala do advogado palestrante Roger Lippi, que enfatiza os aspectos de responsabilização.

Um aluno achava que o *bullying* ia ter como consequência para ele, somente uma advertência na escola, uma suspensão na escola e não uma consequência que poderia ter uma judicialização e em casos mais extremos, até um caso de indenização que pudesse alcançar a família e não só ele (LIPPI, 2017, 00:02:07 - 00:02:21).

Nathália retoma o *off* com imagens de apoio turvas, “a esperança não só dos professores é de que a conversa com os estudantes reflita resultados práticos, para que cada vez menos jovens sofram por *bullying*” (HENRIQUE, 2017, 00:02:22 - 00:02:31). Novamente sob imagem de apoio turva o estudante do início da matéria conclui, “muitas das vezes, a gente fala que leva na brincadeira, porém não é bem aquilo, porque, o sofrimento, ele não vem na escola. Ele vem na sua casa, que é na tua casa que você vai pensar em tudo aquilo que você passou no seu dia” (DEPOENTE 1⁸, 2017, 00:02:32 - 00:02:49).

O vídeo encerra e a publicação segue com a parte escrita, que traz um pouco do depoimento do primeiro vídeo, transcrito; mas se apoia substancialmente no segundo vídeo, sobre a entrevista em estúdio, com a psicóloga e que na mídia online está exposto ao final da matéria.

A narrativa escrita inicia com destaque de alguns relatos do vídeo da reportagem na escola e complementa a publicação, como a frases da entrevista em estúdio, em que a psicóloga Andréa Ayres afirma,

O *bullying* muitas vezes acontece nas escolas. Até que esse comportamento chegue a direção do colégio e a escola consiga atingir os pais, esse pode ser um processo moroso. Existe uma lei do silêncio. Quem sofre o *bullying* tem muita dificuldade de falar (AYRES, 2017, online).

⁸ O primeiro aluno menor de idade, retorna com mais uma declaração, mantendo a identidade preservada no vídeo da reportagem do telejornal JA1 e na narrativa textual do G1 Tocantins, conforme exposto.

Logo depois a narrativa o redator afirma que, a entrevistada cita característica que ajudam a identificar esse tipo de agressão e destaca a fala da psicóloga sobre um breve perfil da vítima, “quem sofre o *bullying* costuma ser tímido, tem dificuldade de expor o que está acontecendo. Ele demora muito para relatar esse evento. Na maioria das vezes o jovem não consegue se expor”, pontua Ayres (2017, online).

No parágrafo seguinte o redator acrescenta que, para Andréa, a forma de combater o *bullying* é incentivar o respeito e a diversidade. E enfatiza a declaração da psicóloga que diz, “não passa nem pelo processo de aceitação, mas de respeito. As escolas já fazem esse trabalho”, (AYRES, 2017, online).

A sequência do texto é quebrada com indicação que a matéria continua após a apresentação de uma publicidade apresentada em um arquivo semelhante a um GIF. Por fim, tem-se um último parágrafo e a notícia encerra, com a narrativa da afirmação de que a psicóloga recomenda aos pais que ao identificarem o problema devem procurar a escola, “o primeiro caminho é sempre procurar a escola. Se ela atua como parceira, muito provavelmente esse problema se resolve nesse ambiente. Caso não haja uma resposta ela procura os meios judiciais” (AYRES, 2017, online).

Abaixo tem ainda uma foto turva e desfocada, seguida pelo segundo vídeo, com tempo total de 00:08:07, do registro da entrevista do Sydney de Almeida Neto no estúdio, com a psicóloga Andrea Ayres que resultou na parte escrita.

Nessa entrevista Sydney Neto apresenta questões sobre a lei para a psicóloga, questiona se o silêncio da vítima de *bullying* pode ser comparado ao das mulheres vítimas de violência no lar, lembrando que as vítimas costumam ter medo de realizar a denúncia. O apresentador insere a participação do público, via rede social, com a pergunta de um pai que procura saber se resolver sozinho é perigoso e foi respondido conforme apresentado na parte textual.

Na condição de âncora e entrevistador, Sydney Neto comenta outro caso, no qual um pai afirma ensinar seus filhos, desde pequenos a não praticarem *bullying* em casa. E pergunta a psicóloga se é correto. Andréa responde que, “com certeza, a escola começa em casa” e complementa, “uma grande dificuldade é que alguns pais consideram uma brincadeira” (AYRES, 2017, texto eletrônico). O apresentador traz outros casos como o da mãe que precisou mudar a filha da escola, próximo de casa, e acredita que por ser tímida a filha apanhava dos colegas. Nesse momento a psicóloga atribui a timidez como característica da vítima do *bullying*, conforme na narrativa escrita.

Para finalizar, Sydney comenta que agressões sempre existiram e em relação ao *bullying* questiona “porque só agora veio à tona?” (ALMEIDA NETO, 2017, texto eletrônico). Então Andréa responde que “o assunto é antigo, mas só após surgir casos mais graves passou a ser submetido a análise do tempo” (AYRES, 2017, entrevista), citando exemplos ocorridos a 10 anos atrás e de outros locais, até comentar o caso que na época, havia ocorrido nos últimos 10 dias, em Goiânia. A entrevistada conclui alertando que “muitas vezes a ocorrência de suicídio de jovens tem motivação no *bullying*” (AYRES, 2017, texto eletrônico).

Dessa maneira, a reportagem se encerra, na matéria do G1 Tocantins. Antes de procedermos com a análise do objeto, torna-se apropriado apresentar um breve relato da importância dos meios de comunicação na construção social do combate ao *bullying* na escola, no próximo subtítulo.

A comunicação no cenário da sensibilização social

Os sociólogos Berger e Luckmann (2002, p. 228) afirmam que “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. [...] processos [...] determinados pela estrutura social”. Porém os autores consideram que essas estruturas produzem “tipos de identidade, que são

reconhecíveis em casos individuais” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 229).

Considerando a diversidade cultural resultada da variedade de identidades na formação humana Mendel, Castillejo e Gómez (2017) trazem, no caderno de discussões sobre a comunicação e a informação da Unesco, o princípio que descreve um dos objetivos da regulação internacional relacionada a diversidade, o pluralismo, a concentração dos meios e a liberdade de expressão.

Si el principio de la independencia condiciona la manera de regular la radiodifusión, el principio de la diversidad de los medios describe uno de los principales objetivos de la regulación. [...] en términos de la jurisprudencia, la idea de una obligación positiva del Estado de promover la diversidad de los medios deriva del hecho de que la libertad de expresión protege los derechos de quien se expresa y de quien escucha (el derecho a ‘buscar y recibir’ información e ideas) (MENDEL; CASTILLEJO; GÓMEZ, 2017, p. 18)⁹.

Então em relação ao princípio da diversidade, Mendel, Castillejo e Gómez (2017, p. 19) afirma ainda que; “há encontrado um fuerte apoyo dentro del sistema interamericano de los derechos humanos”¹⁰. Os autores apontam como exemplo, a recomendação do relatório anual de 2015 da Comissão Internacional dos Direitos Humanos (CIDH) aos Estados Membros, que diz:

Promover políticas y prácticas efectivas que permitan el acceso a la información y la participación igualitaria de todos los sectores de la sociedad para que sus necesidades, opiniones e intereses sean contemplados en el diseño y la toma de decisiones sobre políticas públicas. Asimismo, adoptar medidas legislativas y de otra índole que sean necesarias para garantizar el pluralismo, incluyendo leyes que prevengan la existencia de monopolios públicos o

⁹ Se o princípio da independência determina a maneira de regular a radiodifusão, o princípio da diversidade da mídia descreve um dos principais objetivos da regulamentação. [...] Em termos de jurisprudência, a ideia de uma obrigação positiva do Estado de promover a diversidade da mídia deriva do fato de que a liberdade de expressão protege os direitos daqueles que se expressam e dos que escutam (o direito de ‘procurar e receber’ informações e ideias). (tradução livre)

¹⁰ há encontrado um forte apoio dentro do sistema interamericano dos direitos humanos (tradução livre)

privados y la concentración indebida o excesiva de los medios de comunicación (MENDEL; CASTILLEJO; GÓMEZ, 2017, p. 19).¹¹

Soma-se a essa perspectiva que, segundo Berger e Luckmann (2004, p. 246); “a sociologia do conhecimento compreende a realidade humana como uma realidade construída”. Sob a perspectiva do processo de construção social deduz-se que, na busca pelo conhecimento da vida cotidiana, ao longo do tempo, o cidadão, apresenta algum reflexo dos vários estímulos que lhe são apresentados.

Além disso, conforme Lemos e Lévy (2010, p. 202); com a desterritorialização do ‘eu’, no ciberespaço, permanecemos com o corpo orgânico, sentimentos humanos, as relações pessoais físicas, de classes ou de faixas etárias, mas as nossas identidades culturais “se ligará diferentemente aos nossos conhecimentos, centros de interesse, competências sociais e linguísticas”. E nesse sentido, os autores alertam ainda que frequentemente os críticos da cibercultura cometem um equívoco.

Sobre o plano conceitual, é necessário distinguir cuidadosamente a unidade da uniformidade. A unificação econômica, comunicacional e, talvez dentro de pouco tempo, política da humanidade, não deve ser identificada a uma uniformização. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 205).

Cada vez mais se evidencia que o avanço tecnológico favoreceu a comunicação, facilitando o acesso a outras culturas, e resultou em um crescimento exponencial do fluxo de informações, a partir do ciberespaço, estimulando a propagação da diversidade cultural. Nas palavras dos autores; “cada novo avanço da comunicação provocou uma multiplicação de gêneros literários, artísticos, científicos e outros, em vez de uma redução da diversidade. O ciberespaço não faz exceção a essa regra” (LEMOS; LÉVY, 2010, 207).

¹¹ Promover Políticas e práticas eficazes que permitam acesso à informação e participação igual de todos os setores da sociedade, para que suas necessidades, opiniões e interesses sejam contemplados no desenho e na tomada de decisões sobre Políticas Públicas. Da mesma forma, adote medidas legislativas e outras necessárias para garantir o pluralismo, incluindo leis que impedem a existência de monopólios públicos ou privados e a concentração indevida ou excessiva da mídia.

Nesse contexto, o *habitus* é considerado uma estrutura estruturante existente em nós e fora de nós, fruto do intercâmbio do diálogo com o meio e do meio conosco, que promove a internalização de valores e princípios, constituindo nosso estilo de vida e visão de mundo. Pierre Bourdieu (2007, p. 191) afirma que “como sistema das disposições socialmente constituídas”, determina posições, isto é;

Enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Assim, vale retomar o sentido da construção da social da realidade, na qual Berger e Luckmann (2002, p. 142) afirmam que, o universo simbólico se constitui no campo teórico, por ser considerado uma construção cognoscitiva. Assim, “tem origem em processos de reflexão subjetiva, os quais, depois da objetivação social, conduzem ao estabelecimento de ligações explícitas entre os temas significativos que têm suas raízes nas várias instituições” e complementam;

Enquanto o estabelecimento de um universo simbólico pressupõe a reflexão teórica por parte de alguém (para quem o mundo, ou , mais especificamente, a ordem institucional assume um aspecto problemático), todos os homens podem ‘habitar’ esse universo numa atitude natural (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 142).

O ciberespaço, por sua vez, se tornou um lugar de trocas culturais e encontros ideológicos. Segundo Joanguete (2017), o surgimento de movimentos ciberativistas estão sendo incentivados pelos meios digitais e com o avanço tecnológico as relações unidirecionais se tornam multidirecionais, abertas, interativas e participativas, impondo novos modelos de convivência entre a política, os mídia e os cidadãos, que atraíam

oportunidades; porém o autor alerta que “também implicam outros conflito e incertezas, em particular quando se trata de democracias em maturação” (JOANGUETE, 2017, p. 195).

Considerando o cenário apresentado, no próximo subtítulo, apresentamos a análise da publicação, objeto desse estudo, acompanhada do amparo teórico da temática *bullying* e dos estudos voltados para a violência na escola, em avanço nas comunidades empenhadas na compreensão e/ou combate desse fenômeno.

O *bullying* na pauta

Apesar da violência na escola ser uma preocupação mundial que vem sendo acompanhada ao longo dos anos, no Brasil, o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) pode ser considerado recente. A Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015), instituída aos 6 dias do mês de novembro de 2015, conforme o seu Art. 8º, somente entrou em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial ocorrida no Diário Oficial da União, isto é, aos 9 dias do mês de novembro do mesmo ano. Portanto, no momento dessa análise, a Lei 13.185/2015; que entrou em vigor em 9 de fevereiro de 2016; completou 11(onze) meses de vigência, ou seja, menos de 01(um) ano de aplicação.

Diante desse fato, se torna pertinente elencar as definições, dispostas na lei de combate ao *bullying*, que no § 1º de seu primeiro artigo, define as condições, ausência de motivações, abrangência de agressores e vítimas, o objetivo, consequências e posição dos envolvidos no contexto desse tipo de violência, praticado de maneira intencional e repetitiva, seja de forma física ou psicológica, para intimidação sistemática da vítima.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando

dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, texto eletrônico).

A única notícia sobre ocorrências de *bullying* na escola, objeto desta análise; localizada na amostra das publicações que relacionaram violência e escola, no veículo G1 Tocantins, durante o período analisado; repercute a reportagem da TV Anhanguera, inspirada em um caso ocorrido no Estado vizinho, que na época, havia acontecido a cerca de 10 dias e, portanto não se pautou de forma factual.

A matéria publicada com o título ‘Alunos relatam *bullying* dentro de escolas no TO; veja como identificar e combater’, destaca em seu subtítulo ‘O problema tem ganhado destaque e espaço para debate após os casos de reações extremas das vítimas. Psicóloga fala sobre como identificar e combater *bullying* nas escolas’ e a narrativa escrita faz uma breve introdução da definição desse tipo de violência, enfatizando as informações relatadas no vídeo sob a legenda ‘Estudantes relatam provocações e *bullying* em escolas de Palmas’, que antecede o texto e traz a reportagem na escola.

Concentrando a análise na parte textual, o parágrafo seguinte da notícia destaca a realização de uma iniciativa para a sensibilização de alunos na escola, sobre o tema *bullying*; que, entre outras recomendações, atende o inciso IX, do Art. 4º da Lei 13.185 (BRASIL, 2015), que lista os objetivos do Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Todavia, considerando o inciso VIII, deste mesmo artigo; a informação na frase ‘Eles falam das consequências das práticas, que podem passar de advertências e suspensões escolares, e se tornar processos com indenização’, revela o entendimento jurídico, que de forma subjetiva aponta para outras possibilidades de interpretação.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 10:

[...]

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil; [...] (BRASIL, 2015, texto eletrônico).

Esse entendimento jurídico se cristaliza durante a fala do advogado e palestrante Roger Lippi; no vídeo do primeiro momento da reportagem veiculada no JA1 da TV Anhanguera TO e repercutida na matéria publicada no veículo online G1 Tocantins, em 02 de novembro de 2017, sob o título ‘Alunos relatam *bullying* dentro de escolas no TO; veja como identificar e combater’; em que comenta, na entrevista iniciada aos 00:02:06 da reportagem e encerrada aos 00:02:22, o equívoco dos alunos quanto as consequências desse tipo de agressão.

Esse recorte nos leva a inferir que, do ponto de vista legal; sem abrir mão dos direitos humanos da criança e do adolescente; se prioriza alternativas de sensibilização para mudança de conduta do agressor; porém isso não isenta o praticante de *bullying* de ser responsabilizado, conforme a gravidade das consequências de sua prática.

Sob outro ponto de vista, durante a reportagem houve depoimentos de alunos, que por serem menores de idade, tiveram suas identidades preservadas ao relatar a ocorrência de apelidos, danos e perdas de materiais, bem como das reações adotadas na tentativa de não demonstrar dar importância, mas que em casa as consequências emocionais são sentidas com as lembranças.

Na lei, a prática repetitiva da intimidação, se torna a medida de identificação das formas variadas da violência física ou psicológica praticadas como *bullying*. Para identificar esses diferentes tipos de violência em atos de intimidação, humilhação ou discriminação repetitiva, o segundo artigo enumera 8 (oito) tipos de comportamentos adotados por agressores, nessa ocasião.

Art. 20 Caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias (BRASIL, 2015, texto eletrônico).

Nas relações presenciais de violência, a ‘lei do silêncio’ é um fator que se revelou nos estudos realizados ao longo dos anos e que chama a atenção, pois prevalece por diferentes motivos e favorece a prática recorrente da agressão.

No ambiente escolar, esse silêncio também ocorre, como destaca o trecho apresentado o vídeo do primeiro momento da reportagem, com tempo total de 00:02:49, antes da parte textual da matéria em análise. A chamada desse bloco da reportagem enfatiza que muitos casos de agressões intencionais repetitivas, verbais ou físicas, não chegam ao conhecimento dos pais, apesar das graves consequências que podem causar. Ainda nessa sequência há esclarecimentos profissionais sobre o *bullying*, as dificuldades de defesa enfrentadas pelas vítimas, além da falta de conhecimento também da escola em alguns casos; o que leva a crer que torna maior o desafio do combate a esse tipo de violência.

Contudo, a matéria enfatiza a importância da atividade de sensibilização na escola, alertando para a possibilidade de fim trágico, como no caso ocorrido em Goiânia¹², anteriormente citado. Nesse ponto surge a hipótese da gravidade de uma ocorrência registrada em outro Estado, ter alavancado a abordagem na rede local, após ganhar destaque no espaço midiático, sinalizando a prática do que diz a teoria da Agenda *Setting*. E é no sentido de desvincular essas pautas da necessidade do aspecto factual, que esse estudo busca promover uma reflexão sobre a importância do papel e envolvimento dos meios de comunicação no combate à violência, em especial ao *bullying*.

Porém, de forma semelhante, nas relações em ambiente virtual a prática do *bullying* avançou sob o equívoco da impossibilidade de

¹² Conforme divulga a notícia publicada no G1 Goiás por Paula Resende, em 20 out. 2017, sobre o adolescente suspeito de matar a tiros dois colegas por sofrer *bullying*, segundo testemunha, conforme já citado.

identificação e localização do agressor. Não se pode negar que no ciberespaço a investigação de um caso demanda a dedicação de uma equipe técnica especializada da inteligência policial ligada a tecnologia da informação e que muitas vezes a agressão à imagem na forma online, pode demorar ou se quer chegar ao conhecimento da vítima, quando realizada em grupos fechados e não houver denúncia.

Acompanhando os avanços tecnológicos da contemporaneidade no campo da comunicação; para alcançar a prática do *bullying* no ciberespaço, em seu Parágrafo único, a Lei 13.185 (BRASIL, 2015) reconhece essa violência no ambiente virtual, como *cyberbullying* e pontua quais situações são consideradas práticas desse tipo de violência.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015, texto eletrônico).

Outro ponto que traz esclarecimento quanto aos tipos de ações praticadas, em atos de intimidação sistemática, é a classificação disposta no terceiro artigo da Lei de combate ao *bullying*, segundo Art. 3, abaixo transcrito:

Art. 3º A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social. (BRASIL, 2015, texto eletrônico)

Todos os 09 (nove) objetivos do Programa de combate a intimidação sistemática listados no quarto artigo da Lei 13.185/2015; justificam o esforço empreendido na pesquisa para promoção das reflexões propostas nesse estudo. Contudo, o inciso VI ressalta os pressupostos que reverberam e substanciam a pertinência desta pesquisa científica no campo da comunicação e do jornalismo.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º:

[...]

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; [...] (BRASIL, 2015, texto eletrônico)

Neste ponto, podemos inferir que o empenho dos meios de comunicação no combate ao *bullying*, conforme previsto na lei de combate à intimidação sistemática, é reconhecido como um dos importantes dispositivos de contribuição para o enfrentamento desse tipo de violência. E nesse sentido, a produção do conhecimento científico, a partir do campo da comunicação, do jornalismo e do ensino, busca a indicação dos caminhos pertinentes a serem trilhados no propósito da mitigação desse tipo de violência.

A parte escrita da narrativa publicada no G1 Tocantins, apresentada nos segundo e terceiro momentos da reportagem, traz a transcrição de parte do depoimento gravado no primeiro vídeo; mas se apoia substancialmente no segundo vídeo apresentado no quarto momento da matéria que ilustra a parte da publicação sobre a entrevista em estúdio, exposto ao final da matéria, no site.

Na parte escrita, além dos aspectos já comentados, reforça as características mais frequentes das vítimas de *bullying*, sua dificuldade de expor o problema e que a forma de combate a esse tipo de violência é com o incentivo ao respeito e a diversidade.

Nessa publicação do G1 Tocantins que reproduz a reportagem da TV Anhanguera, a sequência do texto é quebrada por um quadro (box) de

publicidade com movimento de imagem e a indicação que matéria continua após a apresentação.

Por fim, no último parágrafo escrito, a notícia se encerra com a recomendação da psicóloga Andréa Ayres, que afirma, “o primeiro caminho é sempre procurar a escola. Se ela atua como parceira, muito provavelmente esse problema se resolve nesse ambiente. Caso não haja uma resposta ela procura os meios judiciais” (AYRES, 2017, texto eletrônico).

O conselho da psicóloga segue de forma consensual às disposições da legislação, que no Art. 4º dos objetivos da Lei de combate ao *bullying* que cita o ambiente escolar; alunos e professores seja na condição de vítimas ou agressores; a capacitação de docentes e equipes pedagógicas; a orientação de pais, familiares e responsáveis; além da assistência psicológica, social e jurídica das vítimas e agressores; entre as atuações recomendadas.

Na diagramação da notícia no site, logo abaixo do texto que vem após a publicidade, há uma foto turva e desfocada, em seguida o segundo vídeo, com tempo total de 00:08:07, com o registro da entrevista em estúdio. Nessa entrevista, entre as questões apresentadas pelo âncora Sydney Neto, o jornalista questiona se o silêncio da vítima de *bullying* pode ser comparado ao das mulheres vítimas de violência, que se relaciona ao medo de realizar a denúncia. O apresentador insere a participação do público, via rede social, com perguntas e relatos de experiência. A psicóloga relaciona algumas situações às características das vítimas do *bullying* e alguns reflexos a falta de um acompanhamento profissional especializado (G1 TOCANTINS, 2017, texto eletrônico).

Os estudos sobre violência frequentemente apontam diferentes motivos para o silêncio e carência de registro das denúncias, entre eles, se destacam a tendência da vítima ao medo, a vergonha da exposição e a carência de atendimento especializado.

Ao lembrar de uma experiência Sydney de A. Neto fala que conseguiu enfrentar sozinho e que sempre existiu esse tipo de violência. Então questiona a psicóloga, porque só agora a questão entrou em evidência. Do outro lado, Andréa diz que; “o assunto é antigo, mas só após surgir casos mais

graves passou a ser submetido a análise do tempo”, citando exemplos no decorrer dos últimos 10 anos, até comentar o caso que na época, havia ocorrido nos últimos 10 dias, em Goiânia (AYRES, 2017, 00:07:01 - 00:07:52).

Também com frequência, se ouve dizer que diferentes tipos de violência, não são práticas recentes; mas no Brasil, durante o período desta pesquisa, a lei de combate ao *bullying*, como já visto, ainda caminhava para seu primeiro ano de vigência e a exposição de casos na imprensa ainda se mostra tímida, ganhando espaço com acontecimentos factuais de casos extremos. Ao longo dos tempos, as discussões mais amplas e abertas se encontraram em estudos e pesquisas dos espaços acadêmicos.

Na pesquisa sobre violência e *bullying* no contexto escolar português, Espinheira e Jólluskin (2009) afirmam que os estudos não são amplos o bastante para alcance de conclusões nacionais sobre um perfil de vítimas e agressores. Porém, na análise da amostra do *bullying* no 5º ano de uma escola lusitana, as autoras verificam a violência direta na maioria dos dados e ainda, contrária à tendência constatada nos estudos sobre violência por questão de gênero no Brasil e na Argentina; a pesquisa revela que na condição de vítima, o gênero masculino teve mais agressores do sexo feminino e na condição de agressor, as vítimas também eram do sexo masculino. Com base na análise de conteúdo da matéria do G1 Tocantins, não há como verificar evidências da relação do *bullying* com a questão de gênero, o que poderia se esperar diante de um grande volume de notícias, mas ainda demanda a adoção de outro método de observação.

A entrevista do segundo vídeo termina com o alerta da psicóloga sobre a relação do *bullying* com a retirada da própria vida. “Nesse ano nós tivemos vários casos de suicídio de jovens e quando você vai estudar isso, descobre que o *bullying* sempre permeia as causas” (AYRES, 2017, 00:07:57 - 00:08:07). Com o apontamento de uma das consequências extremas possíveis a reportagem da Tv Anhanguera se encerra.

Diante da análise percebemos o compromisso com uma abordagem ampla sobre o assunto *bullying*, com uso dos recursos de vídeo, um atrativo disponível nas mídias virtuais, que complementam o texto

normalmente resumido. Contudo o caráter factual de um caso extremo ocorrido, na época recentemente e que ganhou repercussão na imprensa, sugere a motivação da adesão da pauta.

Considerações Finais

Apesar do depoimento de alunos sobre a ocorrência de *bullying* nas escolas do tocantinenses, não foi apontado dados sobre registros oficiais de denúncias. Na amostra de notícias de acesso aberto ao público do G1 Tocantins, durante os anos de 2015 a 2017, ainda que ampla, somente uma matéria foi localizada.

A ausência de publicação e repercussão do assunto demonstra um esforço ainda tímido do veículo nesse primeiro ano de vigência da Lei 13.185 (BRASIL,2015), vigente desde o dia 09 de fevereiro de 2016.

Diante das constatações alcançadas, na amostra analisada, torna-se recomendável maior envolvimento e espaço para publicações semelhantes, dada a importante contribuição que os meios de comunicação podem oferecer a sociedade no combate ao *bullying*. Portanto, sugere-se ainda, que o critério de noticiabilidade para agendamento midiático online do G1 Tocantins, de pautas sobre o *bullying* na escola, bem como de outros tipos de violência, sejam desvinculado do formato factual e/ou da motivação em tragédias, uma vez que, como mecanismo de construção da realidade, a mídia online é um forte aliado na sensibilização necessária às mudanças de comportamentos para o combate à violência.

Referências

ALMEIDA NETO, S. *In*: TV ANHANGUERA. Alunos relatam bullying dentro de escolas no To; veja como identificar e combater. Palmas, **G1 Tocantins**, 02 nov. 2017.. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/alunos-relatam-bullying-dentro-de-escolas-no-to-veja-como-identificar-e-combater.ghtml> Acesso em: 19 nov. 2019.

AYRES, A. *In*: TV ANHANGUERA. Alunos relatam bullying dentro de escolas no To; veja como identificar e combater. Palmas, **G1 Tocantins**, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/alunos-relatam-bullying-dentro-de-escolas-no-to-veja-como-identificar-e-combater.ghtml> Acesso em: 19 nov. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, ed. 21, 2002.

BOURDIEU, P. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. *In*: _____. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sergio Miceli *et al.* Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.185, de 9 de novembro de 2015**. Instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2015-2018/2015/Lei/L13185.htm Acesso em: 18 nov. 2019.

DEPOENTE 1. *In*: TV ANHANGUERA. Alunos relatam bullying dentro de escolas no To; veja como identificar e combater. Palmas, **G1 Tocantins**, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/alunos-relatam-bullying-dentro-de-escolas-no-to-veja-como-identificar-e-combater.ghtml> Acesso em: 09 dez. 2017.

ESPINHEIRA, F.; JÓLLUSKIN, G.. Violência e bullying na escola: um estudo exploratório no 5º ano de escolaridade. *In*: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 2009, p. 106-155. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1319>. Acesso em: 25 nov. 2019.

HENRIQUE, N. *In*: TV ANHANGUERA. Alunos relatam bullying dentro de escolas no To; veja como identificar e combater. Palmas, **G1 Tocantins**, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/alunos-relatam-bullying-dentro-de-escolas-no-to-veja-como-identificar-e-combater.ghtml> Acesso em: 19 nov. 2019.

HOLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. *In*: HOLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2011.

- JOANGUETE, C. Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes. *In*: MOREIRA, A.; ARAÚJO, E.; SOUSA, H. **Comunicação e Política**: tempos, contextos e desafios. Portugal. Ebook, 317 p. Disponível em: www.cecs.umi-nho.pt. Acesso em: 23 nov. 2017.
- LEMOS, A.; LÉVY, P.. **O futuro da Internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planeária. São Paulo, Paulos. 2010.
- LIPPI, R. *In*: TV ANHANGUERA. Alunos relatam bullying dentro de escolas no To; veja como identificar e combater. Palmas, **G1 Tocantins**, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/alunos-relatam-bullying-dentro-de-escolas-no-to-veja-como-identificar-e-combater.ghtml> Acesso em: 19 nov. 2019.
- MENDEL, T.; CASTILLEJO, A. G.; GÓMEZ, G. Normas Internacionales: diversidad y pluralismo. *In*: UNESCO. **Concentración de medios y libertad de expresión**: Normas globales y consecuencias para las Américas. UNESCO. Francia e Uruguai, 2017.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.
- RESENDE, P. Adolescente suspeito de matar a tiros dois colegas sofria bullying, diz estudante. Goiânia, **G1 GO**, 20 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/adolescente-suspeito-de-matar-a-tiros-dois-colegas-sofria-bullying-diz-estudante.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2019
- TÚLIO, Silvio. Aluno alega ser vítima de bullying e faz ameaças de morte para colegas via WhatsApp, diz polícia. Goiânia. **G1 GO**, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/aluno-alega-ser-vitima-de-bullying-e-faz-ameacas-de-morte-para-colegas-via-whatsapp-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Capítulo 4

Conceitos de língua portuguesa na mídia brasileira: mitos, equívocos e contradições

*Andréia Rocha*¹

*Ana Carolina Costa dos Anjos*²

1. Introdução

Falar e escrever da maneira correta, segundo regras ortográficas e gramaticais, ganhou mais destaque na mídia com o surgimento e consolidação nas redes sociais. A acessibilidade e o constante uso das redes trouxeram mais visibilidade aos artistas, que utilizam suas contas pessoais para promoção de seu trabalho e mais proximidade com fãs/seguidores. Além disso, as redes sociais ainda podem ser importantes meios de geração de renda para artistas e outros profissionais, já que empresas buscam as celebridades para agregar valor a suas marcas e usam as redes como mais um veículo de promoção e divulgação de seus produtos.

Nessa arena, onde indivíduos das mais diversas origens, profissões, crenças, regiões, gostos, idades e escolaridade, podem se comunicar e interagir, a mídia tende a encontrar pautas para sua produção diária de notícias. Vale uma afirmação polêmica de alguma celebridade, um novo

¹ Bacharel em Comunicação Social /Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC), licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aluna de Especialização em Comunicação e Temas Contemporâneos do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: jornalistaandreiarocha@gmail.com

² Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: carolcdosanjos@gmail.com

romance ou o término de uma relação, dicas de alimentação, ou de prática de exercícios- tendo como base alguma celebridade do mundo *fitness*- e, ainda, a própria língua portuguesa.

É pela exposição dos artistas que se abriu esse novo terreno fértil para os jornalistas. Antes das redes sociais, a vida das celebridades estava mais “encoberta” e era necessário entrar em contato com a assessoria ou esperar material fotográfico dos *paparazzi*. Atualmente, são os (as) artistas que postam suas fotos e indicam onde estão, o que estão fazendo, compartilhando uma vida que, antes, estava mais a portas fechadas. É o universo das redes sociais funcionando como um diário aberto.

Junto com essa exposição veio o acesso a declarações e opiniões das celebridades. O texto escrito em redes sociais como *Instagram* e *Twitter*, ainda que curto, pode vir carregado de desvios gramaticais e ortográficos. Com isso, a repercussão dos “erros” cometidos pelas celebridades se tornou uma pauta recorrente no universo jornalístico.

Mas, como a língua é abordada e discutida (se há discussão) na mídia? Que conceitos sobre língua estão alicerçando a narrativa midiática sobre os erros ortográficos e gramaticais cometidos por artistas/celebridades? Como o público reage a esses erros e que juízos de valor são atribuídos aos artistas que cometem esses “delitos” linguísticos?

São perguntas que podem colaborar para traçar um panorama na mídia acerca dos (pre)conceitos e dos possíveis mitos linguísticos que ainda vigoram na sociedade atual. É por entender que o jornalismo, enquanto mecanismo/instrumento de informação e formação da sociedade, pode e deve agir em todas as áreas como espaço importante de discussão de novas ideias, de confronto e, até mesmo, superação de ideias antigas e já não mais profícuas, que se pretende com esse artigo discutir como matérias jornalísticas podem consolidar ainda mais a ideia de que língua é um mero arcabouço de regras gramaticais e ortográficas e, a partir disso, que a mídia pode corroborar com mitos e preconceitos linguísticos na sociedade brasileira, o que pode gerar ainda mais a segregação social no país.

Afinal, a coerção linguística pode dificultar a coesão social, que é tão necessária para uma sociedade mais democrática e cidadã.

2. Concepções de Língua na mídia

Os profissionais de mídia lidam de maneira intrínseca e inegável com a linguagem. É por meio dela, seja a verbal ou não verbal, que esses profissionais se instrumentalizam para executar as tarefas diárias, transformando fatos em textos, escritos ou falados, além de contextualizar imagens, por meio de legendas. Tudo por meio da língua, o que torna o universo linguístico alicerce essencial para a prática dos profissionais de mídia.

Durante todo o processo de produção de notícias, a língua- meio pelo qual a comunicação, sobretudo, se faz- precisa estar de acordo com as normas gramaticais e ortográficas, tendo em vista que a produção jornalística, principalmente a produção impressa, é considerada como documental, por registrar a história da humanidade, com as invenções, polêmicas, bastidores, decisões da política de cada época histórica etc. Além disso, é válido assinalar que a norma padrão/culta norteia a chamada linguagem formal, ou seja, aquela que deve circular no âmbito das publicações oficiais, acadêmicas, técnicas e literatas (a menos que se tenha uma linguagem diferenciada, já consolidada no gênero específico, como a literatura de cordel).

Nesse sentido, ainda que possa ocorrer de, dependendo da pauta ou da linha editorial do veículo, ser utilizada nas matérias uma linguagem mais informal, com presença de sotaques e vocabulários mais regionais, o jornalista precisa cumprir com as regras da chamada norma padrão. Essa norma padrão funciona como língua modelo, um arcabouço que, em tese, todo indivíduo escolarizado/alfabetizado deve aprender. Esse considerado modelo linguístico, em princípio, funciona como ferramenta oficial para que se estabeleça a comunicação, por meio da língua (gem). As demais formas/modelos de linguagem, que costumam ser classificadas como

regionalismos, “linguagem informal”, ou “linguagem coloquial”, devem ficar mais restritas a situações de menos monitoramento e formalismos.

É importante destacar que esse ideal de língua, para os linguistas, é resultado de um olhar tradicional, inflexível, arredo às evoluções que toda língua sofre ao longo dos tempos. Seria uma tentativa de estancar as mudanças pelas quais qualquer sistema linguístico passa, enquanto existam pessoas que o utilize. Sobre isso, Bagno (2017,p.38) pontua:

O que os tradicionalistas chamam de norma culta eu prefiro chamar de “norma padrão”. Como o próprio nome já indica, não é uma língua, mas sim um *modelo* de língua, um *ideal* de língua, um *padrão* de comportamento linguístico que, supostamente, deveria ser seguido por todos os falantes do idioma toda vez que vão usar a língua para falar ou escrever.

O que pode gerar conflitos é que a linguagem, em sua acepção mais ampla, vai além dos preceitos da gramática. Ou seja, comunicar algo a alguém é tarefa executada pelo homem, muito antes de existir a gramática. Afinal, a chamada Gramática, no Ocidente, surgiu a partir do século III a.C, muito tempo depois de a humanidade ter se firmado no tempo e no espaço, estabelecendo comunicação e interação entre seus semelhantes. Nesse ponto, é importante salientar que, ao se referir à linguagem pode-se inferir, por conseguinte, à comunicação. A partir disso, tem-se o ser humano inserido na esfera social, na qual são experimentadas vivências com os semelhantes, ou seja, espera-se o compartilhamento do tempo e do espaço, indo além da mera noção de existência individual. Sobre isso, afirma Bagno (2016,p.11):

Se ser humano é ser na linguagem, ser humano também é ser social, de modo que linguagem e sociedade são indissociáveis: tentar separá-las é como tentar negar a existência de um dos lados de uma folha de papel, de uma das faces de uma moeda.

É por considerar a língua mais que o resultado da mera aplicabilidade de regras que a Linguística veio de encontro à noção tradicional/gramatical da língua. A partir da ciência linguística, o que se busca analisar é se o

enunciado cumpriu com seu objetivo, ou melhor, se a função da linguagem, que é muito mais do que informar, e sim, pode até emocionar e/ou chocar, foi cumprido. Nesse aspecto, a cena de um indivíduo, ao chegar a uma padaria e pedir “Me dê dez pão”, e não como a Gramática apregoa: “Dê-me dez pães” vai ser avaliada sob o aspecto da eficácia do ato comunicativo, ou seja, sendo dois falantes de língua portuguesa se comunicando, certamente, o vendedor dará ao cliente da padaria pão, e não outro produto. E o comprador receberá a quantidade solicitada (de dez pães) ainda que não tenha cumprido com a regra de concordância nominal de número (singular/plural).

Essa concepção de língua indica que cada falante colabora com a (re) construção, (re) formulação, ampliação, e inovação do sistema linguístico. Dessa forma, vale mais o entendimento entre os indivíduos envolvidos numa dada situação comunicativa do que a reverência às regras gramaticais e ortográficas, como foi elucidado acima. Tal concepção também retira o “monopólio” linguístico das mãos de gramáticos e estudiosos que, utilizando-se da mídia, reforçam a língua como uma engrenagem meramente tecnicista, já que se abordam apenas as regras e a irrefutável necessidade de obediência a elas. Assim, a língua sai do seu âmbito sociocultural e se atrela ao arcabouço mecânico, ao constructo que se fixa como uma engenhoca de “certo” versus “errado”. Sobre isso, pondera Bagno (2016,p.14):

Nesse sentido, é certo dizer que a língua é um trabalho social empreendido coletivamente por todos os membros da comunidade que a utilizam. Cada um de nós não é um mero “usuário” da língua que falamos: nós também somos *os produtores, os cultivadores, os preservadores, transmissores e os transformadores* dessa língua que nos pertence a cada um de nós como indivíduo e como membro de um grupo social que partilha uma mesma cultura (com suas múltiplas subculturas).” [grifo do autor]

É essa concepção de língua, considerada como uma máquina complexa e o falante seu mero operador, que faz com que mitos linguísticos perdurem na sociedade. Não é incomum ouvir frases do tipo “Português é muito difícil”, “Brasileiro não sabe falar português”, “Falar bem é saber a

gramática”, dentre outros. Acredita-se que somente na escola é que se aprende a língua. Se assim fosse, o que seriam então das línguas ágrafas? Ou de indivíduos analfabetos? Seria mesmo a língua apenas aquela que se manifesta na modalidade escrita/formal?

A mídia, com matérias que registram desvios gramaticais/ortográficos de maneira simplista e meramente narrativa, sem contextualizações e vozes que tragam visões plurais e mais científicas, colabora com esse ideal de língua. Ou seja, reforça que os recursos oferecidos pela língua a qualquer falante são unicamente aqueles prescritos pela gramática. Dessa forma, ignora-se o que apregoa a Linguística, que considera que cada falante já traz em si uma gramática intuitiva, que é a capacidade orgânica de cada indivíduo numa dada comunidade. Portanto, a criança, antes do início da vida escolar, já se insere no meio social como um indivíduo capaz de se comunicar. Ela, exceto casos particulares de limitações biológicas ou psicológicas, já consegue formular sentenças e, a partir destas, estabelecer interação social. Nesse ponto, pode-se notar que a gramática intuitiva precede a gramática tradicional, escolarizada. É a intuição linguística, fruto do convívio social e do aprendizado também social, que possibilita à criança utilizar a língua em sua comunidade.

Sobre esse aspecto, Bagno (2017,p.11) assinala:

As pessoas sempre foram levadas a acreditar, ingenuamente, que era preciso conhecer detalhadamente a nomenclatura gramatical para poder fazer um bom uso dos recursos da língua. Ora, desde quando saber o nome das coisas é garantia de fazer o melhor uso delas? Desde quando saber o nome de todas as peças de uma máquina significa, automaticamente, saber operar essa máquina?

A partir dessa concepção, oriunda da tradição gramatical já contestada pelos estudos da Linguística, entende-se que a mídia vem consolidando o entendimento equivocado do que seja língua. Se as matérias produzidas pelos veículos de comunicação costumam trazer casos de desvios gramaticais apenas dentro do paradigma do que é certo ou errado, o público acaba por perder a oportunidade de ter acesso às pesquisas

científicas, a um aspecto da língua que vai além dessa dualidade de erros versus acertos.

O questionamento está centrado na coerção linguística que ainda vigora nos dias de hoje. Respaldados pela nomenclatura e regras da gramática tradicional, os profissionais da mídia deixam a desejar na qualidade da informação, provocando lacunas na reflexão e no debate sobre a língua, com sua evolução e inovação que são inerentes e irrefutáveis. Com esse tipo de abordagem, a mídia fortalece o discurso purista/conservador da língua, colabora com a baixa autoestima dos brasileiros e provoca a perpetuação do conceito equivocado de que língua é apenas gramática, a qual remete à língua modelo, intransponível e imutável, a chamada norma-padrão.

Para elucidar essa coerção linguística, Bagno (2017,p.50) destaca:

Tudo isso demonstra claramente que a norma-padrão é uma camisa de força, uma tentativa de controlar, de coibir, de domesticar os usos da língua. De um lado, ela não nos deixa usar regras gramaticais antiquíssimas da língua; de outro, ela não nos deixa usar regras gramaticais inovadoras, nascidas das necessidades atuais de expressão dos falantes. Ela quer nos forçar a abandonar nossa herança linguística ancestral e, ao mesmo tempo, recusa nossa criatividade, nosso poder de inovação.

O que se busca, sob a luz da Linguística, é criar um panorama novo acerca da língua. É sair do território do policialismo e adentrar no vasto e fértil campo da língua, que se apresenta inovador e múltiplo. Com isso, respeitar cada ato de fala, atentando para os aspectos sociocomunicativos, que ultrapassam os limites da sintaxe, da morfologia, e da ortografia. A partir dessa postura, adotar não só no meio midiático, mas no meio social como um todo, a iniciativa de respeito às pluralidades linguísticas, entendendo que a língua varia no tempo e no espaço, além da variabilidade de sexo, profissão, escolaridade, idade, dentre outros.

Adotando tal postura, a mídia poderia contribuir com a formação linguística brasileira, banindo o preconceito, libertando o indivíduo da vigilância desenfreada da norma padrão, que só limita a capacidade

comunicativa do indivíduo, tornando-o um mero usuário de um instrumento que sempre se encontra nas páginas de um livro, e não na sua cognição, como um elemento constitutivo da sua identidade humana. Com base nessa postura, seria possível alargar a visão dos brasileiros no sentido de que comunicar é bem mais que cumprir com as regras gramaticais.

Dessa forma, , de nada adianta um jurista, em dada situação comunicativa com um indivíduo da zona rural, não alfabetizado, estabelecer um diálogo com este como se estivesse redigindo um texto jurídico. Esse exemplo pode ilustrar que o purismo gramatical, adornado pelo requinte de vocabulário, nem sempre é a melhor opção, ou a mais eficaz. Um texto, seja ele verbal ou não verbal, busca a princípio comunicar, envolvendo mais de uma pessoa. Por isso, é necessário incluir nesse ato de fala elementos outros que fogem da esfera gramatical. Quem está falando? Para quem? Qual é o ambiente desse ato de fala? Que objetivo se pretende alcançar? Qual o instrumento/suporte dessa fala?

É nesse cenário, bem mais vasto que o mero compêndio gramatical, que está a concepção científica da língua. É quando se avalia a manifestação linguística, seja ela escrita ou falada, indo além da obediência a regras gramaticais/ortográficas, que se chega mais perto do conceito mais atual acerca de língua (gem). É essa avaliação que deve nortear também a condução das matérias jornalísticas sobre o tema. Com isso, os profissionais da mídia seriam mais certos na pauta, uma vez que a língua estaria sendo abordada de maneira mais plural, contextualizada e validada, também pela Linguística, e não somente pela gramática tradicional.

3. Mitos e Preconceitos Linguísticos na Mídia Brasileira

É notório em comentários nas redes sociais que o conceito de língua que ainda predomina na sociedade está muito ligado à gramática e à ortografia. Equívocos cometidos nas redes sociais, principalmente por artistas, tornam-se pauta da mídia e reverberam nos comentários, trazendo não só

correções quanto ao “erro” de português, como até mesmo juízos de valor sobre o/a artista.

Os juízos de valor contidos nos comentários, em sua maioria, referem-se ao grau de instrução do (a) artista, em relação à esfera da escolaridade e inteligência linguística (competência) da celebridade. Nesse ponto, as matérias que tratam de casos do uso da língua, partindo do mote de que uma celebridade cometeu um equívoco ortográfico ou gramatical, costumam reforçar preconceitos e conceitos linguísticos que vigoram na sociedade, oriundos do entendimento de que língua é apenas gramática, o que aponta um tradicionalismo na mídia, no que diz respeito à língua. Como afirma Bagno (2017,p.25):

O vigor dos preceitos e preconceitos tradicionais a respeito da língua pode ser verificado, por exemplo, no fato de, a todo momento, os meios de comunicação divulgarem os avanços feitos por todas as demais ciências e nunca mencionarem os progressos das ciências da linguagem. Muito pelo contrário: os meios de comunicação, nos dias de hoje, só dão espaço aos porta-vozes do que há de mais arcaico, obsoleto e retrógrado em termos de concepção de língua.

É importante destacar que a Linguística, enquanto ciência, ainda não encontrou espaço na mídia. Fatos envolvendo língua ainda são abordados, comentados e, às vezes, discutidos, com base apenas na Gramática nos veículos de comunicação de massa. Nomenclaturas e regras da gramática se reafirmam década após década como único ponto válido e importante dentro desse vasto organismo/estrutura humana que é a língua. Dessa forma, a língua como pauta jornalística é tão somente um conjunto de regras gramaticais e ortográficas e aqueles que não cumprem com essas regras são retratados, na maioria das vezes, como pessoas incapazes de se comunicar, ou não inteligentes, ou ainda, analfabetas.

Assim, a mídia, ao não abordar de forma mais profunda os fenômenos linguísticos, reforça mitos como “Português é muito difícil”, “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”, ou “Brasileiro não sabe português” (em alusão ao português europeu como o mais correto e puro). Sobre isso, Possenti (2009, p. 56) reforça:

Quando leio análises sobre fatos de língua que não conseguem sequer identificar o problema de que dizem que vão tratar, sempre me pergunto se o mesmo acontece em outros campos. Será que os especialistas que discutem células-tronco ou fusão nuclear podem cometer erros tão banais? Podem falar de células e mostrar um patela ou mesmo um vírus de gripe em sua apresentação em power point?

Possenti (2009), ao destacar que os fatos de língua são abordados na mídia por meio de análises meramente gramaticais e ortográficas, critica o espaço midiático como mais um instrumento que ajuda a manter viva na sociedade a concepção simplista e tecnicista da língua. Assim, o jornalismo que deveria ser de serviço, de informação e formação, se torna mera plataforma de um didatismo que não incita na sociedade a reflexão. E, aqui, vale salientar que profissionais de comunicação atuam por meio da linguagem e têm a língua como instrumento principal para o exercício da profissão, como afirma Possenti (2009): “Mesmo jornalistas, que vivem da linguagem, e que se revelam curiosos em relação a numerosos outros campos, utilizam-se às vezes de critérios de avaliação linguística muito primários.” (Possenti, p.18).

Se por um lado, os meios de comunicação reforçam esse ideal de língua imutável e reduzido apenas ao universo gramatical, as escolas, por sua vez, operam como força motriz desse movimento cíclico da língua: correção – falante- correção, ou seja, o caráter coercitivo se sobrepõe à liberdade, à pluralidade e à diversidade linguística que está em cada indivíduo, e não leva em conta nenhum fator que esteja fora da língua gramaticalizada. Portanto, perde-se ao concentrar análise no âmbito meramente tecnicista, e não na esfera social, que é onde a língua segue o seu curso no tempo e no espaço. Para Perini (2002, p.33), as escolas contribuem para a manutenção do aspecto absolutista da língua:

O grande perigo é transformar a gramática- uma disciplina já em si um tanto difícil- em uma doutrina absolutista, dirigida mais ou menos exclusivamente à “correção” de pretensas impropriedades linguísticas dos alunos. A cada passo, o aluno que procura escrever encontra essa arma apontada contra sua

cabeça:” Não é assim que se escreve (ou se fala)’, “Isso não é português” e assim por diante. Daí só pode surgir aquele complexo de inferioridade linguístico tão comum entre nós: ninguém sabe português- exceto, talvez, alguns poucos privilegiados, como os que se especializam em publicar livros com listas de centenas ou milhares de “erros de português”.

Com essa postura das escolas, os mitos já mencionados anteriormente vão se cristalizando geração após geração. O equívoco de confundir o que seja, de fato, língua, e levá-la para além das páginas da gramática, se inicia na escola, se consolida por meio da mídia e todo o acervo de publicações no tom de “pronto socorro gramatical” e, concomitantemente, perpassam as diversas classes sociais, que se veem monitoradas e em combate constante, como um jogo de “Quem sabe o número maior de regras gramaticais”.

É importante destacar que todo esse equívoco não deve apontar, como solução ou resposta, para um radicalismo ou anarquismo gramatical, que possa levar a um caminho oposto, que seria o de considerar inútil o estudo da gramática. O que se pretende é superar a unilateralidade no ensino, que se concentra unicamente no caráter prescritivista da gramática tradicional. Como Perini (2002, p.33) destaca:

Não se trata de confrontar um “português certo” e um “português errado”, definidos ambos em termos absolutos, independentemente do contexto situacional ou social. Trata-se, antes, de defender a ideia de que a cada situação corresponde uma variedade distinta da língua.

Seguindo essa linha do caráter prescritivista da língua, presente também nos meios midiáticos, entende-se que um passo importante para superar esse paradigma seria o de trazer para as matérias cuja pauta é “erro gramatical” mais vozes para o discurso, vozes essas que trouxessem novos conceitos e contextualizassem o caso estudado numa esfera mais linguística e menos gramatical. Se assim acontecesse, o jornalismo estaria prestando um serviço à sociedade, como um espaço mais democrático e plural. A partir disso, caberia ao cidadão conhecer outras opções de uso da

língua, ampliando seu repertório linguístico e, com isso, adotando em seu dia a dia mais respeito para com indivíduos que não cumprem com as regras gramaticais e ortográficas, além de ainda ser possível nutrir nele mesmo um sentimento de mais autoestima quanto à língua portuguesa/brasileira, desmitificando a ideia de que a língua constitui-se apenas na gramática e suas regras.

Sobre essa conduta nas matérias jornalísticas, que ainda se concentram apenas no didatismo de “certo” e “errado”, não trazendo contextualizações, dados e vozes diferenciadas, Possenti (2009,p.21) assinala:

Uma análise linguística, mesmo se bem feita segundo certos critérios, se tais critérios forem ruins, equivale a fazer jornalismo com release, isto é, péssimo jornalismo. Por que se procuram fontes diversas para avaliar opiniões políticas, econômicas, morais, e não se buscam critérios diversos para analisar fatos de linguagem?

Um dos mitos mais presentes no meio social e midiático é aquele que considera a língua como um sinônimo de gramática. Por meio desse equívoco, nasceram outros mitos, como “Brasileiro não sabe português”, “Português é muito difícil” e “O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social”. Referente a este último, vale destacar que se fosse verdade, os professores de língua portuguesa estariam no topo da pirâmide social, o que facilmente pode ser comprovado que não é verdade.

Esse equívoco conceitual pode ser entendido como alicerce para as matérias simplistas acerca dos erros gramaticais cometidos/veiculados pela e na mídia brasileira, que costumam se basear, sobretudo, nas declarações feitas pelas celebridades nas redes sociais, como já foi dito anteriormente. Dessa forma, a Gramática Tradicional, ainda que venha sendo discutida, estudada e, por vezes, refutada pelas ciências da linguagem desde início do século XX, continua sendo fonte absoluta nos veículos de comunicação. Como avalia Bagno (2017,p.25):

De tudo isso se conclui que a Gramática Tradicional não tem bases *científicas* consistentes. Seus preceitos são o resultado de um processo bastante perverso: a transformação em dogmas, em “verdades” definitivas (...). De fato, as classificações, a terminologia, os conceitos e definições da (GT) Gramática Tradicional foram, em sua origem, propostas de teorização dos fenômenos da linguagem, nunca foram hipóteses científicas postas à prova em experimentações empíricas (que é o que caracteriza toda ciência). [grifo do autor]

Portanto, faz-se necessário rever a conduta de profissionais da comunicação quando a pauta for a língua. Adotar uma postura que leve em consideração o ato de fala, ressaltando que o ato comunicativo é, antes de gramatical, social e situacional. Importante também destacar que se o propósito da matéria em questão for apontar o “deslize gramatical”, que o jornalista traga a prescrição da gramática acerca do caso, e não apenas conduza a narrativa da matéria de maneira a somente narrar o caso, sem contextualizações, deixando o público com o conhecimento sobre o “erro” gramatical cometido pela celebridade, sem saber, então, qual seria a forma gramatical correta sobre o caso.

Se o jornalismo, enquanto instrumento social para a in (formação) da sociedade, adotasse uma postura menos absolutista no que diz respeito à língua e produzisse matérias de cunho mais atual acerca dos fenômenos da língua, dando espaço a profissionais que não estudam apenas a Gramática, mas sim todos os fenômenos linguísticos da sociedade atual, poderia se tornar peça importante na construção de um novo panorama da sociedade: com menos preconceito linguístico e instigando os cidadãos para que se sentissem mais capazes linguisticamente. Tal capacidade linguística implica ampliar repertório, atuando nas esferas da linguagem formal e informal, em textos escritos ou falados, em situações comunicativas de mais monitoramento ou não, afinal, a língua é bem mais que um conjunto de regras.

Os avanços das ciências da linguagem, que é plural (ciências) porque não engloba apenas a linguística, mas abrange outras áreas do conhecimento humano como a Sociologia, Psicologia e Filosofia, apontam que aprender a falar uma língua é, antes de tudo, estabelecer interação social.

É viver relações, mergulhado no contexto sociocultural de uma dada comunidade. Sobre esse aspecto, Bagno (2016,p.17) afirma:

Abrir a boca e começar a falar uma língua é, instantaneamente, criar um ambiente sociocultural e sociocognitivo moldado pelos falantes daquela língua. É criar um **contexto** de relações e interações. Ou seja: **língua é contexto**. [grifo do autor]

E é justamente a inserção da língua no contexto social que pode transformá-la em mecanismo de coerção. O falar corretamente, segundo os preceitos gramaticais, parece adornar o indivíduo de inteligência e endossar a sua capacidade de participar mais ativamente das tomadas de decisão e das discussões políticas no Brasil. Não é difícil encontrar nas redes sociais comentários que carregam avaliações negativas para com as pessoas que cometem algum deslize ortográfico ou gramatical.

É comum que a declaração, por mais coerente que seja e, até, compreensível do ponto de vista da língua, como alguns deslizes ortográficos (a saber: utilizar “ascenção”, no lugar de “ascensão”, por exemplo, que não tornam a palavra intraduzível para outro falante do português pela simples troca da letra “S” pela letra “Ç”), pode ser invalidada porque o indivíduo não grafou corretamente alguma palavra. Assim, ele poderá sofrer preconceito e sua participação no debate poderá ser ignorada e rechaçada.

Em uma época em que se vive a ebulição partidário-política pela proximidade das eleições 2018, faz-se necessário refletir sobre o posicionamento dos internautas acerca do outro, sobre a legitimidade de participação de cada indivíduo e a urgente necessidade de respeitar as diferenças, incluindo as diferenças referentes à língua. Sobre esse cenário, o jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Leonardo Sakamoto, escreveu em seu blog, em agosto de 2014, em outro momento político importante, texto intitulado “Burro não é quem escreve ‘errado’. Burro é quem discrimina”, no qual ressalta a relação entre língua, coerção e poder no cenário do debate político do país:

A língua é construída pela boca das pessoas no dia a dia e não por meia dúzia de iluminados. É dinâmica, em constante mutação e, para sobreviver, não precisa de formalismos- que são exatamente isso, construções, muitas vezes definidas pelo grupo hegemônico. Como dizer que uma pessoa que nasceu e cresceu falando português e sempre se fez entender está errada? Dizer que um pescador, um vendedor ambulante, a vendedora do tabuleiro de doces, uma quilombola, ou ribeirinha ou um operário da construção civil que não usem a norma culta ‘desconhecem a própria língua’ não é uma ação pedagógica e sim um ato político. Que usa uma justificativa supostamente técnica para manter do lado de fora dos debates sobre o futuro a maior parte da sociedade brasileira. A quem interessa a manutenção desse comportamento? A quem está no poder e, muitas vezes, usa a língua como instrumento de coerção.

O jornalista questiona como atribuir erro a alguém “que nasceu e cresceu falando português” destacando, portanto, o ponto principal do conceito da língua, que é o de estabelecer a comunicação, de ser capaz de expressar-se. Como afirmar, então, que alguém não sabe português por não conseguir cumprir com todas as regras gramaticais/ortográficas? Nesse embate de “certo” versus “errado”, é possível encontrar outro viés: o sociopolítico. Indivíduos que cometem deslizes ortográficos/gramaticais também podem ser rotulados de partido A ou B, de classe social A ou B, de região A ou B, de escolaridade A ou B.

Assim, é possível verificar que a língua colabora com a dinâmica da sociedade, sendo um instrumento essencial para as relações entre os indivíduos. A forma como ela é usada, em seu aspecto mais ou menos gramaticalizado, pode colaborar para a imagem pessoal do indivíduo diante da coletividade.

4. Considerações Finais

Apresentar casos de desvios ortográficos/gramaticais na mídia pode contribuir para com a formação linguística do país. Entretanto, dependendo da narrativa das matérias jornalísticas, o conteúdo pode reforçar

mitos e preconceitos, ou pluralizar a concepção do que é a língua e de como acontece o seu uso.

Porém, ainda é possível encontrar exemplos de matérias simplistas, guiadas unicamente pelo tradicionalismo e tecnicismo gramaticais. Tal postura acaba por consolidar comportamentos negativos dos indivíduos, em relação a si mesmos e aos outros, uma vez que a língua é vista e entendida como um sistema estanque, imutável no tempo e no espaço, cujo manual- a gramática- precisa ser obedecido, em toda e qualquer situação comunicativa.

A questão de todo esse equívoco está na abordagem da pauta, cuja fonte é sempre a mesma, ou seja, a voz da gramática, ou demonstra ausência de desdobramentos e contextualizações acerca do episódio narrado. Dessa forma, o Jornalismo não se constitui como um espaço plural e democrático, no qual possam ser expostas visões diferenciadas, abarcando as descobertas científicas- representadas pela Linguística-, e, com isso, ir além da repetição de um ideal de língua que há décadas vem sendo questionado e combatido.

Faz-se necessário discutir maneiras de superar esse cenário simplista e meramente narrativo dos fenômenos linguísticos apresentados nos veículos de comunicação de massa no país. Tornar a mídia uma ferramenta educativa para com a formação da sociedade, sendo, portanto, um espaço que abra novos caminhos para a construção e ampliação do repertório linguístico dos indivíduos, e não, um palco onde se apresentam sempre os mesmos enredos com personagens que, muitas vezes, são rechaçados por não seguirem o roteiro pré-estabelecido pela norma gramatical e que, nem por isso, deixam de estabelecer comunicação em sua comunidade linguística.

5. Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

PERINI, Mário. **Gramática Descritiva do Português.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Língua na Mídia.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

POSSENTI, Sírio. **Mal comportadas línguas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/08/05/burro-nao-e-quem-escreve-errado-burro-e-quem-discrimina/> - acesso em 18 de novembro de 2017

Capítulo 5

O estereótipo racial feminino no cinema brasileiro

*Monnalisa Coelho Viana*¹

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*²

Introdução

No âmbito das relações sociais e étnicas, o estereótipo é tido como uma generalização excessiva e indevida de um comportamento, atitude e característica relativa a um determinado grupo. É bastante confundido com preconceito, uma vez que estereótipos acabam sendo convertidos em rótulos, muitas vezes pejorativos e causando impacto negativo nas pessoas.

Ao dialogarmos sobre estereótipo é necessário realizar uma alusão sobre representações dentro do cinema brasileiro, uma vez que ele é um importante meio pelo qual são formulados e distribuídos os padrões sociais. Ele contribui na construção do sujeito à medida que produz significados e sentidos que são capazes de influenciá-lo na formação de seus valores, no modo de pensar, agir e relacionar-se com o mundo.

Pode-se afirmar que as identidades são representações construídas socialmente. E o cinema, como linguagem, funciona como um mediador

¹ Trabalho apresentado para obtenção de título de especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos, do Observatório de Pesquisas Aplicadas em comunicação e Educação (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

possível de práticas representacionais na produção de identidades. Sendo ele um meio de comunicação de massa. Sua atividade o insere no setor cultural e apresenta reproduções em grande escala e de consumo imediato, assim como o caso das indústrias de música e literatura. Portanto, o cinema é uma prática social que identifica sujeitos que se materializam como representações simbólicas, e que segundo Hall (2011) sempre se produzem em três instâncias: como um reflexo social, em função de uma intencionalidade, e sempre construído socialmente, o que lhes confere sentido, revelando determinados pertencimentos. Incluem-se nestas representações a mulher negra, cuja imagem aparece em inúmeras personagens: reais, imaginadas e, muitas, estereotipadas.

Diante desta questão, é fundamental refletir sobre a presença que a mulher negra tem na produção cinematográfica brasileira atualmente. Afinal, 27% da população geral do Brasil é formada por mulheres negras, segundo o censo de 2010 do IBGE, no Brasil 50,9% da população é constituída por negros / pardos, sendo homens e mulheres.

É importante que se faça uma reflexão no que diz respeito às igualdades, principalmente quando se percebe que há um universo de pessoas que se espelham na mídia. Apesar de alguns avanços ocorridos na última década, a mulher negra ainda sofre com a escassez de representação nas produções cinematográficas brasileiras.

Presume-se que o cinema brasileiro valoriza a etnia branca em relação às outras. Provavelmente, em decorrência III séculos de escravidão criou-se um padrão de preferência baseada na cor e na raça eurocêntrica. Acredita-se que a mulher negra possui pouca visibilidade na mídia, possivelmente por ser o oposto do padrão almejado pelo Brasil no período pós escravidão, duplamente antítese pela raça e pelo gênero.

Nesse contexto insere-se esse artigo, com uma abordagem bibliográfica, que traz outros estudos sobre a discussão proposta, para que sejam feitas reflexões sobre as inter-relações entre a cultura e o cinema brasileiros na construção e veiculação de imaginários sobre as mulheres negras. O objetivo é ampliar a reflexão sobre o tema e contribuir para

problematizar o papel dos cineastas e de suas visões sobre a identidade negra no surgimento de novas configurações para a representação das relações raciais na produção audiovisual brasileira, com ênfase em tornar visível as narrativas discursivas ligadas à raça.

Antes de falar sobre a mulher negra no cinema brasileiro foi necessário discorrer a respeito de identidade e representações sociais da mulher negra, afinal não é apenas no cinema que elas continuam sendo estereotipadas, a mídia no geral, ainda está em processo de desconstrução de estereótipos da mulher negra. Portanto foi preciso falar da importância da mídia no processo de formação identitária dessas mulheres negras e como o cinema as retratavam.

Identidade e representações sociais da mulher negra

Ao abordar representação é preciso identificar as influências em sua construção. Uma vez que elas são frutos de uma criação social e por isso, não podem ser consideradas como algo concreto, essencial ou permanente, pois essa visão dificulta a compreensão de diversos processos de identidades/representações presentes na sociedade. Segundo Silva (2000, pág. 85), quem tem o poder de representar define e determina a identidade, e questiona tanto ela quando os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação.

Considerando que a representação é um sistema cultural, é preciso refletir sobre a relação entre a cultura, o significado, e os sistemas simbólicos cuja representação estabelecem identidades individuais e coletivas. Por isso, para pensar o processo de construção da identidade negra é preciso levar em consideração o debate sobre a questão da identidade como processo mais amplo, mais complexo. Isso tendo em vista que processo se conecta a aspectos individuais e sociais, dos quais não podem ser desvinculados, porque estão interligados e se constroem na vida social (Gomes, 2006).

As representações sociais oferecem aos indivíduos os filtros que lhes possibilitam a percepção, a compreensão e o enfrentamento do mundo,

assim como orientam comportamentos e formas de se relacionar com as outras pessoas. Elas circulam nos discursos e são veiculadas pelas mensagens e imagens engendradas pelos meios de comunicação, sendo elaboradas a partir de valores, normas e relações de poder presentes no imaginário social, suporte sobre o qual se constituem. Isso contribui para o imaginário cultural das pessoas, por isso, consideramos que as representações veiculadas pela produção simbólica como um todo (meios de comunicação, cinema, literatura, livros didáticos, música etc.) configuram um mecanismo poderoso e isso corrobora com nosso imaginário cultural ainda estruturado no sistema escravista/patriarcal, que perdurou oficialmente no país por mais de três séculos.

A pesquisadora Nilma Lino Gomes (2003, p. 43) ressalta que “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo”. Por isso, é preciso debater sobre a produção audiovisual e as representações feitas na cinematografia brasileira no âmbito dos estereótipos femininos negros.

A identidade é um elemento fundamental na construção da subjetividade e deve ser entendida nos contextos das experiências de vida como uma construção social que sempre acontece na relação com o outro. A comunicação oferece aos indivíduos e a sociedade um leque de ideias, sentimentos, escolhas, relações, representações e discursos, construindo assim, um universo simbólico ao qual os sujeitos dão significados. Segundo Soares:

A comunicação trabalha com estereótipos culturais que criam modelos sociais a serem seguidos. Entende-se por estereótipos a “fixação de características como representativas de uma pessoa, grupo ou coletivo. Embora eles não sejam regras ou normas, podem chegar a ter efeito normativo sobre ideias e comportamentos” (SOARES, 2006, p. 67).

A sociedade, através das produções audiovisuais, pode adquirir um conjunto de modelos de gênero, raça, classe e faixa etária que interfere nas relações e na comunicação. A forma como as imagens são construídas instila representações sociais, sendo necessário questionar a maneira como estas

interferem nos imaginários, pois projetam papéis e modelos de gênero, formas apropriadas e inapropriadas de comportamento, estilos e modas para emular e identificar certas identidades, enquanto evitam outras.

Dessa maneira, ao buscar compreender as formações identitárias e as representações da contemporaneidade, é importante considerarmos a influência da mídia nesse processo, pois ela contribui para a produção de sentidos e significados que são capazes de influenciar o indivíduo na formação de seus valores, no modo de pensar, agir e relacionar-se como o mundo. Se a mídia possui o poder de influenciar na construção identitária do sujeito, torna-se necessário analisar essa produção midiática e buscar entender como são formuladas e distribuídas essas representações sociais, cuja temática versa sobre estereótipo racial feminino no cinema brasileiro. Segundo Martin Barbero:

A identidade contemporânea, como a identidade étnica negra, está continuamente construindo-se e modificando-se, e a mídia atua neste processo, inclusive para seu reconhecimento social. O que esses indivíduos querem não é tanto ser representados, mas, sim, reconhecidos: fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença. (MARTIN-BARBERO 2006 apud RODRIGUES, 2007)

Por isso, ao tratar das identidades e representações da mulher negra construídas na mídia, torna-se necessário, primeiramente, apresentar uma discussão sobre uma construção histórica e cultural de sua identidade. O que é um desafio, em uma sociedade que, analisando historicamente, lhe ensinou, desde a infância, que para conseguir aceitação é preciso negar-se a si. Quando pensamos na construção das identidades e na representação da mulher negra, tratamos de processo denso, movediço, múltiplo, construído cultural e historicamente pelos sujeitos sociais. Segundo Hall (2000, p. 8) “as identidades não são unificadas, [...] singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas”.

É necessária uma melhor compreensão sobre essa realidade, observado os fatores sociais, culturais e políticos que influenciam a produção cinematográfica nacional e refletir sobre o papel exercido pelas mulheres

negras. O audiovisual ainda não dá visibilidade à verdadeira composição racial brasileira e por isso, convencionada com a tendência que ainda percebe-se no Brasil, uma negação da diversidade racial brasileira. É preciso que exista uma equidade racial, para que não aconteça o que se vê constantemente, uma parcela de negros, que buscam uma identificação em uma parcela de brancos. Bernardo Ajzenberg destaca em seu artigo “Os invisíveis”, uma passagem importante no que se diz respeito à discriminação racial:

[...] continua como tema tabu, sob disfarce, a suposta democracia racial. E não configuraria exagero afirmar que o seja justamente pelo grau de explosividade que carrega. Com raríssimas exceções, o racismo e suas mazelas não frequentam as pautas diárias, estão alijados de qualquer iniciativa regular e permanente. É importante notar que estamos falando de 50,9% da população brasileira, a segunda maior população negra fora da África, super representada nos índices de exclusão e sub-representada nos espaços de poder, onde os meios de comunicação são altamente representativos (AJZENBERG, 2001, p. 6 - Folha de São Paulo, 28/08/01).

A sociedade brasileira é marcada pela ideologia da superioridade dos brancos, o negro é subalternizado, o que faz com tenham uma série de desvantagens. O étnico-racial é uma especificidade sociocultural que nos posiciona como sujeitos dentro do mundo, não apenas coloca os negros em uma situação inferior e conseqüentemente com menos direito em relação às pessoas brancas, além disso, naturaliza essa posição de inferioridade ocupada pelos negros. Embora o Brasil seja um país majoritariamente negro, em dados numéricos, como aponta o IBGE, com uma população composta com mais negros que brancos, no entanto, os negros são minoria do ponto de vista de representação e participação política, social e cultural. Para validar essa afirmação, basta observar a quantidade de afro-brasileiros ocupando grandes cargos e espaços de representação. Por isso, é preciso olhar para essa posição que a etnia traz e define, no Brasil sobre a perspectiva histórica, tendo em vista que foram mais de 300 anos de escravidão.

É importante ressaltar que no período em que a escravidão foi vigente no Brasil os negros não eram considerados como seres humanos e sim mercadoria, não eram sujeitos que possuíam direitos. Quando aconteceu a liberação dos escravizados não houve um interesse em adotar uma nova política de estado, em que o negro fosse inserido na sociedade de uma maneira que tivesse seus direitos e cidadania garantidos. Pelo contrário, houve uma vontade que ao longo dos anos só cresceu, em que a sociedade fosse embranquecida. Tanto que houve a implantação da mão de obra europeia e branca para ocupar o lugar da mão de obra escrava negra, tudo motivado pelo desejo de embranquecimento da sociedade brasileira e apoiado pelo governo brasileiro. Segundo, Joel Zito Araújo

"Os interditos do tabu racial, que rejeitam a negritude e promovem a branquitude, com seus modelos de estética e bom gosto calcados nas construções do mundo branco, trouxeram também problemas discriminatórios no meio e na imagem da televisão. Além da telenovela, podemos ver os reflexos dessa realidade nos comerciais de tevê. Aí percebemos as consequências do desinteresse histórico da elite brasileira em formar um mercado consumidor amplo, em seu próprio país, e da preferência pela imigração da mão de obra europeia no período final da escravidão, em detrimento do trabalhador negro. Empresários, publicitários e produtores de tevê, como norma, optam pelo grupo racial branco, nos processos de escolha de modelos publicitários, na estética da propaganda e até mesmo nos critérios de patrocínio ou apoio a projetos culturais. É uma constante a negativa de incentivo cultural aos programas de tevê voltados para a população afro-brasileira, normalmente sob a alegação de não haver retorno comercial. O empresário brasileiro, em sua grande maioria, não acredita que o negro seja uma força econômica. Na lógica dessa maioria, preto é igual a pobre, que é igual a consumo de subsistência." (ARAÚJO, 2000, p. 38,39)

Existe uma grande multiplicidade étnica no Brasil, mas, ao olhar para a mídia, não é possível perceber essa mistura de cores. Apesar de alguns avanços ocorridos na última década, a mulher negra ainda sofre com a escassez de representação e identidade nas produções audiovisuais brasileiras, ora pela ausência total ou pelo estereótipo que a mulher negra carrega aos longos das décadas. Portanto, é importante que a mídia, por ser um espelho dessa sociedade, inclua em suas produções não somente

uma pequena parcela desta sociedade, mas, também, traga o protagonismo às “minorias” do país.

A mulher negra no cinema brasileiro

O cinema produz representações, simbólicos, signos e códigos que se constituem em sistemas linguísticos que podem ser inferidos do conceito de mulher negra como identidade simbólica, o que acompanha o pensamento de Stuart Hall (2011) que argumenta que todas as representações expressam um significado e que, neste sentido, o cinema é uma prática de representação. No entanto é necessário ressaltar que a representação e os estereótipos da mulher negra no cinema brasileira são resultado da cultura em que a sociedade está inserida. Em resumo, pode-se afirmar que as identidades são representações construídas socialmente, e o cinema, como linguagem, funciona como um mediador possível de práticas representacionais na produção de identidades.

Uma pesquisa realizada em 2014 feita pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) trouxe evidências sobre a mulher negra no cinema brasileiro. A pesquisa “A cara do Cinema Nacional” mostra que a cinematográfica brasileira não tem contemplado a realidade racial do nosso país. Essa desigualdade se mostra nos dados levantados pela pesquisa, dos anos de 2002 a 2012, as mulheres negras tinham uma participação mínima de dois a cada dez longa metragens. Outro dado importante é que as atrizes pretas e pardas são apenas 4,4 % do elenco principal dos filmes nacionais e isso não está restrito apenas as câmeras. Nenhuma mulher no período dessa pesquisa esteve na direção ou como roteirista na produção dos 218 filmes produzidos nesse período.

Claro que é preciso reconhecer que com o passar dos anos ocorreu certa evolução na utilização da imagem da mulher negra no audiovisual brasileiro, porém nada que se possa considerar uma grande revolução, pois esse processo da inclusão do negro acontece de forma lenta e gradativa. Ainda há vestígio de um patriarcado na mídia e no audiovisual, devido

á poucos profissionais negros/as no mercado. Em um dos estudos pioneiros sobre o negro no cinema brasileiro, Rodrigues (2012) estabelece uma classificação de arquétipos e caricaturas do negro no cinema. Dos treze arquétipos apontados, três referem-se ao feminino: “a mãe preta”, a “mulata boazuda” e a “musa”. Dentro de um país que as relações sociais foram fortemente estruturadas em 300 (trezentos) anos de racismo - oficializado pela escravidão - 1530 e 1888, produziu-se um contexto onde a imagem da negra é caricata e sub-representada.

É preciso reconhecer que existe um contexto na sociedade brasileira onde o racismo e o sexismo estão presentes e que se revelam nos meios de comunicação e no cinema por meio de uma visibilidade ainda limitada para as mulheres negras, ora como serem representadas como objeto sexual, a “mulata”; ora como a empregada doméstica, a “mãe-preta”.

Essas imagens, segundo Caldwell (2001), servem para naturalizar as desigualdades de gênero e raça e manter a imagem nacional do país como “democracia racial”, perspectiva que contrasta com o padrão de feminilidade e beleza predominante na mídia brasileira, mas que evidencia a dimensão política dessa invisibilidade da raça nos estudos feministas e sobre mulheres no Brasil, pois como ressalta a autora, diferentemente dos Estados Unidos, onde as contribuições de mulheres negras e mestiças foram inseridas no pensamento feminista, aqui, a questão racial é ignorada ou relegada à condição de subitem em grande parte da nossa produção teórica e cultural.

O não reconhecimento da importância da raça na configuração de gênero no Brasil se evidencia em uma dupla ausência do feminino negro. Os estudos de cinema sob uma perspectiva feminista nem sempre observam a questão racial; e os poucos estudos sobre cinema e raça no país muitas vezes não consideram a questão de gênero como objeto de pesquisa. Contudo, é também por meio da análise desses vazios e silêncios existentes na historiografia e no cinema brasileiros, que algumas pesquisas têm revelado uma outra história, composta de lutas e resistências das mulheres negras. Segundo Oliveira, 2014

“O Brasil é marcado pela mestiçagem, logo, “ser negro” possui inúmeros significados, que resulta da escolha da identidade racial e que tem a ancestralidade africana como origem. Ou seja, ser negro é essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial”. (OLIVEIRA, 2014, P.62)

Assim, a identidade negra não se torna uma representação genérica, em que se traz a essência do significado de ser negro. Pelo contrário, convida a interpretação como uma construção intersubjetiva, determinada pelo contexto social e pelos significados das experiências interpessoais referentes ao processo de autoafirmação das pessoas. Por isso, é possível refletir sobre os vários determinantes de natureza pessoal e coletiva que influenciam no processo de autoafirmação ou de negação da “identidade negra”.

Os estereótipos negativos que envolvem a figura do negro interferem diretamente ou indiretamente no processo de construção da identidade nesse grupo. É importante ressaltar que a maneira que o negro é visto e tratado pela sociedade interfere na formação de sua auto percepção. Portanto, para se construir uma identidade real é preciso uma interação entre a ideia que o indivíduo faz de si, de seu “eu” e o reconhecimento de sua ação em relação ao outro. Por isso, a identidade não pode ser construída no isolamento, é preciso que haja interações, seja sob um ponto de vista individual e social, fruto dessa interação, porque depende de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros.

Na produção audiovisual, as imagens possuem força de construção nas identidades positivas, na medida em que apresentam – ou representam – a possibilidade de problematização das informações de seu conteúdo. Isso porque o cinema é, sem sombra de dúvida, um meio de comunicação que empodera identidades culturais e reproduz referências sobre o eu e o outro (SHOHAT; STAM, 2006, p. 19- 35).

Esse conceito se encaixa perfeitamente na discussão que travamos a respeito do cinema negro, já que este é um tipo de representação

audiovisual que necessita que o realizador se identifique como negro para que seja para que seja identificado como tal. Percebe-se, portanto, que a tecnologia cinematográfica ultrapassa o artefato tecnológico e corresponde, também, a um completo de elementos simbólicos, gerados pela produção de sujeitos que se utilizam da tecnologia cinematográfica para produzirem representações. Sendo o cinema uma prática social que identifica sujeitos que se materializam como representações simbólicas. Segundo Hall (2011) essas representações se produzem em três instâncias: como um reflexo social, em função de uma intencionalidade, e sempre construído socialmente, o que lhes confere sentido, revelando determinados pertencimentos.

Vale lembrar que o fluxo social capitalista traz para o cenário o viés mercadológico da representação da “mulher negra” que se configura em dados estatísticos importantes nas políticas de mercado e do consumo de bens culturais. É flagrante a produção de um cinema para negros como mercadoria para consumo. Neste nicho os estereótipos têm sido explorados e mantidos, e a imagem da mulher negra sensualizada. O desenvolvimento de produtos voltados para este público é uma realidade incontestável. O avanço do protagonismo da mulher negra na publicidade é um exemplo disso e vai, certamente, ser refletido e refratado pelo dispositivo-cinema, sob a forma de representações cinematográficas.

Ao pensar estas representações como imagens, em como se produzem e se reproduzem, pode-se identificar intencionalidades complexas, pois se de um lado temos a interpelação mercadológica do consumo de outro podemos encontrar, ainda, estereótipos que é preciso compreender para, talvez, romper e instaurar novos princípios fundantes de uma sociedade realmente igualitária.

Conclusão

O cinema é uma ferramenta poderosa para pensar a constituição das identidades, visto que “o nosso eu se projeta no outro por meio das

imagens, e nos faz vivenciar os sentimentos e emoções do outro, sendo um território de empoderamento e de afirmação da identidade negra. Portanto, é um dos recursos da mídia que sugere modelos identificatórios de comportamentos e indica os posicionamentos que devemos adotar diante da sociedade.

Através da cultura da mídia as pessoas criam suas bases para o senso de classe, de raça e de etnia, de nacionalidade, de sexualidade; enfim, ajuda na construção de nossa identidade e na determinação do que seja o “outro”, o diferente do que somos. Desse modo, as complexidades e contradições que emergem de personagens e outros elementos das narrativas audiovisuais podem despertar novos olhares, fluxos e percepções acerca do protagonismo negro no cinema brasileiro. Como foi possível observar ao longo dessa dissuasão, contrariando o racismo, o cinema é um território de empoderamento e de afirmação da identidade negra. Com isso, tornou-se fundamental enfatizar que não há uma identidade única, nem natural no que se refere ao negro. O que há, de fato, é uma construção simbólica da imagem do negro marcada por disputas de poder entre grupos sociais.

Dentro do cinema existe uma tendência a estereotipar a mulher negra, quase sempre ela é retratada de forma sexualidade ou pejorativa. Com isso, o cinema mostra aos negros como eles devem se comportar para serem inseridos nos padrões estabelecidos pela sociedade. Quando se fala em produção audiovisual, a questão da invisibilidade dos produtores negros no cenário nacional enfrenta grandes desafios. Dessa forma, as complexidades e contradições que emergem de personagens e outros elementos das narrativas audiovisuais podem despertar novos olhares, fluxos e percepções acerca do protagonismo negro no cinema brasileiro.

Apesar da presença dos negros na mídia, de forma geral ainda é muito pequena, muito embora estes já atinjam, mesmo que minoritariamente, um espaço significativo no mercado; como dito anteriormente, é necessário que se faça uma observação acerca da inserção dos negros nas produções audiovisuais. Todavia, não deve ser desmerecida a ainda tímida,

porém já significativa, inclusão da imagem da negra em algumas propagandas brasileiras, mesmo porque, a invisibilização desta população não pode ser considerada uma forma geral na comunicação, principalmente depois que a Lei de BRASIL nº 12.288- 10 (Estatuto da Igualdade Racial), de 20 de Julho de 2010, Art. 43º e 44º estabelece que as produções veiculadas pelos órgãos de comunicação devem valorizar a herança cultural e a participação da população negra na história do país, além disso deve ser adotado oportunidades de emprego a atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística. Portanto, a lei determina a porcentagem mínima de negros que deve atuar na publicidade, indicando assim que existe uma preocupação em tornar possível a efetiva inserção do negro nos diversos espaços de atuação da sociedade

Portanto, o cinema negro emerge diante desse contexto em que se faz necessário marcar um posicionamento frente à dominação simbólica, cultural e econômica, numa sociedade em que até hoje os negros ocupam posição de desvantagem, mas não de vítimas. Com isso, neste trabalho, buscamos contribuir para as reflexões sobre a representação das identidades pelo cinema contemporâneo, principalmente o brasileiro, como forma de debater as relações raciais no país, além de servir como fonte de pesquisa para demais investigações sobre o tema. Evidentemente que a discussão sobre cinema negro não se esgota nas hipóteses desenvolvidas neste artigo, mas abrem caminhos para demais investigações sobre os diversos cinemas negros produzidos ao redor do mundo.

Referências

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: O Negro na Telenovela Brasileira**. Editora Senac, São Paulo, 2000.

AJZENBERG, Bernardo “Os invisíveis”. **Folha de São Paulo. São Paulo 2001** Disponível em 2002. <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/bernardo-ajzenberg-20/>> Acessado em 06 de Mai. 2017

CALDWELL, K. L. Racialized Boundaries: Women's Studies and the Question of Difference in Brazil. **Journal of Negro Education**, n.70 (3), p. 219-230, 2001.

CINEMAÇÃO. **O estereótipo racial feminino no cinema brasileiro**. Disponível em: <<http://cinemacao.com/2015/07/28/rochas-15-o-estereotipo-racial-feminino-no-cinema-brasileiro/>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

CINEMAÇÃO. **A mulher negra no cinema brasileiro por Sabrina Fidalgo**. Disponível em: <<http://cinemacao.com/2015/08/10/a-mulher-negra-no-cinema-brasileiro-por-sabrina-fidalgo/>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Pesquisa revela que mulheres negras estão fora do cinema nacional**. Disponível em: <read:<http://www.ebc.com.br/cultura/2014/07/pesquisa-revela-que-mulheres-negras-estao-fora-do-cinema-nacional>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre **relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003. p. 39-61.

GOMES, W.S. Apontamentos sobre o conceito da esfera pública. In: Maia, R. C,M; Castro, M.C.P(org). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2006.

Hall, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, traduzido por Adelaine La Guardia Resende et. Al, Editora UFMG, Belo Horizonte, BR, 2006

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao> - Acessado em 12 de Mai. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/calendario-7a12/evento/202-dia-da-consciencia-negra.html>> - Acessado em 12 de Mai. 2017

- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Tecnicidades, identidades, alteridades:** mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *IN:* MORAES, Denis de (org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006
- OLIVEIRA, Francisca Cordelia Oliveira. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil.** Tese. 248f. Programa de Pós-Graduação em Linguística de Universidade de Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5516%20>. Acesso. Em 20 maio. 2017.
- RIAIPE, Nilma Lino Gomes. **Dez anos de políticas de ações afirmativas no Brasil.** Brasil, disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3184/2786>> 2013.
- RODRIGUES, J. C. **O negro brasileiro e o cinema.** 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica.** Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006. SIMMEL, G. Sociabilidade
- SILVA, Paulo V. Baptista da, & ROSEMBERG, Fúlvia. **Brasil:** lugares de negros e brancos na mídia. *In:* VAN DIJK, Teun. A. **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 74-117.
- SOARES, A. C. **O uso da imagem feminina na publicidade:** estereótipos femininos das décadas de 50 e 90 retratados na linguagem publicitária. Ebah. 2006. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAMYwAJ/uso-imagem-feminina-na-publicidade>> Acesso em: 12 mai. 2017.
- SOUZA, Edileuza Penha De. Mulheres negras no cinema brasileiro – estratégias de afeto, amor e identidade. **Fazendo gênero 8 - corpo, violência e poder,** Florianópolis, ago. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/st69/edileuza_penha_de_souza_69.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.
- VIEIRA, Beatriz. Mulheres negras no cinema brasileiro: olhares, linguagens e ‘afeto. **Blogueiras negras.** Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2016/07/29/mulheres-negras-no-cinema-brasileiro-olhares-linguagens-e-afeto/>>. Acesso em: 06 mai. 2017

Capítulo 6

Origem e evolução da linguagem utilizada na redação de notícias no jornalismo impresso e online

*Celso Gick*¹

"[...] Robison Crusoe, hoje, teria certamente um transistor, quanto mais não fosse para saber se a sua ilha não teria sido escolhida para teatro de uma experiência nuclear".

Sylvain Bemba,

director de informação do jornal Congo-Brazzaville,
citado por Gaillard, 1974, p.14.

Introdução

O homem é um ser social por definição e atitudes. E essa capacidade de expressar-se por meio de mensagens não, somente, por simples satisfação, mas por necessidade da troca de informações, possibilitou sua associação com outros semelhantes e sobrevivência nos momentos difíceis. A comunicação pode-se processar de formas variadas - mesmo não verbal como no início da civilização - porém, desde o passado distante como agora, as pessoas têm necessidade e buscam intensamente informações que possam facilitar suas vidas, afastar o perigo, tomar decisões, ou, simplesmente, tornar a existência menos pesada pelo entretenimento.

Mesmo antes da invenção da imprensa, no século XV, e a edição de periódicos, no século XVII, as notícias já circulavam pela Europa nas

¹ Jornalista. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-graduado em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos (Especialização) na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: celsogick@gmail.com

canções de novidadeiros e trovadores, que eram aguardados com ansiedade nas vilas e burgos da Europa medieval. Eles levavam as novidades sobre fatos inusitados, mudanças políticas, tragédias e guerras até nobres, ricos comerciantes e população em geral. No entanto, as primeiras publicações em que percebe-se características semelhantes aos jornais modernos foram os *Actas* romanas, no século I a.C. e, separados por centenas de anos, os *Avisi*, na Itália, e os *Zeitungen*, na Alemanha, nos séculos XIII e XIV.

Mas paralelo a essas formas rudimentares de divulgação de notícias, como relata Thompson (2002), grupos organizados já mantinham redes de informação, que atravessavam a Europa. As mais eficazes eram organizadas pela Igreja, que por meios de suas representações religiosas situadas em grande parte das vilas, burgos e, já neste momento, cidades, enviavam rotineiramente informações para o poder central. Além dessas, mas extremamente eficiente, existia uma organizada rede mantida pela administração do Estado, que através de pessoas imbuídas de cargos públicos, trocavam mensagens como seus superiores. Em uma fase posterior, porém cada vez mais necessárias e eficazes para a época, foram criadas por organizações comerciais e financeiras extensas redes de troca de notícias, que recebiam informações de prepostos, bases de operações e pontos avançados sobre oferta de produtos, cotações e mercados.

As primeiras impressoras começam a ser instaladas na Alemanha a partir do século XV. No entanto, a utilização da nova tecnológica - que tem origem em invenções anteriores na China e Coréia - passa a ser empregada para a divulgação de notícias cerca de 100 depois, com os “corantos”, espécie de coletânea de notas redigidas em línguas vernáculas a partir de despachos de agentes postais. Essas folhas impressas eram vendidas para as novas populações letradas. A leitura já não era mais exclusiva da elite aristocrática e burguesa, mas também começa a fazer parte do cotidiano de funcionários administrativos, artífices e artesões.

Os primeiros jornais são impressos a partir do século XVII na Alemanha, depois na Holanda e, posteriormente, na Inglaterra. A linguagem das

notícias é inicialmente panfletária, visto que os periódicos serviram de trincheira na luta da burguesia pela tomada do poder da aristocracia. Neste período, as publicações já trazem notícias sobre o inusitado, exótico, trágico, guerras e crises. A partir do século XIX, com a Revolução Industrial e o avanço do capitalismo, os periódicos entram em uma segunda etapa na Europa com a busca por uma linguagem mais informativa e menos opinativa, cujo marco inicial deste período é a entrada em funcionamento das primeiras agências de notícias.

A linguagem das notícias se desenvolve paralelamente nos jornais norte-americanos. As publicações sensacionalistas destinadas às camadas mais populares, com ênfase nas histórias sentimentais e tragédias, sofrem a concorrência de jornais ditos “sérios”, cuja linguagem busca maior objetividade, equilíbrio e clareza. Já a partir da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, a técnica da pirâmide invertida foi adotada por repórteres que cobriam o conflito. Essa forma de organização do texto em ordem decrescente de importância, nos anos posteriores, passa a ser utilizada pela grande maioria dos jornais.

A técnica da pirâmide invertida nas décadas de 70 e 80 começa a ser considerada ultrapassada. Entretanto, a forma de escrever notícias, que a uma primeira vista parece uma estratégia de redação criada para facilitar a escrita e facilitar a edição dos textos, trata-se de uma forma de estruturar as mensagens tão antiga quanto a fala humana. Mais recentemente, a técnica da pirâmide invertida volta com toda força a ser empregada (nunca foi abandonada completamente) na redação de notícias nos jornais impressos modernos e nos portais de *webjornalismo*, desde as publicações mais de vanguarda até as mais conservadoras.

1 A busca pela notícia é uma necessidade humana

Os integrantes da sociedade humana desde o início da civilização trocaram informações por meio de mensagens. Essa vocação natural de buscar novidades e manter-se atualizado do que acontece à sua volta é

uma necessidade para proteção individual e da comunidade - evitando assim ser surpreendido por algum risco -, também possibilita a procura por melhores condições de sobrevivência, transferência da bagagem cultural e apreensão de novas técnicas para melhor desempenhar atividades rotineiras e suprir a procura pelo lúdico.

Houve um tempo em que os meios de comunicação eram o tambor de selva africana, os sinais de fumaça dos índios americanos, o telégrafo chinês de bambu, as fogueiras de Israel, o semáforo e as pombas mensageiras de uma época napoleônica e o rápido veleiro que sulcava o oceano. (HOHENBERG, 1964, p. 24, tradução nossa).

A linguagem das notícias sempre, mesmo antes da invenção da imprensa, carregou em suas mensagens o ineditismo, o interesse prático, o exótico, o incomum e o entretenimento. As informações veiculadas nos *Avisi*, publicados no século XIII, no norte da Itália, e mesmo os *Acta Diurna*, *Acta populi*, *Acta urbis* ou *Acta diurna urbana*, afixados no século I a.C. em locais públicos em Roma, já traziam em suas mensagens o que poderíamos chamar genericamente de novidades. Uma exigência para que a publicação atraísse os leitores e obtivesse propagação na sociedade.

Uma vez que das Efemérides dos gregos só se sabem anunciarem a posição do Sol e as fases da Lua - não passando de almanaques - os *Acta diurna*, *Acta populi*, *Acta urbis* ou *Acta diurna urbana* constituem os mais antigos escritos aparentados com o jornal. A princípio os acontecimentos importantes eram publicados em Roma numa tábua branca, *Album*, pendurada no ano todo no muro da residência do grande pontífice. [...] Ao assumir o consulado 69 anos antes de Cristo, alterou Júlio César tão rudimentar meio oficial de informação, determinando que fossem diariamente redigidos e publicados os atos do povo e os do Senado. (RIZZINI, p.4, 5, 1977).

Essas publicações, como analisa Rizzini (1977), possuíam na essência duas das principais características dos jornais modernos - periodicidade e atualidade, e com passar do tempo adotaram a terceira, a variedade - “abrindo espaço para o noticiário vulgar”, escreve o autor. Já estão presentes de uma forma embrionária na temática escolhida, além das

informações oficiais, o exótico e o incomum, como qualquer publicação moderna. “Plínio leu nelas o afogamento de um cão no Tibre por não abandonar o corpo do dono. Sêneca deplorava ostentassem as mulheres seus divórcios nessas folhas linguarudas”, relata Rizzini, p.5, 1977, citando Suetônio, em *Les Douze Césares, Oeuvres*, p. 12.

Somente mais de mil anos depois, a busca pela ampliação do tráfego de informações, em uma sociedade que começa a superar o obscurantismo da Idade Média, faz surgir os *Avisi*, no século XIV, que consistiam em uma espécie rudimentar de jornal mural, afixados em locais de maior visibilidade na cidade. Esse passo decisivo no avanço das comunicações sociais, na aurora do Renascimento Europeu, aconteceu no norte da Itália, mas especificamente nas cidades da costa noroeste daquele país, em uma região enriquecida pelo comércio por meio das rotas mediterrâneas, por onde crescia o comércio com países árabes.

Nesses burgos, que se transformaram em cidades em franco desenvolvimento, é gestado o protótipo de uma nova sociedade baseada na aglomeração urbana, troca de produtos, busca pelo conhecimento e exploração do trabalho. Uma sociedade que vive, inicialmente, o enfrentamento entre burguesia e aristocracia. Um conflito que em poucas décadas se espalharia por praticamente todo continente Europeu, influenciando crucialmente a organização social e, por consequência, o trabalho desempenhado pelos que se ocupavam de redigir para os veículos de comunicação da época.

Para escrever os *Avisi*, como conta Lage (1979), eram contratadas pessoas letradas que desempenhavam o que poderíamos chamar de uma atividade similar na essência a realizada pelos jornalistas modernos. Eles eram contratados por comerciantes e banqueiros para redigir essas publicações, que consistiam em folhas avulsas manuscritas, reproduzidas diversas vezes, onde eram divulgadas informações comerciais, às vezes políticas, mas o exótico e o incomum já estavam presentes. Pela primeira vez eram contratados profissionais para escrever sob encomenda mensagens que traziam novidades para um público heterogêneo.

Tratava-se de um trabalho de natureza intelectual, assalariado ou contratado, no qual se exigia um certo grau de alienação do autor em relação ao conteúdo e à finalidade do escrito - algo subjetivamente bem diverso da ideia que se faz da arte dos poetas e narradores literários ou da tarefa de quem escreve uma carta pessoal. (LAGE, 1979.p.17).

As invenções que possibilitaram a criação da Imprensa no Renascimento no continente Europeu já estavam disponíveis, no entanto, só foram utilizadas para veiculação de informações quando essa prática se torna necessária devido a uma vigorosa necessidade social. O papel já era amplamente utilizado na China no século III d.C., posteriormente, passa a ser produzido em países árabes e entra na Europa trazido pelas rotas comerciais mediterrâneas. No século XIII, foi implantada a primeira fábrica desse novo produto na Itália, depois Alemanha, França e Espanha. Os tipos móveis de cerâmica foram usados na China no século I d.C (entre 1040 e 1050) e os tipos móveis de metal na Coreia no século XIV (1390). Essa última tecnologia, provavelmente, teria sido adaptada dos métodos de fundição de moedas, conforme Thompson (2002, p. 54).

As técnicas rudimentares para a impressão chegam à Europa no final do século XIV, enquanto os primeiros livros apareceram a partir do início do século XV (1409). Porém é atribuído a Johann Gutenberg, um ourives de Mainz (Mogúncia, na Alemanha), o desenvolvimento de métodos diferenciados dos empregados pelos chineses e coreanos: a utilização de tipos alfabéticos e a adaptação de prensas para a impressão.

A originalidade dos inventos atribuídos a Gutenberg é discutível, mas, segundo Lage (1979. p.16), uma das razões para que esse debate tenha sido posto de lado foi a grande difusão alcançada pelo trabalho de excelente qualidade de sua oficina por meio da famosa edição da Bíblia de 1450. “Se não foi o primeiro, teria sido o melhor dentre os primeiros”, escreve o autor.

As primeiras gráficas foram instaladas inicialmente na Alemanha, depois Itália, França, Holanda, Inglaterra e Espanha. A tecnologia da impressão se espalhou em poucas décadas por praticamente toda a Europa.

As tipografias primitivas eram, em sua grande maioria, empresas comerciais organizadas nos moldes capitalistas e por serem um polo de atração da intelectualidade transformaram-se em centros de debates e locais de encontro para religiosos, eruditos e estudiosos.

1.2 A linguagem das notícias acompanha o desenvolvimento tecnológico e os avanços da sociedade

Mesmo com a imprensa já disponível, os leitores preferiam as gazetas escritas à mão que circularam por mais de dois séculos pelos países centrais da Europa. Muitas eram quase uma iniciativa heróica ou revolucionária, mas algumas chegaram a contar com esquemas profissionais de produção, com repórteres, copistas e distribuidores, além de administradores, que supervisionavam os trabalhos e se ocupavam da gestão do negócio. As gazetas eram entregues, quase sempre, semanalmente nas residências dos leitores assinantes que pagavam pelo serviço.

Elas tratavam de temas variados como política, economia, variedades e, até mesmo, intrigas da corte e crimes bárbaros. As gazetas à mão traziam uma abordagem mais provocativa, criativa e, por consequência, mais interessante do que as gazetas impressas, que adotavam uma linguagem mais oficialista. Por essas características as publicações redigidas à mão superavam na atração de leitores as publicações impressas. As gazetas impressas somente, com o passar dos anos, suplantaram as redigidas à mão devido à redução dos custos e à maior capacidade de difusão.

Publicando a correspondência dos *fermiers généraux* Delanhante, observou um dos seus descendentes que ela poderia fornecer material a todas as rubricas de um jornal moderno: novidades políticas, notícias de alta roda, ecos de Paris, novelas redigias à mão, informações financeiras, folhetins dramáticos e coisas da corte [...]. (RIZZINI, p. 65, 1977).

Mesmo antes da existência do serviço dos correios, explica Rizzini (1977), cartas circulavam nas mãos de particulares e pessoas contratadas,

entretanto não se cogitava a distribuição de periódicos manuscritos ou impressos, “apesar de existir a tipografia desde 1445”.

Neste passo, é útil notar-se que do primeiro livro à primeira gazeta imprensa transcorreram 160 anos, de onde se conclui que a relação entre a tipografia e o jornal é semelhante à do tear mecânico e o pano: relação de aperfeiçoamento. [...] Compreende-se: que a informação precisava para atingir o seu fim não era ser escrita desta ou daquela maneira, mas serem regularmente transmitidas do redator ao leitor. (RIZZINI, p. 40, 1977).

A tecnologia da Imprensa, que possibilitava grandes tiragens com custos mais reduzidos, foi utilizada desde o princípio pela burguesia na luta pela tomada do poder do clero e da aristocracia. O uso dos materiais impressos neste conflito termina influenciando a definição de quais produtos imprimir e, conseqüentemente, na linguagem empregada. A nova tecnologia colabora para a difusão das ideias do protestantismo e, também, o retorno do interesse pelos textos clássicos, que foram impressos, comercializados, comentados e criticados.

A burguesia em fase de expansão emprega a nova invenção para divulgar princípios de liberdades individuais, que traziam em seu ideário a livre fabricação de bens e comércio sem restrições. Por esse motivo paralelo a expansão dos negócios se desenvolvia a imprensa, coincidentemente, em regiões onde estava menos presente a força coercitiva da Igreja e do Estado, como na Alemanha, e, anos mais tarde, nos Estados Unidos.

Neste contexto, surgem publicações impressas, que reuniam formas embrionárias de notícias, uma outra invenção que iria transformar substancialmente a forma de pensar dos moradores da Europa na metade do século XV. Do mesmo modo que o aparecimento da tecnologia da Imprensa, em um período anterior, o novo produto impresso veio para atender uma necessidade surgida na sociedade. Essas publicações, utilizadas para veicular essas coletâneas de novidades, eram impressas e comercializadas em folhas avulsas, folhetos, cartazes e pôsteres, com informações, principalmente, comerciais, políticas e, em alguns, casos pitorescas, exóticas e grotescas.

Publicações periódicas impressas de notícias começaram a aparecer a partir da segunda metade do século XVI e jornais como características similares aos modernos no século XVII.

Em 1609 folhas semanais eram publicadas em várias cidades alemãs, incluindo Augsburg, Estrasburgo e Wolfenbüttel, e há algum indício de que um periódico semanal possa ter sido publicado algo em torno de 1607 em Amsterdã. Semanários - ou corantos, como eram chamadas estas primitivas compilações de notícias naquele tempo - logo surgiram em outras cidades e línguas. As cidades localizadas ao longo das maiores rotas comerciais européias, como Colônia, Frankfurt, Antuérpia e Berlim, tornaram-se os primeiros centros de produção de jornais. (THONPSON, 2002, p.64).

Os jornais mais antigos que se conhecem, conforme relata Lage (1979, p.16), foram publicados na Alemanha em 1609 e embora não contenham indicações da cidade ou impressor, provavelmente, saíram de uma oficina em Bremen.

Outra publicação primitiva editada em Estrasburgo (também em 1609) e uma terceira em Colônia (1610). Havia jornais em Frankfurt, Berlim, Basileia, Hamburgo, Amsterdã e Antuérpia, em 1620. Da Holanda saíam exemplares em inglês e francês nesse ano. Em 1621, circulava o primeiro o jornal londrino, o *Current of General News*. Dez anos depois, a 30 de maio de 1631, era lançada em Paris *La Gazette*, de Theophraste Renaudot. LAGE (1979, p. 17).

Percebe-se que essas primeiras publicações abordavam temas comerciais, políticos e uma coletânea de assuntos diversos de regiões distantes. Essa temática permitiu uma ampliação da percepção espacial e aumento da consciência sobre a cultura de sociedades muito diferentes. O exótico e o pitoresco, como já destacamos, já estavam presentes desde as publicações mais primitivas, porém poucas veiculavam temas locais. Essas publicações traziam uma linguagem panfletária e, na maioria das vezes, relacionavam os assuntos tratados com a ideologia que defendiam: por um lado os ideais da burguesia e, em oposição, outras os da aristocracia.

No entanto, as publicações alinhadas aos princípios defendidos pela burguesia, como liberdade de expressão, produção e comércio, sempre tinha

mais a dizer e com mais propriedade do que as editadas por redatores ligados à aristocracia. Esse embate se estendeu até a tomada definitiva do poder pela burguesia, porém a retórica utilizada, que denunciava problemas e os relacionava com ações da administração pública, acaba perdendo o sentido de existir e, aos poucos, a atratividade para o público leitor.

Após essa primeira fase, os jornais começam a se transformar, a partir da segunda metade do século XIX, em empreendimentos empresariais/capitalistas e, assim, precisavam remunerar os recursos investidos e para isso torna-se necessário aumentar o número de leitores. Nesta etapa, fica evidente pela primeira vez uma triangulação de esferas de influência nas publicações - veículo, sistema econômico, público leitor -, que norteia a linguagem utilizada e os assuntos abordados. Os jornais tinham a necessidade de atrair um grande número de leitores, que são influenciados a consumir bens materiais e ideológicos, enquanto o sistema remunera os produtores de informações, com recursos financeiros, crédito facilitado e prestígio social. A publicidade passa a ser a maior fonte de renda dos veículos e o alinhamento com o sistema, nunca mais deixou de influenciar fortemente a linha editorial das publicações.

Com o declínio da utilização da linguagem panfletária, os jornais passam a adotar uma abordagem sensacionalista na veiculação de notícias. As histórias de crimes bárbaros, impregnadas de passionalismo, exotismo e violência tem destaque nas edições, que também começam a ter uma apresentação gráfica mais vistosa, com fontes com maiores dimensões e manchetes chamativas. A redação de notícias oferece histórias que funcionam como lenitivo para um cotidiano de uma incipiente classe proletária, que enfrenta jornadas de trabalho de mais de 12 horas diárias e vive miseravelmente em metrópoles cada vez mais populosas e violentas.

1.3 A “verdade” se transforma em um negócio rentável

Em contra ponto a esses jornais - que traziam notícias imprecisas e, muitas vezes fantasiosas - surgem publicações voltadas a divulgar notícias

utilizando uma linguagem equilibrada e objetiva. A veiculação da “verdade” também se transforma em um negócio atrativo e são fundados jornais que adotam essa linha editorial nas grandes cidades europeias, direcionados a um público mais exigente, que se sobressai das camadas proletárias. Uma categoria de administradores, chefes de seções e outros gestores, que se interessam por assuntos gerais, de economia, política, esportes e entretenimento. O consumo de informações confiáveis vira, praticamente, uma exigência profissional e estar bem informado uma diferenciação social, pois, naquela época, ler um jornal “sério” era um símbolo de status.

Os primeiros passos em direção a objetividade se iniciaram em jornais europeus, mas essa alteração na linguagem usada na redação de notícias, só se fortaleceu, anos mais tarde, nos jornais norte-americanos.

A objetividade é um conceito de jornalismo que se desenvolveu e se consolidou nos Estados Unidos em fins do século XIX, projetando-se na imprensa ocidental com a força de um dogma. Sua origem está na necessidade que sentiram jornais de qualidade de estabelecer uma fronteira ética em relação a jornais sensacionalistas. A informação objetiva é, assim, uma resposta à notícia escandalosa, interesseira, imprecisa, manipulada, que fez a fama da imprensa amarela. É a outra face da moeda. O conceito de objetividade evoluiu para tornar-se no século XX um padrão universal. (BAHIA, 1990. p. 14).

Sobre a busca da objetividade, Lage (1979) afirma que essa outra forma de imprensa que se identificaria com a imprensa prestigiada, gerou “o entendimento fundado na imparcialidade, na objetividade e na veracidade da informação”.

Tal imparcialidade, objetividade e veracidade cumprem frequentemente a função reiteradora que a opinião manifesta já não consegue suprir, apresentando como boas, eliminando como subjetivas ou mentalistas as disposições inconvenientes de análise crítica e estabelecendo, necessariamente *a priori*, critérios de aferição da verdade. Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objetivo mitológico da sabedoria absoluta. (LAGE, 1979.p. 25).

O jornal moderno e, por consequência, a linguagem utilizada é parte da cultura de massa e resultado de grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. “Impresso, escrito, falado ou visual, o seu objeto é informar, interpretar, orientar e divertir. Associa ainda outras funções como vender através de anúncios e difundir ideias e eventos mais complexos que a simples notícia”. (Bahia, 1990 p. 19)

As técnicas do jornal não pode ser confundidas com a tecnologia utilizada na imprensa. Assim como a tecnologia empregada para produzir impressos, as formas usadas para redigir jornais não são uma invenção. Deve ser entendido como um processo histórico e cultural laboriosamente aperfeiçoado com o tempo. (Bahia, 1990 p. 19)

Segundo escreve Martínez Albertos (1983), citado por Santamaría Suárez (1997), ao longo do século XIX, o periodismo espanhol, como o de os demais países europeus e americanos, tem como fontes fundamentais as atividades políticas e literárias. Entretanto, aos poucos os artigos de opinião vão cedendo espaço para o jornalismo de informação impessoal das agências de notícias. “Inicialmente a agência Havas na França (1835) e Fabra na Espanha (1868). Essa nova forma de redigir notícias exige frases breves, clareza sintática e vozes facilmente identificáveis”. (MARTÍNEZ ALBERTOS, 1983 apud SANTAMARÍA SUÁREZ, 1997, pag.19, tradução nossa).

A Havas, considerada a primeira agência de notícias, foi fundada em 1835, em Paris, França, por Charles-Louis Havas, um banqueiro francês de origem húngara, arruinado após a queda do império napoleônico. Dois de seus funcionários, ao saírem da agência, Paul Julius Reuter criou a Reuter, em 1851, inicialmente em Paris, depois transferiu-se para Londres, e Bernhard Wolff fundou a Wolff (originalmente, Continental Telegraphen), em 1849 (alguns autores citam 1839 e 1848)), em Berlim (Alemanha). A Havas originou a France Press, a Reuter transformou-se na Reuter britânica (posteriormente Thomson Reuters), e a Wolff na Deutsche Presse-Agentur (DPA).

A agência Associated Press teve como origem uma associação de cinco jornais de New York, EUA, que desde 1820, atuavam em cooperação para

captar notícias. Duas décadas depois, os veículos integrantes desta parceria (neste momento seis) decidiram formalizá-la, sob um marco jurídico. Porém, a criação da New York Associated Press, em 1848, é considerada a origem da Associated Press, que manteve um monopólio por mais de meio século. No entanto, em 2005, a própria AP divulgou que adquiriu documentos cujo conteúdo indicava que a entidade foi fundada em 1846, no início da Guerra dos EUA contra o México. Somente em 1907 foi implantada a United Press e dois anos após criou-se a International News Service. Essas duas agências se fundiram em 1958, originando a United Press International (UPI).

Prosseguindo, conforme Martínez Albertos (1983), referido por Santamaría Suárez (1997, p.18 e 19), o jornalismo a partir do século XIX divide-se em três etapas: jornalismo ideológico, jornalismo de informação e jornalismo de explicação. Entretanto esses gêneros jornalísticos têm desenvolvimento sucessivos em muitos casos. Sendo que em diferentes publicações os três gêneros jornalísticos persistem nas etapas seguintes, sendo publicados concomitantemente. Esses diferentes gêneros jornalísticos acabam veiculados em seções claramente demarcadas nas publicações. De acordo com a classificação feita Martínez Albertos (1983, resumida por Suárez (1997), a primeira etapa do jornalismo se estende até o final da I Guerra Mundial.

É um jornalismo racional e moralizador, com um ânimo proselitista a serviço de ideias políticas ou religiosas. Uma imprensa opinativa que responde a uma etapa histórica de partidários políticos e cuja influência literária pode-se buscar nos discursos antológicos dos parlamentares [...]. É uma imprensa em que o comentário predomina sobre a notícia. Há falta de informação com excesso de comentários. Nesta etapa, se consolida definitivamente o gênero jornalístico que os anglo-saxões denominam *comment* e podemos traduzir para o castelhano como comentário ou artigo em suas diferentes variantes. (MARTÍNEZ ALBERTOS, 1983, apud SANTAMARÍA SUÁREZ, 1997, pag. 19, tradução nossa).

A segunda etapa é o jornalismo informativo que aparece por volta de 1870. Primeiro na Inglaterra e, depois, com maior vigor nos Estados

Unidos, tem início a produção de um novo jornalismo, que se apoia fundamentalmente na narração, que alguns estudiosos denominam como Idade de Ouro da Imprensa. A etapa anterior se mantém de uma maneira residual, porém a partir de 1920, a imprensa de informação se impõe já em todo o mundo ocidental.

A progressiva tecnificação da indústria periodística tem uma importância decisiva neste caminho e esta atuação se mantém até o término da II Guerra Mundial. Seu momento mais importante se situa entre 1920 e 1950. Se trata evidentemente de um periodismo de narração dos fatos, o que o anglo-saxões denominam *story*, com uma gama de especialidades que dão origem ao que nós chamamos de gêneros jornalísticos informativos: informação, reportagem e crônica, com suas correspondentes variações a cada um deles. (SANTAMARÍA SUÁREZ, 1997 p. 19, tradução nossa).

A partir do final da II Guerra Mundial a linguagem utilizada na redação das notícias busca uma nova qualidade: a profundidade. Entra em cena o jornalismo de explicação em contraste com a chamada imprensa popular, que se caracteriza pelo sensacionalismo. Uma forma de imprensa que tem a procura pela qualidade com princípio e que tenta levar aos leitores um jornalismo de explicação, interpretativo ou em profundidade. “Este utiliza equilibradamente o comentário e o relato, mas situa-se em uma nova perspectiva em a qual o leitor encontra juízos de valor situados de forma imediata ao lado da narração objetiva dos fatos”, escreve Santamaría Suárez. (1997, p. 19, tradução nossa).

Em uma sociedade tão diversa, como destaca López (1995), a oferta comunicativa precisa ser plural e diversificada para melhor atender as necessidades do público leitor. “Com a finalidade de atrair um determinado grupo de leitores e suprir seus interesses, as publicações procuram se diferenciar pelos temas abordados, linguagem utilizada e desenho gráfico”. (López, 1995. pag. 23, tradução nossa).

Para melhor estudá-los, conforme López (1995), os jornais são agrupados em dois grupos genéricos: de prestígio e de massa. O primeiro estaria caracterizado pelo domínio do texto sobre a forma e seu conteúdo

se centraria eminentemente no âmbito político. São dirigidos às elites políticas, econômicas e sociais do país onde se edita e trata de ser seu mentor. Esse modelo de publicação utiliza-se, preferencialmente, de fontes informativas institucionais. “O tipo de linguagem [...] é muito cuidada e não é nada vulgar. Tende a utilizar um vocabulário o mais preciso possível, por isso, muitas vezes, inacessível a uma boa parte dos cidadãos”. (Lópes, 1995. pag. 23, tradução nossa).

Por outro lado, prossegue Lópes (1995), o modelo de jornalismo de massa ou popular se dirige a sociedade em geral. Uma sociedade interclassista pouco exigente e que busca nos meios de expressão escritos um divertimento informativo. Este tipo de jornalismo é o mais abrangente possível. A linguagem é coloquial, evitando o vocabulário técnico. “A extensão de suas notícias, reportagem e crônicas não ultrapassam as 120 linhas e 36 espaços e a informação central se apoia em informações secundárias”, explica o autor. (LÓPES, 1995. p. 23, tradução nossa). Entre estes dois modelos de jornais encontramos publicações em que estão presentes características dos dois estilos.

Nos Estados Unidos, escreve Lage (1979), circunstâncias peculiares favoreceram a implantação e manutenção inquestionável do princípio da livre imprensa, inscrito na primeira emenda da Constituição, de 1871, quinze anos após a independência do país. “Tais fatores foram, basicamente, a inexistência de qualquer movimento sério de restauração de um sistema anterior, de vez que a autonomia atendeu ao consenso na colônia [...]”, explica o autor. (LAGE, 1979, p. 20).

Ao longo dos séculos XIX e XX, a imprensa norte-americana teve uma sólida expansão, em paralelo ao desenvolvimento das publicações jornalísticas europeias. O jornalismo nos EUA, como o europeu, também perpassam as fases da linguagem panfletária, depois sensacionalista e por último de informação, porém os jornais norte-americanos têm a peculiaridade, devido a características locais, de servirem como um imenso laboratório para testes e experimentos das técnicas narrativas jornalísticas.

Nos EUA havia oito jornais diários em 1790, um século depois 1662 diários, com tiragem de 8.387.188 exemplares; em 1910, 2.433 diários, com uma tiragem de 24.211.997 exemplares. Esse avanço no número de jornais diários provocou uma disputa acirrada por leitores e por publicidade. (LAGE, 1979, p.22).

1.4 A pirâmide invertida altera a forma de redigir notícia no mundo

Com esse vigor e diversidade, o jornalismo norte-americano colaborou intensamente para o avanço e inovações técnicas adotadas pelo jornalismo mundial. A principal delas - assim como a utilização do lead - a chamada pirâmide invertida é extremamente adequada para a redação rápida, clara e concisa de notícias nos veículos impressos e, atualmente, nos *online*. Além dessa qualidade, sua utilização permite que, se necessário, parágrafos sejam eliminados sem que o sentido geral do texto seja alterado e o entendimento preservado.

A pirâmide invertida não foi uma criação da imprensa norte-americana. Isso porque essa forma de relatar acontecimentos já é utilizada corriqueiramente por pessoas comuns, sem nenhuma relação com jornalismo. Uma testemunha, por exemplo, ao presenciar um acidente de trânsito, ao contrário de narrar o acidente em ordem cronológica, com todos os detalhes, relataria: “Um carro avançou o sinal e bateu violentamente contra outro veículo, provocando a morte de uma pessoa e causando ferimentos em outras duas”. Somente depois contaria os detalhes. Na essência está usando o método da pirâmide invertida, empregado desde o princípio da civilização para contar um acontecimento incomum.

Conforme resume Hohemberg (1964), a técnica de relatar os fatos do mais importante para os de menor relevância não foi inventada pelos redatores de jornais dos EUA, ainda que essa seja a fonte de sua popularidade, como recurso para a apresentação das notícias.

Seu emprego pelos correspondentes de jornais geralmente coincide com a invenção do telégrafo, quando o mais importante era transmitir a notícia primeiro, rápido e corretamente. Nos Estados Unidos, o período da Guerra

Civil assinalou o princípio da construção em forma de pirâmide invertida, nos despachos de imprensa. (HOHENBERG, 1964,p.161).

Hohenberg (1964) cita como exemplo do uso embrionário da pirâmide invertida a redação de um boletim telegráfico sobre o ataque contra o Forte Sumter enviado a Nova York, em 12 de abril de 1861, que marca o início da Guerra da Civil, nos Estados Unidos:

Charleston, 12 de abril - Começou o baile. A guerra há iniciado. As baterias da Ilha Sullivan, da Ilha Morris e de outros pontos, abriram fogo contra o Forte Sumter está manhã, às 4. O Forte Sumter devolveu o fogo e desde então há sustentado um nutrido canhãoço.

As agências de notícia norte-americanas espalharam rapidamente no ritmo de seus despachos a técnica da pirâmide invertida, que acabou sendo adotada primeiro pelos jornais dos Estados Unidos, depois da Europa e, posteriormente, pelos jornais de todo mundo. Com um certo atraso, as inovações adotadas pela imprensa moderna chegam ao Brasil na fase de maior efervescência do jornal Última Hora, na década de 1950. Neste período:

Já se começara a introduzir a diagramação e um certo padrão era comum nos jornais, quando o Diário Carioca e a Tribuna da Imprensa, ambos do Rio, adotaram uma técnica de redação que buscava adequar às contingências da língua portuguesa a técnica de produção de notícias corrente nos países industrializados.

O próximo passo no processo de modernização foi dado com a reforma do Jornal do Brasil, iniciada com o convite a Odilo Costa filho, para dirigir a redação. (LAGE, 1979, p.31)

A técnica da pirâmide invertida, com o passar dos anos, torna-se unanimidade nos jornais dos quatro cantos do mundo como a forma mais adequada para a redação de notícias. Mas como todo “dogma”, a partir da década de 70 e, com mais, ênfase na de 80, surgem contestações dentro das redações feitas por jornalistas que consideravam a técnica ultrapassada e cerceadora da criatividade. São propostas novas formas de redigir

notícias, que em quase todos os casos, acabavam diluindo a informação e cansando o leitor, que tem pressa em obter as informações principais e seguir para outro assunto.

Estas propostas satisfaziam a ânsia de jornalistas de fugir do comum e serviam como válvula de escape para tendências literárias, no entanto, na maioria das vezes, tornavam a redação mais demorada e a recepção das informações mais confusa. Em alguns casos, o resultado do uso dessas técnicas narrativas era tão pobre (em essência diluía a informação), sobretudo no ambiente *online*, que seria possível falar da transição da pirâmide invertida à pirâmide pervertida.

Os jornalistas terminam se rendendo a eficácia e a praticidade da técnica de redigir notícias do fato mais importante para os de menor relevância. Essa tendência é verificada nos jornais impressos e com grande abrangência nos veículos *online*, que exigem facilidade de leitura para manter a atração dos leitores pelos assuntos tratados. É a consagração em pleno século XXI de uma técnica centenária, que muitos julgavam ultrapassada. Por esse motivo Roy Peter Clark (2008), citado no manual *Como Escrever para Web*, do Centro Knight para Jornalismo nas Américas, 2016, p. 52, inclui, ironicamente, a pirâmide invertida em uma lista de “maravilhas do mundo jornalístico” e justifica a escolha afirmando simplesmente: “Como as pirâmides do Egito, ela passou no teste do tempo”.

Considerações finais

A linguagem utilizada na redação das notícias avançou em paralelo as inovações tecnológicas e atendeu às necessidades sociais apresentadas no desenvolvimento da sociedade. Também percebe-se que as técnicas utilizadas na produção de textos para a divulgação em veículos impressos e *online* tiveram desenvolvimento por etapas e obedecem a formas de redação aperfeiçoadas ao longo de centenas de anos na imprensa mundial.

Além disso, a linguagem utilizada nos veículos de comunicação, mesmo tendo ampliado o leque de assuntos e avançado na forma de

abordagem, permanecem obedecendo aos mesmos princípios que, na essência, norteavam as publicações desde as primeiras publicações. Uma escolha de temas que, de uma forma ou outra, vão ao encontro das necessidades ancestrais dos integrantes da sociedade humana.

As técnicas empregadas na redação de notícias são originárias de formas naturais da linguagem humana, não invenções formuladas pelos profissionais que escrevem para jornais impressos ou *online*. São formas narrativas que se aperfeiçoaram com o passar dos anos acompanhando os avanços técnicos e a, cada vez mais, complexas relações humanas.

Métodos de trabalho que precisam ser melhor compreendidos e aprimorados para que as mensagens sejam melhor elaboradas, com a finalidade de atender com maior eficácia as necessidades de leitores cada vez mais exigentes e atarefados, em uma sociedade facetada em que a realidade tem cada vez mais versões contraditórias e incertezas.

Referências

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica, As Técnicas do Jornalismo**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo, Redação, Captação e Edição no Jornal Diário**, São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

FRANCO, Guillermo; SOARES, Marcelo. **Como escrever para Web**. Austin: Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, 2016.

GAILLARD, Philippe. **O Jornalismo**, Lisboa: Publicações Europa - América, 1974.

HOHENBERG, John. **El Periodista Profesional**, México: Editorial Letras S.A., 1964.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

LÓPEZ, Manuel. **Cómo se fabrican las noticias**, Barcelona: Paidós Papeles de Comunicación, 1995.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SANTAMARÍA SUÁREZ, Luisa, **Géneros para la Persuasión en Periodismo**. Madri: Editora Fragua. 1997.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

Capítulo 7

Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais

Celestino Joanguete

1. Modelo Sócio-Ecológico

O Modelo Sócio-Ecológico foi desenvolvido por sociólogos da Escola de Chicago, na década de 1970, estuda como os comportamentos se formam com base em características de indivíduos, comunidades, nações e níveis intermediários. O Principal autor desta teoria, Urie Bronfenbrenner (1989) , introduziu modelo conceitual na década de 1970, formalizado como uma teoria na década de 1980 e continuamente revisado por Bronfenbrenner até sua morte em 2005. Bronfenbrenner aplica modelo Sócio-Ecológico na ideia de que, para entender o desenvolvimento humano, é preciso compreender todo o sistema ecológico no qual o crescimento humano ocorre.

O modelo Sócio-Ecológico foi incorporado à Comunicação para o Desenvolvimento pela C-Change. Na sua abordagem, este modelo (Figura 01) descreve os 5 níveis nos quais os programas de Comunicação para Mudança Social do Comportamento (CMSC) podem ser desenvolvidos, podendo ser usado em análise, planeamento e implementação das estratégias de CMSC (C-Change, 2012).

O Modelo Sócio Ecológico é usado como uma ferramenta para encontrar os pontos de viragem mais fortes para a mudança. Um ponto nevrálgico pode ser conduzido por um factor de ocorrência natural ou um

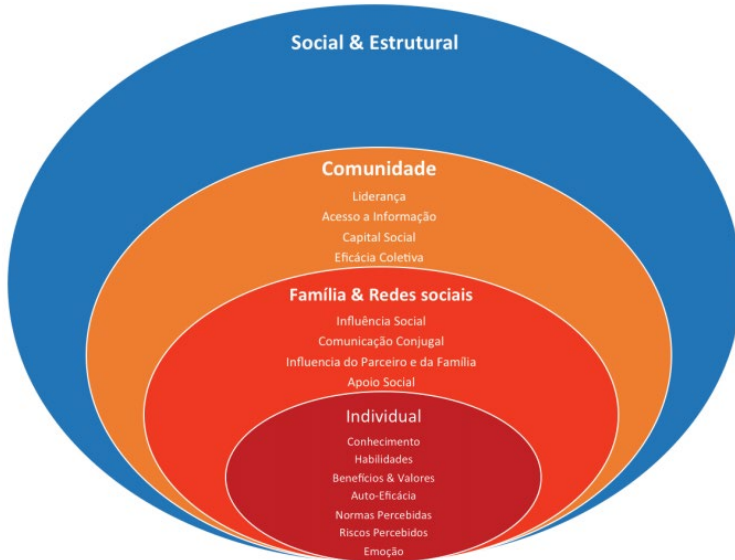
forte determinante para a mudança, tal como vontade política que fornece o empurrão final para fazer “tombar” as barreiras à mudança. Os pontos *nevrálgicos* descrevem como os momentos se constroem até um ponto no qual a mudança ganha força e se torna imparável. O Modelo Sócio-Ecológico sublinha a necessidade de se ir para além de intervenções ad hoc para esforços de mudança social coordenados ao longo do tempo.

O Modelo Sócio-Ecológico para a Mudança do C-Change (2012) é baseado numa síntese de teorias e abordagens de disciplinas tais como psicologia, sociologia, comunicação, e ciência política. O Modelo permite aos investigadores examinar e abordar vários níveis de influência para descobrir pontos de viragem efectivos para a mudança. Um ponto de viragem refere-se às dinâmicas da mudança social onde as tendências rapidamente se desenvolvem em mudanças permanentes. Podem ser causadas por um evento de ocorrência natural ou uma determinante para a mudança forte, tais como vontade política que proporciona o empurrão final para “derrubar” barreiras à mudança.

Os pontos de viragem descrevem como o momento se constrói até um ponto onde a mudança ganha uma força e se torna imparável. Podem ser importantes para governos, grupos de oposição, ou movimentos sociais para se unirem por detrás de uma certa meta e implementar acções para propulsar a mudança para frente.

O C-change desenvolveu uma tabela nas páginas que se segue ilustrando a base teórica do seu Modelo Sócio- Ecológico para a Mudança e como é que este se relaciona com a procura dos pontos de viragem para a mudança.

Figura 01: Modelo Sócio Ecológico



Fonte: C-Change (2012)

Algumas organizações das Nações Unidas aplicam o Modelo Sócio-Ecológico composto por quatro sistemas de influência que interagem entre si e que afectam o comportamento humano, designadamente: o sistema individual; Familiar e Redes Sociais; Comunidade e sistema Social e Estrutural:

- 1) **Individual** - os vários traços e identidades de um indivíduo compõem esse nível do Modelo Sócio-Ecológico. Essas características têm a capacidade de influenciar como uma pessoa se comporta. Idade, nível educacional, orientação sexual e status econômico são alguns dos muitos atributos observados nesse intervalo. Esses factores são importantes a serem considerados quando se constroem estratégias de mudança comportamento individual;
- 2) **Familiar & Redes Sociais** - as relações e redes sociais das quais uma pessoa participa também têm um grande potencial para impactar comportamentos. Famílias, amigos e tradições são actores-chave no estágio interpessoal do modelo. Usando intervenção, pode-se promover relacionamentos saudáveis nesse intervalo;
- 3) **Comunidade** - este nível concentra-se nas redes entre organizações e instituições que compõem a comunidade maior. Essas associações incluem empresas e funções do “ambiente construído”, como parques. Estruturas comunitárias são

frequentemente importantes para determinar como as populações se comportam e quais costumes elas defendem. É importante entender o nível da comunidade para determinar onde os comportamentos de saúde se originam;

- 4) **Social e Estrutural** – este nível compreende que as organizações são instrumentais no desenvolvimento de comportamentos, já que muitas vezes impõem regulamentos e restrições que determinam o comportamento. Uma escola, por exemplo, controla a disseminação do conhecimento. Essa influência é significativa quando se trata de comunicar informações sobre práticas seguras de saúde. Este nível define as políticas e leis que são instigadas nos níveis local, nacional e global compõem o nível mais amplo do Modelo Sócio-Ecológico. Essas políticas têm o potencial de impactar um grande número de pessoas.

Em cada um dos quatro níveis de influência do Modelo Sócio Ecológico existem factores que afectam o comportamento de forma positiva (facilitadores) e factores que afectam o comportamento de forma negativa (barreiras). As intervenções eficazes para pesquisa que envolve crianças em ambiente cultural sujeito à normas e práticas sociais a devem ter o objectivo de desenvolver mensagens e actividades que influenciam os quatro níveis do Modelo Sócio Ecológico, maximizando os facilitadores e limitando as barreiras (Who, 2012) .

Cada nível de análise e actores/instituições dentro de cada anel são influenciados por vários *factores transversais* (o Triângulo da Influência). É nestes factores que as intervenções CMSC podem ser capazes de gerar mudanças. Estes factores podem agir de forma isolada ou combinada. Para ajudar a identifica-los, os agrupamos em quatro grandes categorias: informação, motivação, habilidade para agir, e normas.

As pessoas precisam de *informação* que seja atempada, acessível, e relevante. Quando se olha para informação, considere o nível de *conhecimento* detido por aquela pessoa ou grupo, ex.; o que é que eles sabem sobre os anticonceptivos modernos e seus efeitos secundários. Com tal informação, alguns indivíduos, grupos, ou comunidades podem ser capacitadas para agir. Para muitas pessoas, a informação não é suficiente para mudar.

Elas requerem *motivação*, com frequência determinada pelas *atitudes, crenças, ou percepções de benéfico, risco, ou seriedade* das

questões que os programas estão a tentar mudar, ex: atitudes relativas ao uso de preservativos, crença sobre benefícios do planeamento familiar, ou percepção do risco de infecção pelo HIV. A Motivação pode ser afectada pelos métodos ou estratégias CMSC tais como aconselhamento efectivo, educação de pares, rádio de entretenimento, ou programas de TV. Se forem bem feitos, tal comunicação pode encorajar atitudes individuais e mudança de comportamento, assim como mudança de normas sociais.

2. Teorias de Mudança Social

Comunicação para a Mudança Social e de Comportamento (CMSC) é o uso estratégico de abordagens de comunicação para promover mudanças no conhecimento, atitudes, normas, crenças e comportamentos. O termo CMSC se refere à coordenação de mensagens e actividades através de uma variedade de canais para atingir múltiplos níveis da sociedade, incluindo o indivíduo, a comunidade, os serviços e a política.

A CMSC é fundamentada em teoria e baseada em evidências. Os programas são projectados com base em dados existentes e seguem um processo sistemático, analisando o problema a fim de definir barreiras e motivações para mudar e projetar um conjunto abrangente de intervenções personalizadas que promovam os comportamentos desejados. Uma estratégia de CMSC é o documento que guia o projeto de intervenções, estabelecendo audiências pretendidas, estabelecendo objetivos de comunicação comportamental e determinando mensagens consistentes, materiais e atividades em todos os canais.

O comportamento é um fenómeno complexo, influenciado por fatores dentro do indivíduo e além. O Modelo Ecológico Social (Figura 1), informado pelo trabalho de Bronfenbrenner de 1979, reconhece quatro níveis de influência que interagem para afetar o comportamento: individual, familiar e de rede de semelhantes, comunidade e social / estrutural (Glanz & Rimer, 2010, HC3, 2014).

O desenvolvimento da Teoria de Mudança, no quadro do modelo socio-ecológico, a base teórica desta Estratégia, constrói-se tendo em consideração os três níveis de análise (a esfera interpessoal, a esfera comunitária e por último a esfera de políticas). Neste caso, as abordagens de comunicação para o desenvolvimento: comunicação para mudança social e do comportamento, mobilização social e a advocacia.

A Teoria de Mudança aqui apresentada é um exercício que pretende descrever as razões e um conjunto de pressupostos sobre como os implementadores poderão perceber as mudanças no ambiente, e como é que a Estratégia deverá contribuir para esta mudança, dadas as actividades nela propostas.

2. Normas e práticas sociais

As normas sociais são regras generalizadas que pressionam os membros de uma comunidade/sociedade a comportarem-se em conformidade. Condicionam os indivíduos e os grupos a agirem de acordo com aquilo que a comunidade ou a sociedade esperam deles. Deste modo, o comportamento dos indivíduos e dos grupos é condicionado pelas suas crenças sobre como os outros esperam que se comportem.

Não seguir as normas sociais pode resultar em reprimenda, vergonha, exclusão ou alguma outra forma de punição ou sanção social.

O investigador pode encontrar obstáculos ou coadjuvantes nas normas sociais que regem a população-alvo. Deve procurar contribuir para os processos de normalização, lembrando, sinalizando e ensinando as pessoas sobre a existência e o nível de desejabilidade das normas, tornando visíveis as normas positivas latentes e substituindo as normas que interferem negativamente no alcance dos objectivos.

Com efeito, um comportamento ou prática pode ser uma norma social num contexto, mas não noutros. Com a globalização, a importação de normas sociais consideradas positivas noutras culturas ou sociedades tornou-se mais evidente. As novas problemáticas das sociedades em

desenvolvimento, como por exemplo a infecção pelo HIV, passaram a apelar à adoção de novas normas comportamentais a partir do sucesso alcançado por grupos de referência. O abandono da antiga norma e a adoção de uma nova é denominado “ponto de inflexão”.

Normas — conforme expresso em normas percebidas, sócio-culturais, e/ou género— têm uma influência considerável. As Normas reflectem os valores do grupo e /ou sociedade no seu todo e expectativas sociais sobre o comportamento. Normas percebidas são aquelas que o individuo acredita que os outros detêm e portanto são esperados dele ou dela. Normas sócio-culturais são aquelas que a comunidade como um todo segue por causa do estatuto social ou convenções culturais. Normas do género moldam as visões sociais de comportamentos esperados dos homens e das mulheres.

Um grande conceito incluso na abordagem centrada na cultura é a ideia de que as normas, crenças e práticas culturais tradicionais não precisam ser percebidas como barreiras à mudança social. Ao contrário, elas podem ser vistas como posses e recursos a ser aproveitados nos esforços da mudança.

Crianças educadas dentro destas normas reforça a resistência à mudança. Porque as normas são resultado destas instituições e processos, quaisquer intervenções de comunicação/desenho de actividades deveriam considerar com as relações criança e poder podem afectar a participação e a habilidade de agir em acções recomendadas

Assim, numa intervenção do investigador será necessário colocar certas questões:

- a) - O que sabemos sobre a norma? (normas positivas e negativas);
- b) - Como a norma é aplicada ou sustentada? (influenciadores-chave, sectores de agenda, tomadores de decisão e modelos, implementadores);
- c) - Quais são os benefícios da conformidade à norma? (aceitação ou reconhecimento);
- d) - O incumprimento conduzirá a danos percebidos ou reais? (o que realmente acontecerá);
- e) - O que as pessoas valorizam na norma?

- f) - O que pode motivá-las a mudar?

Como Mudar as Normas?

- Grupos de referência e redes sociais são importantes
- Como os "outros" pensam nos assuntos (além do indivíduo)
- Os ritos culturais ligados à prática precisam ser substituídos / alterados
- Pontos de inflexão - muitas pessoas devem aceitar / abandonar a norma
- Nova norma deve ser visível

3.2 Normas Sociais e Plano do investigador

- O que sabemos sobre a norma? (normas positivas e negativas)
- Como a norma é aplicada ou sustentada? (influenciadores-chave, sectores de agenda, tomadores de decisão e modelos, implementadores)
- Quais são os benefícios da conformidade? (aceitação ou reconhecimento)
- O incumprimento conduzirá a danos percebidos ou reais? (o que realmente acontecerá)
- O que as pessoas valorizam e podem motivá-los a mudar?

Investigador e as Mudanças das Normas Sociais

O investigador pode contribuir para os processos de normalização, lembrando, sinalizando e ensinando as pessoas sobre a existência e deseabilidade das normas e tornando visíveis as normas positivas latentes.

2.1. Desvio Positivo

A Abordagem do Desvio Positivo parte do pressuposto que uma mudança não pode ser importada de fora. Deste modo, a mudança deverá ser operada a partir da identificação de um desvio na comunidade, mesmo que pequeno e discreto. O que na realidade interessa é que esse desvio configure uma experiência de sucesso e seja passível de replicação e ampliação.

Esta abordagem foi desenvolvida porque em todas as comunidades, organizações e grupos sociais existem indivíduos cujo comportamento

excepcional faz com que obtenham bons resultados, quando comparados com os seus pares que possuem exactamente os mesmos recursos. Assim sendo, o “Desvio Positivo” abre o caminho para o sucesso enquanto referência para todo o grupo ou comunidade. Contudo, isto só é possível quando o sucesso obtido a partir do “Desvio positivo” pode ser identificado, analisado e partilhado pelo resto da comunidade.

Ao longo da mesma linha, a abordagem de desvio positivo começa com a ideia de que a solução para os desafios existentes muito provavelmente já existe dentro da comunidade. Por outras palavras, em qualquer dada comunidade, há sempre indivíduos e/ou famílias que se desviam da norma de uma forma positiva. Por exemplo, se uma vila tem uma taxa de malnutrição de 95% para crianças abaixo dos cinco anos, uma Abordagem de Desvio Positivo iria começar com os 5% que NÃO estão malnutridas e tentar identificar práticas promissoras que possam ser usadas pela comunidade inteira. Porém, se um indivíduo ou família (desviante positivo) tem acesso à recursos adicionais (como pedaço de terra para agricultura extra) então a solução não é aplicável à comunidade – somente práticas que possam ser replicadas por TODOS na comunidade são seleccionadas e incorporadas nos programas. Na Abordagem de Desvio Positivo, os membros desviados da comunidade são os especialistas que são chamados a partilhar as práticas bem sucedidas deles com outros membros da comunidade.

4. Metodologia de pesquisa que envolve crianças em ambiente cultural sujeito à normas e práticas sociais

Uma vez que as pessoas-chave afectadas e envolvidas sejam identificadas, o resto de um modelo sócio-ecológico, incluindo os factores transversais, ajudam-nos a verificar o que é sabido e não sobre cada grupo. Aqui vão algumas perguntas a colocar:

Nível individual: O que?: Identidade, percepção do ego, local de controle Quem? :

Possíveis pontos de virgem para a Mudança: Conhecimento, crenças, valores, atitudes, riscos percebidos, auto eficácia, apoio/estigma social, advocacia pessoal, habilidades de vida e outras

Comunidade, Serviços, e Produtos: Que posses comunitárias podem apoiar ou impedir a mudança? Que produtos e serviços são acessíveis ao nível da comunidade? Qual é que é a qualidade destes? Será que as pessoas gostam destes? Há transporte disponível para aceder os serviços? São subsidiados de forma que as pessoas possam tomar transporte ou comprar os produtos?

Possíveis Pontos de Viragem para a Mudança: Liderança Comunitária/compra; eficácia colectiva; participação em rede, apropriação comunitária.

Ambiente permissivo: Que políticas existem que apoiam ou impedem a mudança? Como é que as convenções religiosas e normas influenciam estas políticas? Há algum movimento social a apoiar esta mudança? Há quaisquer líderes de opinião que possam apoiar ou impedir a mudança? Como é que pode trabalhar com eles? Qual é a condição do ambiente económico, tecnológico e natural? Informação: Que informação recebem eles acerca da questão de saúde? Quão atempado, acessível, ou relevante é esta informação? Através de que canais? Como é que elas reagem a esta? Que conhecimento elas precisam?

Possíveis pontos de viragem para a Mudança: vontade política, alocação de recursos, mudança de política, desenvolvimento institucional/organizacional, consenso/estratégia nacional, pressão de movimento social, e estabelecimento da agenda dos médias

Motivação: O que é que motiva as pessoas a agir? Quais são as atitudes e crenças delas? O que lhes é apelativo? Como é que as normas de género tornam-nos mais ou menos motivados? Que informação-chave ou adicional está em falta e que poderia motiva-los?

Habilidade para Agir: Que habilidades de vida as pessoas têm? Que posses, forças, recursos, ou acesso a serviços ou produtos eles têm? Quãoconfiantes são elas nas habilidades para criar mudança (auto-eficácia)? Como é que as normas de género contribuem ou constroem as habilidades das pessoas para agir? Porquê?

Normas: Quais são os valores profundos subjacentes de cada grupo, conforme reflectido nas normas de género e outras normas sociais e culturais?

Como é que estas normas afectam o conhecimento, atitudes, crenças, habilidade para agir das pessoas, e por último, os comportamentos destas? Como é que estes valores e normas influenciam a saúde ou problema do desenvolvimento? Será que todos os grupos afectados com influência naqueles afectados têm as mesmas normas ou têm diferentes? Quais são elas?

Lembre-se, as respostas a estas ou outras perguntas podem ser fornecidas pela pesquisa existente. Procure essas fontes primeiro. Se não houver informação suficiente, então considere as melhores maneiras para conseguir as suas próprias respostas

àquelas perguntas. Iremos em breve explorar alguns passos e metodologias de pesquisa formativa.

4. Discussão

Este artigo apresenta reflexões sobre Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais, a partir do modelo Sócio-Ecológico. Este campo teórico apresenta quatro esferas essenciais de abordagem investigativa: esfera individual, familiar e sua rede, comunitária e social/estrutural como pontos sobre os quais deve incidir a investigação em ambiente cultural sujeito a normas e práticas sociais. Na produção acadêmica moçambicana e abordagens das ONGs que atuam no ambiente multicultural Moçambicano, ainda não possui a padronização de modelo de abordagens tratem sobre as crianças. A questão motivou a apresentação desta reflexão.

Os resultados encontrados no presente estudo sobre Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais, alicerçados nos estudos de Bronfenbrenner (1979), e aplicados por C-Change (2012) sugerem que aplicação do modelo Sócio-Ecológica nas pesquisas que envolve crianças leva à sucesso nos resultados. O modelo Sócio-Ecológico sumariza as abordagens transdisciplinares como psicologia, sociologia, comunicação e ciência política, que correspondem o sistema Individual, Familiar e de rede de semelhantes, Comunidade e o nível Social e estrutural, ambiente sociais que permitem aos investigadores examinar, abordar e descobrir os pontos de mudança social e do comportamento que influência e afecta o comportamento da criança.

Com base nesta reflexão e dos respectivos resultados, impera a necessidade de mais pesquisas em torno de modelos metodológicos no campo da infância em ambiente de normas e práticas culturais. Portanto o Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais apresenta-se como temática que precisa ser

problematizado para, afinal, sabermos quais as metodologias adequadas para estudar as crianças em ambiente de normas e práticas culturais.

Conclusão

O estudo sobre Modelo Metodológico de Pesquisa que Envolve Crianças em Ambiente Cultural Sujeito à Normas e Práticas Sociais resulta do questionamentos sobre possíveis estratégias metodológicas que buscam perceber os fenômenos de crianças em ambiente de normas e práticas culturais. São questões abertas cujas respostas requerem mais estudos combinatórios entre a metodologia e as questões sócio-culturais. De forma a compreender os fenômenos culturais, anropológicos e sociais que influenciam o comportamento das crianças temos que desenvolver ou redescobrir nossas experiências culturais sensíveis.

Referências

- **Bronfenbrenner, U.** (1989). "Teoria dos sistemas ecológicos". Em Vasta, Ross. Anais do Desenvolvimento Infantil: vol. 6 . Londres, Reino Unido: Jessica Kingsley Publishers. pp. 187-249.
- **C-Change.** (2012). C-Modules: A Learning Package for Social and Behavior Change Communication (SBCC). Washington, DC: C-Change/FHI 360.
- **Health Communication Capacity Collaborative e USAID** (2012) Comunicação para a Mudança Social e de Comportamento para Preparação de Emergência, Maputo
- **WHO** (2012). Communication for Behavioral Impact (COMBI). A toolkit for behavioral and social communication in outbreak response. World Health Organization, Geneva.
- **Rimer, K., & Glanz, K.** (2005). Theory at a glance: a guide for health promotion practice (Second edition). Rogers, Everett M. (2003). Diffusion of Innovations. Fifth Edition. New York: Free Press, Simon & Schuster Inc

Capítulo 8

O jornalismo regional e os currículos de quatro universidades federais da região norte

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*¹

*Sinomar Soares de Carvalho Silva*²

1 Introdução

Neste artigo será apresentada uma discussão sobre mídia regional, suas características, limitações e importância, com um olhar posterior sobre a formação em Comunicação Social/Jornalismo³. O estudo aprofunda as discussões sobre quatro universidades federais da Região Norte do Brasil em função das recentes mudanças nos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC.

A literatura que embasou nosso estudo é composta pelos trabalhos de Camponez (2012), Oliveira (2012) e Berger e Luckmann (2003). Estes autores demonstram a capacidade dos meios regionais de construir a realidade e apresentar o conhecimento que há nas regiões onde atuam, demonstram também as limitações pela falta de estrutura e pressão que a proximidade pode acarretar.

¹ Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8025807807825011>

² Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins e Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins. E-mail: sinomaruft@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7663037157986323>.

³ Apesar das alterações aprovadas em 2013 permitirem a alteração da nomenclatura do curso para Jornalismo, neste estudo usaremos a nomenclatura Comunicação Social/Jornalismo porque a UFRR não alterou o nome do curso.

O campo de estudos sobre mídia regional⁴ tem uma considerável produção além das que citaremos aqui, mas quando o objetivo é a formação em Comunicação Social/Jornalismo na Região Norte os estudos são reduzidos, razão pela qual optou-se por estudar a formação nessa região. Nesse ponto reside a relevância de nossa pesquisa ao aproximar os conhecimentos sobre uma região pouco estudada.

Para este estudo, depois de uma revisão bibliográfica, será feita a análise dos PPC's das seguintes instituições: Universidade Federal do Tocantins - UFT, Universidade Federal de Roraima - UFRR, Universidade Federal do Amapá - Unifap e Universidade Federal de Rondônia - Unir. Estas universidades foram escolhidas porque promoveram as alterações nos currículos até 2015 e as publicizaram.

O objetivo deste artigo é demonstrar como estas instituições materializaram as questões regionais em seus documentos. A análise procurou responder se a materialização que pode ocorrer nos referenciais teóricos dos PPC's difundiu-se para a nomenclatura das disciplinas ou se de maneira transdisciplinar na ementa de disciplinas diversas.

Antes de apresentar a análise dos documentos a pesquisa conceitua o Jornalismo Regional mostrando suas características, potencialidades e limitações e a importância da formação em Comunicação Social/Jornalismo.

2 Jornalismo regional: características e limitações

Antes de discutirmos sobre Jornalismo Regional ou de proximidade⁵, devemos compreender que a produção local de notícias é mais do que a seleção e difusão de informações sobre determinada região, é antes um dos componentes dos territórios. Cada região possui além das características naturais que lhes dão uniformidade, peculiaridades relacionadas a população, força de trabalho e a disponibilidade de recursos para

⁴ Por mídia regional entende-se, nesta pesquisa, Jornalismo Regional.

⁵ Nos estudos publicados em Portugal, como de Camponez (2012) e Brinca (2012), o termo utilizado para descrever o Jornalismo Regional é Jornalismo de proximidade.

investimentos. O elemento que fará a ligação destas características são os meios de comunicação regionais, configurando-se em espaço de debates para as várias esferas das sociedades locais (OLIVEIRA, 2012).

Ao ligar os diversos segmentos que compõem determinada região os meios de comunicação regionais estão contribuindo com a operacionalização da realidade destas sociedades ao tornar seus conhecimentos disponíveis para outras sociedades, demonstrando que a “realidade” e o “conhecimento” daquele local é visto de uma maneira diversa de outras realidades regionais (BERGER e LUCKMANN, 2003). Estas habilidades das mídias regionais são positivas, importantes para as sociedades, mas são capazes de gerar muitos entraves para sua execução cotidiana.

A proximidade que caracteriza estes meios também traz preocupação com as consequências de uma opinião ou notícia, que pode afastar determinada fonte responsável pela entrega de tantas pautas ou mesmo gerar pressões por parte dos grupos econômicos. No interior há uma relação interpessoal maior que em grandes centros urbanos o que provoca nas pessoas uma dependência menor dos meios de comunicação para tomarem ciência de determinado fato. Este cenário foi expandido com o desenvolvimento das tecnologias e das redes sociais. Assim, o Jornalismo Regional precisa respeitar as peculiaridades locais para não perder o prestígio (CAMPONEZ, 2012).

Apesar das sinuosidades que as características locais provocam no trabalho dos jornais regionais, Vieira (2009, p. 67) aponta que os meios de comunicação regionais são “são um local privilegiado para manifestar opiniões e reivindicações”. Mas esta proximidade quando é combinada com a falta de estrutura compromete a capacidade de cobertura dos jornais que acabam por virar reféns dos releases das assessorias de governos e empresas, transformando as páginas de jornal em verdadeiras fontes oficiais de notícias e reduzindo às reivindicações a aspectos menores do cotidiano como um buraco na rua ou a falta de luz em um poste. Mas porque há este buraco ou porque não há luz no poste? Estas respostas exigem mais do que muitos veículos são capazes de apurar.

Portanto, estar próximo não é garantia de qualidade, estar próximo não garante que o debate promovido pelos meios será rico o bastante para mobilizar e agendar as ações locais. Castro (2010) aponta que os meios locais também não são capazes de ir contra a soberania nacional para reforçar as identidades locais, função que, segundo o autor, somente pode ser realizado pela arte que é capaz de criar códigos e discursos que enfatizem esta identidade.

Porém, aos meios de comunicação regionais, segundo Oliveira (2012, p. 11) cabe “conferir visibilidade aos acontecimentos, às mudanças na economia, no ambiente social, político e cultural de certa região”, por isso a presença destes meios, mesmo com todas as suas limitações, é importante para as sociedades nacionais e locais. Mas no Brasil qual a presença real destes meios?

Uma recente pesquisa do Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo)⁶ busca respostas para esta pergunta. Outro intuito do projeto é demonstrar as localidades que os autores chamaram de “desertos de notícias”, que são locais sem cobertura de jornais impressos ou via web, não foram mapeados veículos radiofônicos ou televisivos, estes serão mapeados em novas etapas do estudo. A pesquisa mostrou que 35% da população brasileira não conta com cobertura de imprensa escrita ou digital, formando um imenso deserto de notícia. A falta da cobertura da imprensa local deixa sem visibilidade as ações do legislativo e executivo municipal, o que por consequência deixa de fora das discussões parte da população afetando seu cotidiano em aspectos como saúde, educação e segurança (PROJOR, 2018).

Portanto, a imprensa local caracteriza-se por ligar os diversos atores sociais, mostrando suas divergências, por vezes resistindo a pressões econômicas e por vezes tomando partido e direcionando sua cobertura quando determinados eventos opõem alguns desses atores, como sindicatos e poder público. Mas a despeito de suas limitações a presença das mídias regionais é importante para mostrar o rosto da sociedade local, de acordo com

⁶ O Projor também é responsável pelo Observatório da Imprensa (<http://observatoriodaimpresa.com.br>) em parceria com a agência independente de jornalismo Vol Data Lab (<https://www.voldata.info/>).

Oliveira (2012, p.08) a “instituição de comunicação (regional), pela narrativa jornalística, pela informação publicitária e de utilidade pública, autoriza, ou melhor, autoriza-se como vetor de desenvolvimento para dada região”.

Ao egresso podem parecer antagônicas e opções excludentes o fato do Jornalismo Regional ser importante para a comunidade, mas por vezes deixar-se influenciar pelos grupos econômicos e políticos. Mas Fonseca (2013, p.12) ao reforçar a importância da formação aponta que esta não deve dotar o egresso para refletir o mundo e responder às demandas de um ou outro lado, mas com efeito a formação deve dar capacidade ao egresso para refletir *sobre* a sociedade, “o comunicador não deve ser treinado na faculdade para adequar-se ao mundo, ou para acomodar-se à história, mas para interferir nela, transformando-a através de sua praxis ético-política”. Em vista disso, mesmo havendo antagonismos na prática jornalística regional o egresso deve ser capaz de refletir sobre elas e não ser apenas um autômato.

Dessa forma, há de fato uma importância da imprensa local e esta deve ser percebida pelos jornalistas. A melhor forma de reforçá-la é na formação acadêmica deste profissional para que no mercado o egresso consiga compreender a sua realidade regional e as dinâmicas onde irá desempenhar suas funções.

3 Formação em jornalismo: por que formar jornalistas?

A característica de ligação que encontramos no jornalismo regional, que liga as várias vozes da sociedade local, é, na verdade, uma função maior do próprio Jornalismo que tem uma importância na sociedade à medida que mantém a comunicabilidade entre diferentes áreas. Meditsch (1997, p. 8) aponta que “enquanto a ciência evolui reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o Jornalismo trabalha em sentido oposto”, facilitando a comunicação.

Este caráter de ligação do jornalismo é especialmente importante na democracia porque o transforma em fiscalizador, em promotor da

transparência ao levar informações de um segmento a outro. O avanço tecnológico e a globalização permitiram que outras ferramentas fossem utilizadas por outros profissionais para exercer esta fiscalização, como as redes sociais e outras ferramentas de tecnologia.

As novas características do Jornalismo online podem levar os leitores a uma ampliação do conhecimento por meio de ferramentas interativas e hiperligadas que influenciam diretamente no registro e transparência das medidas de governo (PLAVLIK, 2011). Para Wolton (2004, p. 138) as comunicações têm dupla função na democracia:

Que seriam as nossas sociedades complexas, em que o cidadão está longe dos centros de decisão políticos e económicos, alguns dos quais em países longínquos, se não existissem os meios, pela comunicação, de nos informarmos sobre o mundo? E encontramos sempre essa dupla dimensão da comunicação. Simultaneamente normativa, como que indissociável do paradigma democrático, e funcional, como único meio de gerir as sociedades complexas. Hoje em dia tudo é complicado e longínquo e nem sempre nos apercebemos de como o modelo normativo da comunicação e as múltiplas ferramentas que o instrumentalizam também são o meio de reduzir as distâncias entre dirigentes e dirigidos.

Ao ligar e reduzir as distâncias entre dirigentes e dirigidos Coelho (2015, p.53) aponta que o “jornalista, mediador da realidade, acede a lugares onde os outros não acedem, investiga, analisa e interpreta factos que disponibiliza ao seu público, para que este possa compreender o mundo e agir sobre ele”. Desta maneira o jornalista estará, seja na cena local ou nacional, ajudando a aumentar as possibilidades de participação das sociedades nas decisões que influenciam seu cotidiano.

Esta participação, que pode ser fomentada pelo Jornalismo, é especialmente destacada nestes tempos de globalização, de invasão do local pelo global, que podem mudar perspectivas e visões do território. Bauman (1999) aponta que a globalização é um caminho sem volta, é a trilha para aqueles que buscam a felicidade e a passagem para aqueles que a consideram a causa de sua infelicidade.

Portanto, a formação em Jornalismo tem sua importância centrada tanto na capacidade de ligação que a comunicação tem como na importância dessa ligação para a democracia em tempos de globalização. Ao desempenhar este papel o jornalismo está contribuindo para a preservação da memória. Palácios (2010, p. 03) aponta que nunca “o estoque de memória social esteve tão fácil e rapidamente disponível, bem como o jornalismo tão centralmente localizado em meio a tudo isso”.

Assim, podemos afirmar que o Jornalismo usa a memória para produzir suas matérias ao recorrer a arquivos e fontes históricas e também produz memória ao registrar os vários pontos de vista das várias camadas da sociedade, onde não existe uma harmonia de versões, mas todas estarão disponíveis para análises futuras e a construção da imagem do passado (PALÁCIOS, 2010).

Diante do exposto percebemos a importância da formação em Jornalismo. O profissional que exerce esta função tem a capacidade, com suas limitações óbvias, de aumentar a transparência dos acontecimentos e decisões locais, tem a importante função de registrar os acontecimentos que no futuro serão utilizados para moldar as formas de viver em sociedade.

4 Metodologia

As novas diretrizes foram aprovadas em 2013 e as universidades tiveram dois anos para implantar as modificações. Assim, promovemos um recorte temporal de 2013 a 2015 para nosso estudo. Neste período apenas quatro universidades implantaram e disponibilizaram em seus portais as mudanças. Dessa forma, nosso corpus serão os PPC's das universidades federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins coletados em seus portais na internet.

Esta pesquisa tem procedimentos exploratórios porque busca uma aproximação com o tema, tornando-o mais explícito (GIL, 2008). Nossa técnica de organização da análise poderia ser a documental, mas Bardin

(1977) aponta que este tipo de análise suprime a inferência, que é precisamente a análise realizada ao fim da organização do material da pesquisa.

Assim, decidimos utilizar a análise de conteúdo que é caracterizada como um conjunto de técnicas que visam promover inferências sobre determinada comunicação. Para nossa pesquisa decidimos utilizar a análise temática, que é uma das técnicas aplicadas para analisar um texto. A análise decorrente não pode ser tomada como prova irrefutável, mas produz uma ilustração válida (BARDIN, 1977).

Efetivamente a análise se dará com o tratamento dos PPC's para encontrar as palavras "regional" e suas variantes como "regionalismo", estes foram os elementos recorrentes que possibilitaram a construção das inferências reproduzidas a seguir. Assim, procuramos traçar um panorama dos locais onde o tema regionalismo é tratado nos documentos e se isso é materializado na nomenclatura das disciplinas, que são efetivamente os maiores direcionamentos de um projeto pedagógico. Mas é preciso considerar também o caráter transdisciplinar da formação. Assim, ampliamos a análise para o conteúdo das ementas para verificar quantas disciplinas mencionam a palavra regional.

Os resultados apresentados nesta pesquisa não são definitivos porque apesar de uma determinada universidade não tratar os temas regionais ou não ter disciplinas que os tratem, na sala de aula o professor tem autonomia para promover sua abordagem e apenas uma análise etnográfica aprofundada poderia dar conta de respostas mais precisas. Contudo, os PPC's são as vozes da comunidade docente sobre que direcionamentos procuram para seus cursos, o que tornam relevantes os resultados que apresentaremos.

5 Análise e discussões: um olhar sobre as questões regionais nos currículos de jornalismo

As diretrizes aprovadas em 2013 abordam as questões regionais em três pontos. Ao listar as competências gerais que a formação deve

proporcionar, o documento ressalta que o egresso deve conhecer a realidade social, suas complexidades considerando especialmente a diversidade regional. As diretrizes apontam ainda que o currículo dos cursos de Jornalismo deve basear-se em seis eixos para contemplar o perfil de egresso desejado (BRASIL, 2013). O primeiro, chamado de *Eixo de fundamentação humanística*, trata dos aspectos regionais e orienta que o currículo deve contemplar e capacitar o jornalista para exercer sua função sem descuidar dos processos de globalização, regionalização e singularidades locais. Em outro ponto as diretrizes orientam que a organização curricular deve garantir a oportunidade do conhecimento da realidade local, regional e nacional (BRASIL, 2013).

Nas 117 páginas do PPC da Unir encontramos as questões regionais tratadas sob diversos aspectos. A regionalização já faz parte das atividades da instituição com a prática da descentralização e abertura de novos campi no interior, onde está situado o curso de Jornalismo, na cidade de Vilhena (BRASIL, 2015).

Esta visão de regionalizar o ensino e valorizar as características locais já faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade. Brasil (2014, p. 30) aponta que visão da Unir é “Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, até 2018”.

O PPC demonstra que o curso tem uma importância regional por ser o único em um raio de 680 quilômetros em território brasileiro exercendo influência numa ampla parcela de Rondônia e do estado do Mato Grosso, por isso um de seus objetivos é intervir criticamente nestas realidades locais. Brasil (2015, p. 15) aponta que o curso busca “soluções para os problemas enfrentados pelas populações locais a partir daquilo que é específico da universidade, do campo da Comunicação, de maneira geral, e do Jornalismo em específico”. O documento cita ainda que as produções e pesquisas sobre a mídia regional são poucas o que reforça a produção acadêmica sobre o local e o estreitamento das relações entre a graduação e a pesquisa acadêmica (BRASIL, 2015).

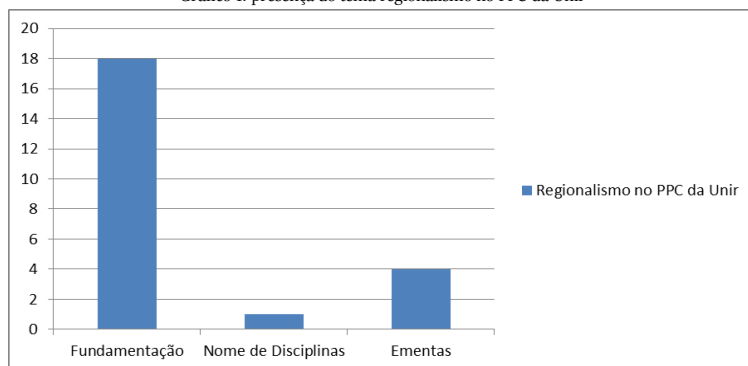
Para alcançar efetivamente estes objetivos relacionados ao local a Unir tem em sua matriz curricular a disciplina *Realidade Regional em Comunicação*, ofertada no terceiro período com uma carga horária de 30 horas. A disciplina não é nova na matriz. A tabela de equivalência entre as matrizes mostra que a disciplina já estava presente no currículo anterior. A ementa aponta que os objetivos da disciplina é demonstrar a:

História dos meios de comunicação na Amazônia e em Rondônia. Estrutura de comunicação em nível regional e local. Práticas de produção, distribuição e consumo do jornalismo em nível local e regional. Fatores sociais, econômicos e políticos que os influenciam. As abordagens do jornalismo regional e local às questões indígena e étnica. A questão ambiental no jornalismo local e regional. Potencialidades do mercado de trabalho (BRASIL, 2015, P. 66).

As questões regionais no PPC da Unir ainda são tratadas nas ementas das disciplinas de *Sociologia e Comunicação*, *Comunicação Comparada e Comunicação Comunitária*.

No PPC da Unir há 23 menções aos temas ligados ao regionalismo. A maioria (Gráfico 1) está presente na fundamentação teórica por meio de uma contextualização da inserção e importância regional do curso de Jornalismo e como vimos esta visão foi transportada para o currículo onde efetivamente as intenções são materializadas.

Gráfico 1: presença do tema regionalismo no PPC da Unir

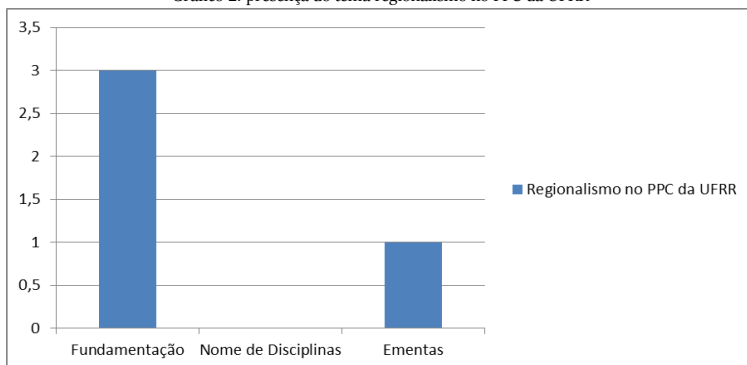


Fonte: elaborado pelos autores

Ao analisarmos os PPC da UFRR (Gráfico 2) não encontramos o mesmo detalhamento e o mesmo enfoque na inserção local da universidade. O documento menciona apenas que o perfil do egresso deve ter como base a comunicação regional, é a única menção em todas as 87 páginas do documento.

No ementário a única disciplina que trata do contexto regional é *Jornalismo Especializado I* que substituiu *Estética da Comunicação*, retirada após a aprovação do novo currículo. Brasil (2015, p. 29) aponta que “a disciplina trabalha o jornalismo que se pratica em relação às instituições políticas e aos movimentos sociais”, promovendo discussões no contexto regional e nacional. Não há menção ao PDI da instituição ou outras informações sobre o contexto regional como uma missão institucional.

Gráfico 2: presença do tema regionalismo no PPC da UFRR



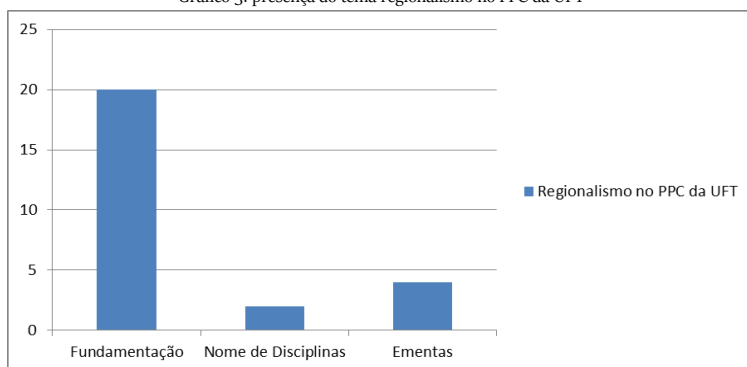
Fonte: elaborado pelos autores

Na UFT encontramos o mesmo detalhamento e exposição da importância regional do curso que pôde ser visualizado na Unir. Também como encontramos na federal de Rondônia, a questão regional presente no PPC tem relação com o PDI da instituição.

No segmento de competências e atitudes a UFT aponta que o aluno deve “conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional e da Amazônia, os contextos latino-americano e global” (BRASIL, 2015, p. 46).

Para atender as questões regionais onde o curso está localizado a universidade oferece as disciplinas *Jornalismo Regional* no sexto período com a carga horária de 60 horas e *Jornalismo Regional II*, ofertada de maneira optativa. Estas disciplinas substituíram *Estudos Contemporâneos e Estudos Brasileiros I*. Dessa forma, depreende-se que foram retiradas disciplinas mais gerais para abordar as questões regionais. No PPC ainda há a listagem dos 19 projetos de pesquisa desenvolvidos no curso, dos quais 10 tratam de aspectos regionais.

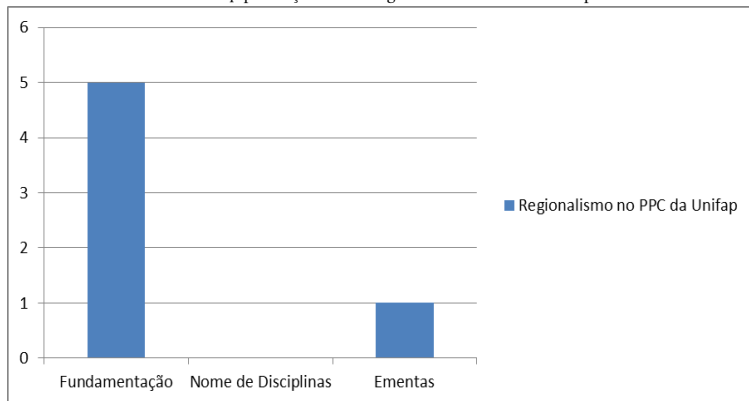
Gráfico 3: presença do tema regionalismo no PPC da UFT



Fonte: elaborado pelos autores

Na Unifap as questões regionais, no PPC, são tratadas de maneira menos enfática (Gráfico 4). O documento aponta que a universidade busca contribuir com o desenvolvimento regional - afirmação que encontramos em todos os PPC's - e que para isso as práticas didáticas e pedagógicas se relacionam com a pesquisa e a extensão para buscar compreender as especificidades locais e regionais.

Gráfico 4: presença do tema regionalismo no PPC da Unifap



Fonte: elaborado pelos autores

Para compreender as especificidades locais e regionais a universidade se propõe a utilizar a interdisciplinaridade para pensar a Universidade no “contexto que envolve ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento local e regional requer diálogo e relação entre saberes para além de uma lógica abissal” (BRASIL, 2015, p. 44).

Na análise do ementário, apenas a disciplina *História da Comunicação no Amapá* oferecida de maneira optativa menciona as questões regionais. Assim, de acordo com os critérios de análise escolhido percebe-se um baixo posicionamento sobre as questões regionais na Unifap.

Após a análise dos quatro PPC's é possível afirmar que o tema de pesquisa é mais delineado nas universidades de Rondônia e Tocantins. Na Unir, de acordo com sua tabela de equivalência, manteve-se na nova matriz a disciplina que trata das questões regionais. Na UFT foram retiradas duas disciplinas mais gerais para a inserção do contexto regional.

As universidades do Amapá e Roraima têm menos a temática, seja na fundamentação, nomenclatura das disciplinas ou ementas. Assim, os resultados dão pistas que a maior presença do tema regional na fundamentação resultou em uma maior presença na nomenclatura das disciplinas e nas ementas.

6 Considerações finais

Este trabalho propôs-se a analisar como as universidades pesquisadas operacionalizaram em seus documentos norteadores as questões regionais e sua importância nos locais em que se encontram instaladas.

Como foi apontado na introdução o estudo sobre mídia regional é amplo se comparado com as pesquisas sobre formação em Comunicação Social /Jornalismo e a Região Norte, este estudo torna-se relevante ao propor uma aproximação com o tema e acreditamos que alcançamos o objetivo ao mostrar como as universidades trataram as questões regionais na construção de seus PPC's. Em todos os casos, em maior ou menor grau, o tratamento dos temas regionais é transversal não se limitando a apenas uma disciplina.

Estudos futuros podem aprofundar o tema com uma metodologia mais ampla de tratamento destes documentos que somados têm 621 páginas. Há um enorme universo de estudo nestes documentos que demonstram de maneira rica como as universidades enxergam a sociedade em que estão inseridas.

O jornalismo regional é de extrema importância para aproximar a população dos acontecimentos de sua localidade e a visão que outras localidades têm sobre seu território, esta visão vai além da natureza de determinado local. O jornalista que desenvolve seu trabalho em veículos locais precisa ter consciência desta capacidade dos meios e também da pressão e influência que podem sofrer, somente a formação pode desenvolver esta dimensão para que ele tenha criticidade a ponto de propor e atuar para mudar as práticas de mercado.

7 Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 141 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do conhecimento. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 248 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 01/2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, remetidas pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, para apreciação da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação**. Brasília: publicado no D.O.U. de 12/9/2013, Seção 1, Pág. 10. Brasília, DF.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora: Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades**. Covilhã: Labcom, 2012. p. 35-48. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A encenação das identidades na Amazônia Contemporânea. In: AMARAL FILHO, Otacílio; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CASTRO-HORÁCIO, Fábio Fonseca (Org.). **Pesquisa em Comunicação na Amazônia**. Belém: Fadesp, 2010. p. 45-59.

COELHO, Pedro. **Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação**. Covilhã: Labcom Ubi, 2015. 652 p. (Pesquisas em Comunicação). Disponível em: <www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20150223-2015_o8_pedro_coelho.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: CONFERÊNCIA FEITA NOS CURSOS DA ARRÁBIDA - UNIVERSIDADE DE VERÃO, 1., 1997, Lisboa: Bocc, 1997. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior**. Dispõe sobre a atualização do texto e retificação da tabela de

equivalência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas (Resolução nº 05/2015 do Consepe). Palmas, TO.

OLIVEIRA, Roberto Reis de. Espaço, território, região: Pistas para um debate sobre comunicação regional. In: CONGRESSO DA LUSOCOM – “COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO”, 10., 2012, Lisboa. **Espaço, território, região: Pistas para um debate sobre comunicação regional**. Lisboa, 2012. p. 108 - 118. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/659/358>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PALACIOS, Marcos. Convergence and memory: journalism, context and history. **Matrizes**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.37-50, 15 dez. 2011. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i1p37-50>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38274>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PROJOR. **Atlas da Notícia**. 2017. Disponível em: <<https://www.projor.org.br/atividades>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) Nº 34/2015**. Dispõe sobre a atualização do texto e retificação da tabela de equivalência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas (Resolução nº 05/2015 do Consepe). Palmas, TO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Resolução da Câmara de Ensino. Aprova as alterações do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Comunicação Social**, Boa Vista, RR (Resolução nº 04/2015 do CENS/CEPE). Boa Vista, RR.

UNIVERSIDADE FEDERAL De RONDÔNIA. **Resolução do Conselho Do Conselho Universitário**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Macapá, AP (Resolução nº 30/2015 do CONSU/UNIFAP). Macapá, AP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução do Conselho Do Conselho Universitário**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Macapá, AP (Resolução nº 30/2015 do CONSU/UNIFAP). Macapá, AP.

VIEIRA, João Ricardo de Carvalho. **O jornalismo de proximidade na era digital: análise funcional da edição online do jornal da Mealhada**. 2009. 215 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Ciências da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2009. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1080/2/JOAOVIEIRA.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Unb, 2004. 544 p. (Comunicação)

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org